

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
CURSO DE AGRONOMIA**

**BRENDO HENRIQUE DA SILVA COSTA**

**JORNADAS DE AGROECOLOGIA: PRÁTICAS, SABERES E  
ORGANIZAÇÃO COLETIVA CAMPONESA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PATO BRANCO**

**2020**

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
CURSO DE AGRONOMIA**

**BRENDO HENRIQUE DA SILVA COSTA**

**JORNADAS DE AGROECOLOGIA: PRÁTICAS, SABERES E  
ORGANIZAÇÃO COLETIVA CAMPONESA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PATO BRANCO**

**2020**

BRENDO HENRIQUE DA SILVA COSTA

**JORNADAS DE AGROECOLOGIA: PRÁTICAS, SABERES E  
ORGANIZAÇÃO COLETIVA CAMPONESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Pato Branco, como requisito parcial à obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Josiane Carine Wedig

Coorientador: Prof. Dr. Thiago de Oliveira Vargas

PATO BRANCO

2020

**Costa, Brendo Henrique da Silva**  
**Jornadas de Agroecologia: práticas, saberes e organização coletiva camponesa / Brendo Henrique da Silva Costa.**  
**Pato Branco. UTFPR, 2020**  
**122 f. : il. ; 30 cm**

**Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josiane Carine Wedig**  
**Coorientador: Prof. Dr. Thiago de Oliveira Vargas**  
**Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curso de Agronomia. Pato Branco, 2020.**  
**Bibliografia: f. 45 – 49**

**1. Agronomia. 2. Movimento Sociais. 3. Camponeses. I. Wedig, Josiane Carine, orient. II. Vargas, Thiago de Oliveira, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curso de Agronomia. IV. Título.**

**CDD: 630**



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

#### **Jornadas de Agroecologia: práticas, saberes e organização coletiva camponesa**

Por

Brendo Henrique da Silva Costa

Monografia defendida em sessão pública às 10 horas 00 min. do dia 09 de dezembro de 2020 como requisito parcial, para conclusão do Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Pato Branco. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos Membros abaixo assinados. Após deliberação e conferidas, bem como achadas conforme, as alterações indicadas pela Banca Examinadora, o Trabalho de Conclusão de Curso, em sua forma final, pela Coordenação do Curso de Agronomia foi considerado APROVADO.

Banca examinadora:

M.Sc. Talita Slota Kutz – CAPA Verê

Prof. Dr. João Daniel Dorneles Ramos – UFRGS Porto Alegre

Prof. Dr. Thiago de Oliveira Vargas – UTFPR *Campus* Pato Branco – Coorientador

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Josiane Carine Wedig – UTFPR *Campus* Pato Branco – Orientadora

Prof. Dr. Jorge Jamhour – Professor responsável TCC 2

A “Ata de Defesa” e o decorrente “Termo de Aprovação” encontram-se assinados e devidamente depositados no SEI-UTFPR da Coordenação do Curso de Agronomia da UTFPR *Campus* Pato Branco, após a entrega da versão corrigida do trabalho, conforme Norma aprovada pelo Colegiado de Curso.

Dedico este trabalho à minha mãe por todos os esforços feitos para que eu pode-se realizar o meu sonho e a todas(os) camponesas(es) que enfrentam o agronegócio e seus latifúndios, mostrando que um outro mundo é possível.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe Ana Rita, merendeira que sempre me mostrou a importância do acesso a uma alimentação digna, minha inspiração para ser uma pessoa melhor e a minha mãe da vida Regina por todo o carinho e cuidado que sempre teve comigo e a toda gente de Minas, que me permitem pegar o trem e seguir viagem, mas me abrigando em toda volta.

Aos professores da Escola Estadual Professor Figueiredo Brandão, em especial as professoras Simone e Renata que sempre diziam que as universidades públicas também eram para nós.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pelo seu programa de auxílio estudantil que me possibilitou uma segurança financeira durante o período de graduação, que esses programas de inclusão continuem em sua história.

Aos membros da Assesoar pela oportunidade de estar nos seus espaços durante a Jornada, e a todos as(os) camponesas(es) da delegação do Sudoeste que participaram na 18º edição da Jornada.

Ao professor Thiago por todas as caronas até o campus, por todas as oportunidades que me ofereceu e sem sombra de dúvidas por me fazer apaixonar pela agroecologia, serei eternamente grato.

À minha orientadora Josiane a melhor professora da UTFPR, e um dos melhores seres humanos que tive a oportunidade de conhecer, obrigado por me incentivar a buscar um mundo melhor.

À Talita e João por aceitarem compor a minha banca de defesa.

Às amigas que construí nesse período em especial Victor e Felipe pelas risadas compartilhadas e por mostrarem que nunca é tarde para ir atrás dos nossos sonhos, não é sobre desistir e sim recomeçar. Jaqueline por todo o apoio e companheirismo nas atividades da universidade como nos trabalhos do grupo de agroecologia. Luana pela sua alegria que contagia e pela companhia nas filas da cantina em busca de pastel de queijo.

À Camila por seu exemplo de bondade e pela companhia nas longas filas do RU. À Juliane por todos os cafés compartilhados e por nunca desistir de compartilhar seu afeto comigo, mesmo recusando os seus abraços. À Angélica minha amiga advogada, sempre pronta para expressar os seus ideais, sua amizade me fez ter mais coragem para expressar minhas opiniões. À Ana Flávia minha

primeira amiga agroecológica, por todo o apoio nos projetos que me envolvi e me dizer que conseguiria, vocês são muito importantes para mim, meu eterno obrigado.

E a todos aqueles que estiverem presente nessa minha etapa, meu muito obrigado.



“Ecologia sem luta de classes é jardinagem”

Chico Mendes

## RESUMO

COSTA, Brendo Henrique da Silva. Jornada de Agroecologia: Práticas, saberes e organização coletiva camponesa. 122 f. TCC (Curso de Agronomia), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2020.

Neste trabalho de conclusão de curso analisamos como as(os) camponesas(es), que integram organizações coletivas e movimentos sociais no Paraná, constroem experiências em agroecologia, a partir da organização da Jornada de Agroecologia. Nesse sentido buscamos analisar qual compreensão essas(es) integrantes de organizações coletivas e movimentos sociais têm sobre a agroecologia, verificando como elas(es) definem a Jornada, qual a motivação para participarem, além de averiguar de que maneira ela tem contribuído para a reivindicação de políticas públicas voltadas para a agroecologia. O percurso metodológico se pautou em pesquisa de cunho qualitativa, na qual foram utilizados observação participante, análise documental, e entrevistas semiestruturadas. Com a análise buscamos compreender como a Jornada auxilia nas práticas cotidianas da agricultura familiar e camponesa, através do estímulo à produção de comida saudável. Também observamos o papel dos movimentos sociais na luta por uma reforma agrária e pela soberania alimentar. A partir destas perceptivas observamos a importância do evento para o debate referente a políticas públicas no estado, além de ressaltar a importância dos jovens e mulheres nesse processo, mostrando como a Jornada é um lugar de afeto, de relações de reciprocidade e de troca de conhecimentos.

**Palavras-chave:** Movimento Sociais. Camponeses. Reforma Agrária.

## ABSTRACT

COSTA, Brendo Henrique da Silva. Jornada de Agroecologia: Practices, Knowledge and collective peasant organization. 122 f. TCC (Course of Agronomy) - Federal University of Technology – Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2020.

In this course conclusion work we analyze how peasant son(es), who integrate collective organizations and social movements in Paraná, build experiences in agroecology, from the organization of the Agroecology Day. In this sense, we seek to analyze what understanding these members of collective organizations and social movements have about agroecology, verifying how they(s) define the Day, what is the motivation to participate, besides ascertaining how it has contributed to the claim of public policies focused on agroecology. The methodological path was based on qualitative research, in which participant observation, documentary analysis, and semi-structured interviews were used. With the analysis we seek to understand how the Day helps in the daily practices of family and peasant agriculture, through the stimulation of the production of healthy food. We also observe the role of social movements in the struggle for agrarian reform and food sovereignty. From these perceptive, we observed the importance of the event for the debate on public policies in the state, besides emphasizing the importance of young people and women in this process, showing how the Day is a place of affection, relations of reciprocity and exchange of knowledge.

**Keywords:** Social Movements. Peasants. Agrarian Reform.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Linha do tempo com as cidades e o ano em que sediaram a Jornada de Agroecologia.....	26
Figura 2 – Alojamento das delegações participantes da 18ª edição da Jornada de Agroecologia.....	31
Figura 3 – Produtos comercializados na feira de agrobiodiversidade da 18ª edição da Jornada de Agroecologia.....	31
Figura 4 – Cozinha comunitária da 18ª edição da Jornada de Agroecologia.....	32
Figura 5 – Seu Walmir, guardião de sementes, membro do MST em Rio Bonito do Iguazu, PR.....	38
Figura 6 – Espaço destinado a saúde popular, na 18ª edição da Jornada de Agroecologia.....	39
Figura 7 – Cartaz da 16ª edição da Jornada de Agroecologia, em homenagem a Keno camponês e militante assassinado em 2007.....	41

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação dos entrevistados durante a 18ª edição da Jornada de Agroecologia, UTFPR, Pato Branco – PR, 2020.....	29
--	----

## LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ASSESOAR	Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CEU	Casa do Estudante Universitário
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ELAA	Escola Latino-Americana de Agroecologia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPR	Movimento dos Produtores Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PANC	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SRO	Sociedade Rural Oeste do Paraná
STF	Supremo Tribunal Federal
UDR	União Democrática Ruralista
UFPR	Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>18</b>
2.1 GERAL.....	18
2.2 ESPECÍFICOS.....	18
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	19
3.1.1 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	21
3.2 A AGROECOLOGIA E SUAS DIFERENCIAÇÕES DA AGRICULTURA CONVENCIONAL E DA AGRICULTURA ORGÂNICA.....	23
3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E AGROECOLOGIA, VÁRIOS CAMINHOS PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.....	24
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
4.1 LOCUS DE PESQUISA.....	26
4.2 COLETA DE DADOS.....	28
<b>5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>30</b>
5.1 AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA.....	33
5.2 AGROECOLOGIA: CUIDADO DA CASA COMUM E PRODUZINDO COMIDA DE VERDADE.....	36
5.3 MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, REFORMA ÁGRIA E AGROECOLOGIA.....	40
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com camponesas e camponeses membros de movimentos sociais que trabalham com agroecologia.....	51
APÊNDICE B – Quadro com análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas.....	52
ANEXO A – Manifesto da Jornada Paranaense de Agroecologia: 2001.....	60
ANEXO B – Carta da 1ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2002.....	64
ANEXO C – Carta da 2ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2003.....	65
ANEXO D – Carta da 3ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2004.....	67
ANEXO E – Carta da 4ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2005.....	69
ANEXO F – Carta da 5ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2006.....	76
ANEXO G – Carta da 6ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2007.....	79
ANEXO H – Carta da 7ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2008.....	85
ANEXO I – Carta da 8ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2009.....	88
ANEXO J – Carta da 9ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2010.....	91

ANEXO K – Carta da 10a Jornada Paranaense de Agroecologia: 2011.....	94
ANEXO L – Carta da 11a Jornada Paranaense de Agroecologia: 2012.....	96
ANEXO M – Carta da 12a Jornada Paranaense de Agroecologia: 2013.....	99
ANEXO N – Carta da 13a Jornada Paranaense de Agroecologia: 2014.....	101
ANEXO O – Carta da 14a Jornada Paranaense de Agroecologia: 2015.....	103
ANEXO P – Carta da 15a Jornada Paranaense de Agroecologia: 2016.....	107
ANEXO Q – Carta da 16a Jornada Paranaense de Agroecologia: 2017.....	111
ANEXO R – Carta da 17a Jornada Paranaense de Agroecologia: 2018.....	115
ANEXO S – Carta da 18a Jornada Paranaense de Agroecologia: 2019.....	118



## 1 INTRODUÇÃO

A imagem que herdamos do homem do campo é uma visão constituída pelos vencedores no processo histórico. De acordo com ela, fomos durante muito tempo levados a pensar o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles. (MEDEIROS, 1989, p. 11).

Este estudo analisou a compreensão de camponesas(es) – ligados a movimentos sociais rurais ou organizações coletivas – em relação a agroecologia. Também examinou as cartas coletivas produzidas, desde o ano de 2002, no contexto da Jornada de Agroecologia do Paraná.

Partindo do parecer expresso por Medeiros (1989) de que a visão recorrente que temos das(os) trabalhadoras(es) rurais e camponesas(es) de que são incapazes de formular seus próprios interesses e de se mobilizar por eles é que este trabalho é constituído, buscando ressaltar como esses sujeitos se mobilizam para lutar por seus direitos, mais precisamente relacionados com a agroecologia.

Temos como inspiração estudos que apontam a agroecologia como um modo de auxiliar no desenvolvimento local e os movimentos sociais são indispensáveis quando se pensa em uma agricultura sustentável e justa. O termo agroecologia foi usado pela primeira vez em 1930 numa busca de aproximar a ecologia e a agricultura. Já nos anos de 1980, a análise dos agroecossistemas permitiu a estruturação da ciência agroecológica, com métodos e conceitos específicos, influenciada por sistemas tradicionais de cultivos de agricultura de diversos povos (COSTA NETO; CANAVESSI, 2002).

Segundo Barcellos (2011), os movimentos sociais envolvidos em torno da questão fundiária estão se modificando e ampliando suas pautas, formas de organização e atuação política. Ainda conforme Altieri (2010), as transformações demandadas para a agricultura atual não serão possíveis sem a participação dos movimentos sociais que idealizem vontade política com influência para desmontar e transformar as instituições e as regulações que hodiernamente freiam o desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

Os movimentos sociais têm seu modo particular de conhecer a realidade e de interferir nela (ARROYO, 2003). Na história colonial do Brasil tivemos inúmeras resistências camponesas que efetivaram a luta pelo acesso à terra, como

dos povos indígenas, dos povos negros que foram escravizados nas plantantios, dos movimentos messiânicos de Canudos e Contestado, das Ligas Camponesas, entre tantos outros. A partir da década de 1980, constituiu-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vinculado à luta pela terra e também à questões socioambientais, destacando-se a agroecologia com um maior enfoque.

A agroecologia foi constantemente mencionada em muitos espaços de discussão e organização política do Movimento. Uma das justificativas para a temática ser pautada no movimento, foi a necessidade de seus integrantes adotarem uma outra estratégia de experiência sócio produtiva, capaz de suprir as necessidades de desenvolvimento local respeitando a diversidade socioambiental dos assentamentos no Brasil (BARCELLOS, 2011, p. 2).

A Vía Campesina, fundada em 1992 por camponeses de diferentes países, com o objetivo de se posicionar e se articular contra as políticas neoliberais adotadas para a agricultura, e a favor da reforma agrária e da soberania alimentar (ROSSET, 2013). Essa organização camponesa, admite que com o objetivo de defender, o meio ambiente, a segurança alimentar, a saúde da população e o acesso ao trabalho digno. Para ela, a produção alimentar deve permanecer sob o controle das famílias camponesas e não sob o domínio do setor agroindustrial ou das cadeias de supermercados (ALTIERI, 2010), isso só ressalta a importância dos movimentos sociais nessa causa.

Para os movimentos sociais rurais a soberania alimentar de um povo é uma alternativa a forma neoliberal que é idealizada pela forma de comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida no mundo (ALTIERI, 2010).

Os movimentos sociais rurais compreendem que o desmonte do complexo agroalimentar industrial e a restauração dos sistemas alimentares locais devem estar acompanhados da construção de alternativas agroecológicas que satisfaçam as necessidades dos produtores em pequena escala e da população não agrícola de rendimentos baixos, o que se opõe ao controle corporativo da produção e do consumo (ALTIERI, 2010 p. 30).

Tendo como base os grandes desafios enfrentados pela agricultura na atualidade, associações que consigam impulsionar a agricultura sustentável entre os agricultores, sociedade civil, instituições de pesquisa são estritamente necessárias. Portanto o avanço para uma agricultura socialmente justa e viável tanto economicamente quanto ambientalmente será consequência da ação coordenada

de movimentos sociais rurais em conjunção das organizações da sociedade civil que estão compromissadas apoiando as metas dos movimentos sociais de camponeses (ALTIERI, 2010).

Os estudos sobre movimentos sociais são extremamente complexos pois não podem ser analisados como fato isolado, sem uma relação com o passado e o futuro. Devido a isso, observar um determinado movimento social é entender a oposição de classe, o confronto histórico entre os proletários e burgueses, que apresenta diferentes expressões e dimensões (VENDRAMINI, 2007).

Partindo da noção de relação entre agroecologia e movimentos sociais desenvolvemos esta pesquisa, a partir da análise documental das cartas das Jornadas de Agroecologia do Paraná, também efetuamos observação participante da feira, do acampamento e das atividades sociais, culturais e políticas da Jornada que ocorreu no ano de 2019 e entrevista com questões semiestruturadas junto a seus participantes, analisando suas compreensões e práticas de agroecologia. Levando em conta a relação entre agroecologia e movimentos sociais, e as práticas, saberes e as diversas formas de organização coletiva compreendida por meio da leitura das subjetividades das(os) participantes da Jornada de Agroecologia é que se projetou esta pesquisa, que buscou compreender as transformações que a agroecologia ocasionou no modo de vida das famílias camponesas.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 GERAL

Analisar como as(os) camponesas(es), que integram organizações coletivas e movimentos sociais do Paraná, constroem experiências em agroecologia, a partir da organização da Jornada de Agroecologia.

### 2.2 ESPECÍFICOS

Analisar qual compreensão que as(os) camponesas(es), integrantes de organizações coletivas e movimentos sociais, têm sobre a agroecologia;

Verificar como as(os) camponesas(es) definem a Jornada de Agroecologia e qual a motivação que os fazem participar dessa organização coletiva;

Averiguar de que maneira a Jornada de Agroecologia tem contribuído para a reivindicação de políticas públicas voltadas para a agroecologia.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A história da agricultura brasileira é marcada pela violência, nesse processo os movimentos sociais do campo exercem um papel fundamental de reexistência do povo camponês, dentre esses movimentos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apresenta um grande destaque, sendo o maior movimento do país, o MST desde os anos 2000 adota o sistema de produção agroecológico. Dessa forma é necessário caracterizar a história dos movimentos sociais do campo e do MST, além de exemplificar a produção agroecológica e apresentar as suas diferenças dos demais sistemas de produção agrícola.

#### 3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são organizações coletivas, que se dão pela identificação de injustiças por parte dos indivíduos que se organizam. No caso do Brasil essas organizações podem ser observadas, desde o colonialismo do século XVI, nas resistências dos povos indígenas frente ao processo de usurpação de seus territórios de vida. Também, com a escravização dos povos africanos no Brasil, observa-se resistências destes a partir das fugas das fazendas onde eram escravizados. Essas fugas, muitas vezes, aconteceram de forma organizada. As centenas de revoluções de escravizados e as diferentes formas de recusa a esse sistema escravagista, tornaram a palavra “quilombo” um símbolo contra a repressão colonial e de resistência dos negros que criaram esses espaços mesmo após o fim desses laços institucionais do sistema escravagista (LEITE, 2008).

Já no período pós-abolição (1888), uma das visões que foi difundida sobre as(os) camponesas(es) consistia em defini-las(os) como “preguiçosos”, esteriótipo criado em meados do século XIX. Nesse período segundo Gouvêa (2001), quando os fazendeiros de café do interior do estado de São Paulo, – que com a crescente produção e com o fim da escravidão, – começaram a importar mão de obra de imigrantes italianos e japoneses. Os quais queriam o regime de trabalho em forma meação, que poderia lhes garantir acesso fundiário, além de maior liberdade na disponibilidade de seu tempo e lazer.

A recusa pelo trabalho e a opção pela parceria e meação, frente a necessidade premente dos fazendeiros de café, certamente fizeram gerar nestes últimos uma revolta cega contra aqueles que ousavam arrostar o seu poder de senhores. A pecha de preguiçosos e vadios recaiu sobre aquela população livre (GOUVÊA, 2001, p.30).

De acordo com Gouvêa (2001, p. 33) a sistematização da representação ajuda a construir uma imagem sobre uma cultura e posteriormente essa imagem vai ser tida e aceita como a representação fidedigna dessa cultura. “As ideologias encontram-se e expõem o jogo de forças presentes na experiência da vida, e esbarrar num preconceito, nos preconceitos todos, pode macular as imagens”.

No século XIX e XX houve a ocorrência de movimentos sociais no campo de cunho messiânico, esses buscavam resolver as crises que lhes afetavam por meio da criação de comunidades, regidas por um “messias”, sendo esse uma pessoa que possuía grande carisma e licitude, que era considerado apto a implantar uma nova ordem social, comumente de cunho mais igualitário. Os exemplos desses líderes mais conhecidos foram Antônio Conselheiro, em Canudos, na Bahia e o monge José Maria, no Contestado, fronteira do Paraná com Santa Catarina (MEDEIROS, 1989).

Entre os anos de 1940 e 1950 revelou-se para cena política a luta dos trabalhadores rurais, que surgiu através das Ligas Camponesas, entretanto como já havia acontecido anteriormente e ainda acontece nos tempos atuais, houve a marginalização da luta desse povo.

[...]nesse mesmo momento, forjou-se a imagem dessas lutas como produto da “ação de agentes externos”, “elementos estranhos à classe”, que, por interesses outros, viriam incitar a revolta e perturbar a secular “paz no campo”. Com isso, mais uma vez os trabalhadores eram vistos como incapazes de agir, de formular seus interesses e de se organizar em sua defesa. Em consequência, se desqualificam suas lutas, tornando-as episódicas e escondendo a real dimensão de tensão e de conflitos existentes no campo (MEDEIROS, 1989, p.13).

As Ligas Camponesas obtiveram expressividade mesmo com o alto nível de analfabetismo nas áreas rurais, com o apoio de membros do Partido Comunista, que conseguiu eleger membros para as assembleias estaduais e

municipais, havendo para este fato grande contribuição dos camponeses, nas mobilizações sociais.

Organizaram-se por direitos trabalhistas, previdência social e, principalmente a reforma agrária. Com o apoio de diferentes entidades conseguiram o acesso a alguns direitos trabalhistas e se colocou em pauta a questão da reforma agrária, porém com o golpe militar de 1964 a fase de efervescência social e política das lutas camponesas foi interrompida (MEDEIROS, 1989).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com os sinais de que o “milagre econômico”, pregado pelos militares estava perto do seu colapso, a sociedade se mobilizou com os seus diversos setores constituintes e, foram as ruas protestar contra o período de chumbo, que ia matando seja por tortura ou pela censura. Perante essa situação o campo lutou de forma diversificada e de maneira intensificada trazendo para esse cenário, além das lutas pelos direitos já mencionados anteriormente, a realização de greves de assalariados, lutas de pequenos produtores modernizados e integrados em busca de melhores preços para os seus produtos (MEDEIROS, 1989).

Com a criação da nova república, os movimentos sociais passaram a ter esperanças que as suas pautas de lutas fossem atendidas, porém essa discussão não veio de forma intensa na nova república, muito menos se fez efetiva na promulgação da Constituição de 1988. Até hoje as lutas pela reforma agrária e por vida digna no campo fazem parte das reivindicações dos movimentos sociais camponeses.

### 3.1.1 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Dentre os movimentos sociais rurais mais importantes da atualidade no Brasil está o – MST. A sua formação ocorreu em 7 de setembro de 1979, ainda durante o regime ditatorial, por ocasião da ocupação da Fazenda Macali, no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul (MORISSAWA, 2001). Esse processo só ocorreu devido ao apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma instituição criada em 1975 durante o Encontro de Bispo e Prelados da Amazônia, com o objetivo de ser um serviço à causa de camponesas(es) (CPT, 2020).

A origem dos “sem-terra” como grupo dotado de uma identidade política sedimentada por uma complexa organização liga-se não só à trajetória de expropriação dos pequenos produtores em especial do Sul do país, como resultado do processo de modernização da agricultura, mas também, entre outros elementos, ao molecular trabalho da Igreja e à crítica formulada por esta instituição e pelas “oposições sindicais” à forma como a luta por terra e a demanda por reforma agrária estavam sendo conduzidas pelo sindicalismo rural [...] (MEDEIROS, 2002, p. 49).

Os principais motivos para a organização do MST foram; o aspecto socioeconômico, decorrente das transformações na agricultura nacional na década de 1970 e a introdução da soja que agilizou a mecanização da agricultura, essa mecanização culminou por impulsionar um sistema de agricultura com características mais capitalistas o que acarretou na expulsão, do meio rural, de um grande número de camponesas e camponeses (STEDILE; FERNANDES, 2012).

O MST se utiliza de ocupações para conseguir atenção do Estado, porém como acontece com a grande maioria dos movimentos sociais acontece a sua marginalização pelos poderes instituídos. Uma das características desse fato com o MST se dá pela falta de diferenciação, tanto popular quanto midiática, das palavras invadir e ocupar. Invadir é um ato de se tornar uma coisa de alguém com o objetivo de proveito individual, porém ocupar é preencher um espaço vazio, onde não ocorre função social do uso da terra (MORISSAWA, 2001).

Um dos atos mais marcantes de intolerância com o movimento foi o do massacre de Eldorado dos Carajás, que ocorreu no dia 17 de abril do ano de 1996, em que policiais do quartel de Parauapebas e de Marabá, formando ao todo um aparato policial de 155 policiais cercaram trabalhadores sem terra. Houve 21 mortos, 56 feridos ou mutilados e somente duas pessoas foram condenadas – o coronel Mario Colares Pantoja e o major José Maria Pereira Oliveira (MST, 2014).

É importante destacar a atuação do MST durante o período da Pandemia do Covid-19, em que realizou ações de doação de mais de 500 toneladas de alimentos para populações em situação de vulnerabilidade em diferentes cidades do país. Dessa forma o movimento se contrapõe aos impérios agroalimentares e ressalta para sociedade a necessidade de se fazer uma reforma agrária popular e soberana (WEDIG; RAMOS, 2020).



### 3.2 A AGROECOLOGIA E SUAS DIFERENCIAÇÕES DA AGRICULTURA CONVENCIONAL E DA AGRICULTURA ORGÂNICA

A agroecologia nasce como contraponto a uma agricultura que sofreu fortes modificações com as transformações mecânicas, químicas e biológicas, principalmente pós Segunda Guerra Mundial. Com o avanço da industrialização da agricultura foram observados graves problemas sociais e ambientais. A proposta da agroecologia passa a se difundir na década de 1970, e a sistematizar as práticas ancestrais das agriculturas realizadas pelos povos, durante milhares de anos em todo o planeta. Conforme Altieri (1999) pesquisas relacionadas a agricultura indígena, mostram que em vários sistemas agrícolas locais eram, utilizados de mecanismos para proteger as culturas das intempéries ambientais e da predação e competição.

Conceitualmente a agroecologia pode ser descrita como:

[...] uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais (ALTIERI, 2004, p. 23).

A ideia chave de uma agricultura agroecológica é ir além dos métodos agrícolas alternativos é criar agroecossistemas com a mínima dependência ou nenhuma de agroquímicos e insumos exógenos (ALTIERI; TOLEDO, 2011). A agroecologia latino-americana se tornou mais que um sistema de produção agrícola é um movimento político cujo objetivo é transformar a agricultura convencional, que está voltada para atender as vontades do agronegócio e dos latifúndios ainda predominantes na região se utilizando de um modelo industrial, dependente de combustíveis fósseis e recursos exógenos.

Durante muito tempo a concepção de desenvolvimento via o “progresso” no espaço rural como uma homogeneização sociocultural, ocasionando um apagamento dos conhecimentos locais que foram desenvolvidos apoiados numa relação humano-natureza, em cada ecossistema específico. Essa invisibilidade se deu por meio de relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas vinculadas à “modernização” (GUZMÁN, 2001).

A agricultura convencional, tida muitas vezes como a forma “moderna” de se produzir, tem como princípio se especializar em monocultivo, utilizando-se massivamente de adubos minerais e plantas e animais geneticamente modificados, além disso, a quase a totalidade da produção é destinada a comercialização (MAZOYER; ROUDART, 2008). Esse sistema de produção é um dos principais responsáveis pelos danos ambientais, como a contaminação do solo e água por agrotóxicos, além de ocasionar problemas sociais no espaço rural, como por exemplo o êxodo rural de camponesas(es).

A agricultura orgânica tem como convicção construir sistemas de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, a agregação de comportamentos que incluam a planta, solo e as condições climáticas, gerando um alimento sadio e com suas características e sabores originais, que atenda às expectativas do consumidor. Entretanto, devido as exigências dos consumidores e a pressão do mercado beneficia o estabelecimento de sistemas orgânicos de produção, onde se realiza o monocultivo, onde a única preocupação é com o aumento da produtividade, utilizando-se majoritariamente de insumos alternativos exógenos a propriedade. Estes exemplos beneficiam fatores econômicos, em desvantagens de questões agronômicas, ecológicas e sociais, ignorando a proposta agroecológica de equilíbrio entre os fatores, mostrando desse modo o risco a sustentabilidade do sistema (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

### 3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E AGROECOLOGIA, VÁRIOS CAMINHOS PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

De acordo com Altieri e Nicholls (2010) os movimentos sociais são de suma importância para as transformações de demandas pela agricultura atual, já que estes possuem vontade política que podem desmontar e transformar instituições que impedem a construção de uma agricultura sustentável.

O avanço em direção a uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente correta será o resultado da ação coordenada de movimentos sociais emergentes no setor rural com organizações da sociedade civil que estão comprometidas em apoiar os objetivos desses movimentos de agricultores (ALTIERI; NICHOLLS, 2010, p. 71 tradução nossa).

A construção da agroecologia pelos movimentos sociais se dá por vários meios. No MST o discurso da agroecologia se deu com mais ênfase nas últimas décadas. No início o MST seguia o princípio da agricultura com base marxista onde se priorizava a alta produção, especialidade, produção integrada verticalmente e coletivamente, porém a partir da década de 1990, o sistema de coletivização criou no movimento uma série de questionamentos, o que levou-os a repensar o seu sistema, passando assim a adotar a sistema agroecológico de produção após os anos 2000 (BORSATTO; CARMO, 2013).

De acordo com Picolotto e Piccin (2008) essa mudança também possui relação com três fatores: a) reforma neoliberal do Estado brasileiro, com a extinção das políticas setoriais de preços mínimos e a abertura de mercados e expansão da fronteira agrícola para a região Centro-Oeste; b) fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e c) a criação da Via Campesina. Os autores apontam que a reforma neoliberal e o fim do PROCERA dificultaram a sequência do sistema agrícola usado até então, e a criação da Via Campesina colocou as lideranças do movimento em contato com movimentos sociais internacionais que já tinha em suas pautas de lutas a agroecologia.

Nos últimos anos o MST vem mudando radicalmente o seu discurso de sistema agrário, indo para um conceito de agricultura baseada na perspectiva chayanoviana. Para Chayanov o sistema de campesinato não era tido como um processo social fadado ao desaparecimento, mas era o embrião vivo de uma agricultura em desenvolvimento. O sistema agroecológico se tornou mais que uma forma de se fazer agricultura para o MST, ele dá o alicerce para um questionamento sobre políticas agrícolas, que no Brasil, desde o início do colonialismo, sempre se preocupou com a agricultura patronal (BORSATTO; CARMO, 2013).

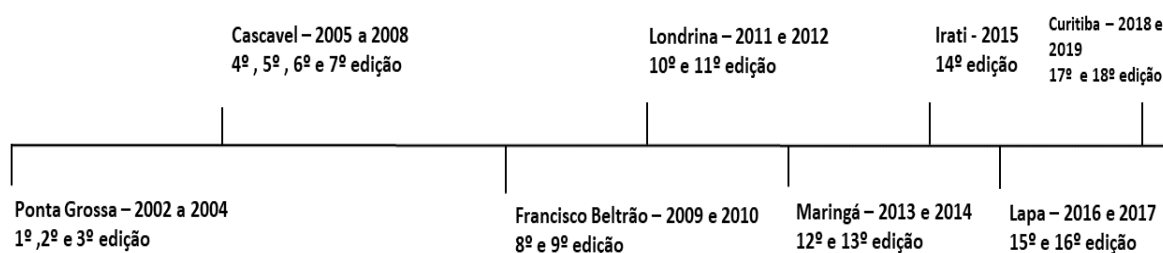
## 4 METODOLOGIA

O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, sistematizada em estudo de caso, que busca analisar as perspectivas de pessoas, comunidades, sociedades e organizações (STOECKER, 1991). A inserção do pesquisador nos espaços da Jornada de Agroecologia do Paraná se deu por meio da Associação de Estudos Orientações e Assistência Rural (ASSESOAR), uma entidade que se relaciona com diversos atores sociais, auxiliando no fortalecimento de uma agricultura mais justa.

### 4.1 LOCUS DE PESQUISA

A Jornada de Agroecologia é um evento itinerante de grande alcance que acontece desde 2002 no estado do Paraná, e tem o propósito de ser parte de uma construção permanente de promoção da agricultura familiar ecológica, baseada no lema de todas as suas edições “Terra livre de transgênico e sem agrotóxicos” (BARCELLOS, 2012). Oito cidades já sediaram o evento, tendo estas cidades um papel importante na luta camponesa estadual.

**Figura 1** – Linha do tempo com as cidades e o ano em que sediaram a Jornada de Agroecologia.



Fonte: Autoria própria (2020).

A cidade de Ponta Grossa, que sediou as três primeiras edições da Jornada de Agroecologia, é marcada pela forte presença do agronegócio e por ser sede da União Democrática Ruralista (UDR) – que foi criada em 1985 e é, uma das principais instituições ligadas ao setor latifundiário brasileiro. Para os organizadores da Jornada é necessária a construção de um desenvolvimento rural sustentável,

baseado na reforma agrária e que para que esta aconteça é necessário o enfrentamento do agronegócio (GRUPO DE TRABALHO CARTILHA JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ, 2019).

Cascavel sediou as edições entre 2005 e 2008, a cidade é o berço do MST, além de um território fortemente marcado pela presença do agronegócio, com produção de milho e soja. O principal debate manteve-se relacionado à contraposição da utilização das terras da região com a finalidade de se produzir transgênicos, que ainda eram proibidos no Paraná naquele período (GRUPO DE TRABALHO CARTILHA JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ, 2019).

Francisco Beltrão, acolheu a 8ª e 9ª edição da Jornada de Agroecologia. A região é marcada pela forte presença de empresas integradoras e de fomento ao agronegócio, contraponto com a formação histórica da luta pela terra protagonizada pelos camponeses na Revolta do Posseiros em 19571, um levante agrário onde colonos e posseiros estabeleceram diversas formas de resistência e luta contra companhias grileiras de terras que se utilizavam de jagunços para amedrontá-los e expulsá-los de suas propriedades (PEGORARO, 2008).

Em 2011 e 2012 a Jornada de Agroecologia foi sediada em Londrina e contou com uma ampla participação de estudantes universitários e secundaristas, dando um destaque para o debate sobre o protagonismo da juventude, objetivando fortalecer a agricultura camponesa na Região Norte Central do Paraná. Em 2013 e 2014 Maringá acolheu a Jornada de Agroecologia, e o principal motivo da escolha da cidade foi de realizar o encontro em um espaço camponês agroecológico – a Escola Milton Santos, criada no ano de 2000 através da luta pela concessão de um terreno do município para o Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA), a escola tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento por meio da agroecologia (ALANIZ; DAL RI, 2019). – criada pelo MST (GRUPO DE TRABALHO CARTILHA JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ, 2019).

A 14ª Jornada de Agroecologia, ocorreu em 2015 na cidade de Irati, questionando o sistema judiciário que criminalizou lideranças de organizações e movimentos sociais, tendo como caso emblemático os agricultores presos em 2013 na operação Agro Fantasma que investigava fraudes no Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA), em 2016 a juíza federal Gabriela Hardt, decretou a absolvição dos réus devido à ausência de provas (RUSCHEL, 2019).

A cidade da Lapa recebeu a 15<sup>a</sup> e 16<sup>a</sup> Jornada de Agroecologia, região com a presença de comunidades tradicionais – Faxinalenses – e onde está localizado o Assentamento do Contestado que sedia a Escola Latino-Americana de Agroecologia, fundada em 2005 como a primeira escola de graduação em agroecologia do país (GRUPO DE TRABALHO CARTILHA JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ, 2019).

Curitiba recebeu a 17<sup>a</sup> e 18<sup>a</sup> Jornada de Agroecologia com o objetivo de unificar as reivindicações de trabalhadoras(es) do campo e da cidade na luta por uma comida de verdade. Praças e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), foram lugares que acolheram a Jornada, somando o conhecimento popular e tradicional ao conhecimento institucionalizado na construção da agroecologia. Um dos objetivos dessas duas edições foi aproximar as(os) agricultoras(es) com as consumidoras(es).

#### 4.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados se constituiu a partir de três ângulos de análise:

1) A observação participante, através da qual – buscou-se compreender como se dá a construção e o compartilhamento dos conhecimentos sobre a agroecologia no espaço da Jornada. Foram observadas as atividades coletivas como as feiras, atividades sociais, culturais e políticas, onde participou-se das mesmas, anotando as observações em caderno de campo. Uma das vantagens da observação participante é proporcionar uma compreensão dos atores sociais nos seus contextos culturais e de ações (CORREIA, 2009).

2) A análise documental – das cartas coletivas produzidas, desde o ano de 2002, no contexto da Jornada de Agroecologia. O acesso as cartas das edições da Jornada foi um processo longo e complicado, já que as mesmas não se encontram disponibilizadas em um mesmo espaço, seria importante do ponto de vista da organização reunir esses documentos que são de extrema importância para a história do movimento social agroecológico, a construção dessas cartas se dá por meio de um debate onde representantes das diversas delegações se reúnem,

levantam suas questões e um membro é responsável por redigi-la. Conforme Sá Silva, Almeida e Guindani (2009) o uso da análise documental proporciona uma ampliação do entendimento de objetos que se fazem necessários para uma contextualização sociocultural e histórica, além de adicionar a dimensão temporal à compreensão do social. Após a análise criou-se um quadro de categorias seguindo o modelo de (CARDOSO *et al.*, 2011).

3) As entrevistas semiestruturadas – com camponesas(es) participantes da Jornada que possibilitaram uma análise da expressão das lutas em que se inserem as suas reivindicações. O uso das entrevistas semiestruturadas deu-se a partir do entendimento de que as respostas espontâneas das(os) entrevistada(os) e a maior liberdade que estes têm, podem fazer surgir questões inesperadas e fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais locais (BONI; QUARESMA, 2005). Os dados das entrevistas complementaram aqueles coletados na observação participante e na análise documental.

Foram realizadas 5 entrevistas, a escolha dos entrevistados se deu por meio de indicações de outros participantes ou por uma prévia relação com as(os) entrevistadas(os), os seus nomes, idades e cidades de origem se encontram no quadro 1, o roteiro utilizado encontra-se no apêndice A, as entrevistas foram analisadas e categorizadas conforme os objetivos da pesquisa e com isso se construiu um quadro, baseado na análise de conteúdo de (CARDOSO *et al.*, 2011). O quadro de síntese das entrevistas encontra-se no apêndice B.

**Quadro 1** – Identificação dos entrevistados durante a 18ª edição da Jornada de Agroecologia, UTFPR, Pato Branco – PR, 2020.

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Cidade de origem</b>
Ana Paula	21 anos	Lapa
Genecilda	67 anos	Ponta Grossa
José Carlos	51 anos	Honório Serpa
Vilma	65 anos	Dois Vizinhos
Walmir	45 anos	Rio Bonito do Iguaçu

Fonte: Autoria própria (2020).

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A criação da Jornada de Agroecologia surge em 2001 a partir de uma coalização política ocasionada por uma ampliação dos processos de articulações entre movimentos sociais e organizações coletivas atuantes no espaço rural e urbano do estado do Paraná. O público majoritário das edições da Jornada de Agroecologia é de agricultores integrantes de movimentos sociais – em sua maioria do MST –, além de outras organizações coletivas, estudantes e professores universitários. O MST é um dos pioneiros no sistema de produção agroecológico – e de organizações coletivas, estudantes e professores universitários. O objetivo da Jornada, desde a sua concepção, é ser um espaço para o estudo, mobilização política e troca de saberes (BARCELLOS, 2012). A realização das duas últimas edições na cidade de Curitiba tiveram o propósito de levar o debate sobre a agroecologia e reforma agrária para o público não rural e contar com o apoio destes em lutas futuras.

A Jornada, em seus diferentes espaços, ressalta algumas das principais características das(os) camponesas(es), a saber, a solidariedade e a generosidade. Ela é mais que um evento, é espaço de reencontro e de criação de amizades, e uma das principais formas de comercialização dos produtos desses agricultores, alguns deles se preparam o ano inteiro esses dias. Os espaços da Jornada cotam com feiras, cozinhas, alojamentos, espaços para apresentações culturais – conforme foi possível observar durante a participação na 18ª edição.

Os alojamentos, destinados a instalação das delegações que foram para a capital paranaense, ocorreram em de quadras poliesportivas onde os participantes montaram barracas ou dormiam em colchões, após a acomodação aconteciam reuniões entre as delegações para a organização das atividades nos espaços da Jornada. No primeiro dia, as delegações se dirigiram ao lugar de credenciamento, onde recebiam bolsas, botons e materiais impressos a respeito do evento. Os horários para entrada e saída dos alojamentos foram estabelecidos previamente, e as(os) próprias(os) camponesas(es) faziam a segurança desses espaços.



**Figura 2** – Alojamento das delegações participantes da 18ª edição da Jornada de Agroecologia.



Fonte: Autoria própria (2019).

Um dos principais eventos que ocorrem nos espaços da Jornada é a feira da agrobiodiversidade, que na 18ª edição contou com 100 coletivos de produtores e 12 coletivos no espaço Culinária da Terra (carta 18ª edição da Jornada de Agroecologia). Os produtos comercializados – sementes crioulas, hortaliças, bolachas, pães, Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), além de livros, roupas, artesanatos e remédios naturais – eram oriundos das comunidades das camponesas. As feiras apresentam um papel importante na interação das(os) camponesas(es) com a população urbana, além de proporcionar uma troca de saberes, e nesse caso ajudar a desfazer o conceito negativo que os movimentos de luta por reforma agrária possuem com parte da população.

**Figura 3** – Produtos comercializados na feira de agrobiodiversidade da 18ª edição da Jornada de Agroecologia.



Fonte: Jornada de Agroecologia (2019).

Outro espaço importante da Jornada é a cozinha comunitária, que tinha como responsabilidade preparar alimentos para aqueles que estavam em Curitiba para comercializar ou expor as suas produções. Foram servidos nos quatro dias de evento café da manhã, almoço e janta. A estrutura da cozinha foi alocada na Casa do Estudante Universitário (CEU), da UFPR, dividida em 7 cozinhas, sendo 6 destas pertencentes a camponesas(es) membros do MST e a outra compartilhada por integrantes da Assesoar, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Rede Ecovida Sudoeste do Paraná, UTFPR – Pato Branco e Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Capanema (WALLAU; COSTA; WEDIG, 2019). De acordo com Leonardo (2009) a comida, o ato de cozinhar, além de envolver afeto e cuidado, são expressões culturais significativas. A cozinha coletiva acabou ressaltando o espírito de auxílio mútuo tão presente na cultura camponesa, pois apesar de estar dividida em 7 cozinhas, os alimentos e a generosidade ultrapassavam essas divisões.

*Aqui nas cozinhas chegou hora de almoço e de janta nem tem esse aqui é nosso, é do povo, José Carlos.*

**Figura 4** – Cozinha comunitária da 18ª edição da Jornada de Agroecologia.



Fonte: Autoria própria (2019).

Como ressalta Barcellos (2012), a Jornada de Agroecologia é um evento que ocorre em meio a uma sucessão encadeada de eventos, onde a

sociabilidade nos seus espaços possibilita a criação de redes de afeto e saberes, sendo a criação de amizades um dos principais motivos que levam as(os) camponesas(es) a querer participar novamente da Jornada, além de promover a agroecologia e a reforma agrária como forma de se conseguir um desenvolvimento rural sustentável e relatar as repressões do Estado.

## 5.1 AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

A Jornada de Agroecologia, desde sua criação afirma um compromisso com a agricultura familiar e camponesa. No manifesto de 2001, entre os princípios apresentados, está a valorização da agricultura familiar como base da organização sociocultural e econômica da produção agrícola. Passando-se 18 edições, podemos notar que este princípio vem sendo cumprido, a Jornada se articulou com organizações e instituições comprometidas com o desenvolvimento rural sustentável, em torno de uma proposta para a agricultura familiar ecológica. Através da Jornada é ressaltada a importância da agricultura familiar camponesa, que se contrapõe diretamente ao agronegócio e o seu projeto neoliberal proposto para o desenvolvimento dos espaços rurais, mostrando a (re)construção do saber/fazer e sentir camponês.

Na sua 2ª edição em 2003, foi pautado como uma das lutas do movimento levantar o debate público para a criação de políticas públicas destinadas a implementação de linhas de crédito para a produção agroecológica. Criado em 1994 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sofreu uma série de mudanças ao longo dos anos, uma delas foi a criação de uma linha de crédito específica para a agroecologia, o Pronaf Agroecologia em 2006. As propostas para essa modalidade levavam em consideração a possibilidade do uso de sementes crioulas e de condições específicas para famílias interessadas em desenvolver o sistema de produção de base agroecológico (MOURA, 2017).

No ano de 2003 foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para ser um apoio estrutural do Programa Fome Zero. As diretrizes do PAA visam incentivar a agricultura familiar, através da inclusão econômica e social por meio da valorização e do consumo de produtos oriundos de propriedades familiares.

O programa permite que organizações sociais formem seus próprios estoques, e façam a comercialização dos seus produtos em ocasiões de mercados mais favoráveis. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surgido em 1955, no ano de 2009 foi ampliado para o ensino médio e alfabetização de jovens e adultos e se estabeleceu uma relação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar (MOURA, 2017).

Grande parte das(os) camponesas(es) que participam da Jornada utilizam-se dessas políticas públicas para realizar a comercialização da sua produção para esses mercados institucionais como relata dona Genecilda:

*[...] então nós estamos com toneladas e toneladas de alimentos para o PNAE estadual e municipal e também para o exército, estamos com um projeto de 160 mil para fornecer alimentos para o exército.*

A Jornada é um evento que tem colaborado para o debate sobre políticas públicas de agroecologia e agricultura familiar. Sem essas mobilizações, a realidade presenciada hoje poderia ser totalmente diferente.

Durante a sua 6ª edição, em 2007, a Jornada propôs o debate sobre a implementação de um programa de merenda escolar ecológica no Paraná. Em 2019, após 12 anos do debate levantado na Jornada, o governo estadual aprovou a lei que garante que 100% da merenda escolar da rede estadual seja orgânica até 2030. Entretanto, a deputada estadual Luciana Rafagnin cobrou a publicação do decreto, visto que, passado um ano de sua aprovação, ainda não havia sido publicado no diário oficial (PARANÁ, 2020). Para que a iniciativa contemple e fortaleça a agricultura familiar e não seja apenas uma forma de ajudar o agronegócio – enrustido de um projeto de valorização da produção sustentável – é necessária a criação de incentivos estaduais para a produção familiar e camponesa. Já que em 2012 o então governador do estado, Beto Richa, vetou o projeto de lei nº 403/11 que destinava incentivos à implementação de sistema de produção agroecológicos, alegando que a iniciativa do projeto não é de interesse público (MST, 2012).

Em 2013, na sua 12ª edição, a Jornada exemplificou como a pressão popular ajuda no estabelecimento de políticas públicas, como no caso da criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Nierdele *et al* (2019)

relatam que no percurso de criação de políticas públicas, fóruns e arenas de participação social se destacaram na construção de um pensamento crítico relacionado a modernização da agricultura e, contrapondo-se a ela, a proposição da produção de alimentos de forma sustentável.

Durante todas as suas edições a Jornada reafirma o compromisso de levantar o debate referente a reforma agrária e da garantia do direito a terra e ao território de povos e comunidades tradicionais, como os coletivos indígenas, para que consigam condições de avançar no projeto popular e soberano. Também são feitas denúncias sobre a demora na regularização dos territórios quilombolas no estado, onde há mais de 50 comunidades reconhecidas e apenas 30 delas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e apenas um com a titulação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o quilombo Paiol de Telha, da cidade de Reserva do Iguaçu.

As diversas edições da Jornada ressaltam a importância de se garantir a permanência dos jovens e mulheres no campo e com condições de acesso a políticas públicas de educação, cultura, saúde e moradia, além de promover o combate a violência doméstica e incentivar a luta feminista, pois “sem feminismo não há agroecologia”.

A Jornada permite que os jovens se tornem lideranças nas suas comunidades e os conhecimentos adquiridos na Jornada passem a ser aplicados nas suas realidades, Ana Paula relata como o conhecimento sobre certificação de sementes, ajudou-a se ter uma liderança na sua comunidade, o assentamento do Contestado:

*É acho que foi Irati, eu fui especificamente para participar do debate que tinha sobre a semente orgânica, porque gerava muita polêmica no nosso núcleo de agroecologia e ninguém sabia explicar, daí eu falei eu vou nessa bagaça só para saber explicar, por que daí eles viam ... muita pressão em cima de mim porque eu era a que mais lia, que tinha mais interesse por causa da semente orgânica.*

Jovens e mulheres são a maioria dos participantes do evento, mostrando a importância de se ouvir os seus anseios e de inseri-los na pauta geral da agroecologia.

## 5.2 AGROECOLOGIA: CUIDADO DA CASA COMUM E PRODUZINDO COMIDA DE VERDADE

A agroecologia não é mera técnica, é uma relação de cuidado com a nossa Casa Comum que é a Terra. Lutamos pela agroecologia como forma de superação das crises econômica, política, social e ambiental, sobretudo pela transformação da sociedade (carta 15ª edição da Jornada de agroecologia, 2016).

Desde a sua criação a Jornada de Agroecologia visa o fortalecimento e a promoção de uma agricultura de base ecológica, sendo o seu lema “terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos” (BARCELLOS, 2012). Desta forma, a realização desse evento confronta diretamente o agronegócio, principalmente no seu objetivo de patenteamento e comercialização de recursos genéticos. Alguns dos atos mais emblemáticos, ocorridos nas edições da Jornada, foram contra a liberação do cultivo de transgênicos.

Em 2003 na 2ª edição do evento, um grupo de manifestantes ocupou um centro ilegal de produção de sementes transgênicas da Monsanto, em Ponta Grossa. Em 15 de maio de 2004, nesse espaço, foi inaugurado o Centro Chico Mendes de Agroecologia, que tinha por finalidade a produção de sementes crioulas, adubos verdes e plantas medicinais para os acampamentos, assentamentos e agricultura familiar, além de promover eventos de formação técnico-político de camponesas(es) e de jovens rurais. Após 18 meses de funcionamento do espaço, as (os) camponesas(es) foram desapropriados por ordem judicial, e a Monsanto foi multada em R\$ 1,5 milhão (MST, 2004).

Em 2006, durante a 7ª edição, participantes ocuparam o centro de transgenese da Syngenta, já que esta não cumpria a legislação ambiental que garante uma distância de 10 Km de reservas ambientais. A empresa foi multada em R\$ 1 milhão pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o seu campo experimental, em Santa Tereza do Oeste, Paraná foi desapropriado.

Com o objetivo de ser porta-voz das reivindicações das(os) camponesas(es) a Jornada teve algumas conquistas significativas no campo político, como a criação da Lei Paraná Livre de Transgênicos, que proibia a entrada de produtos transgênicos pelo Porto de Paranaguá, concretização da fiscalização da

produção e da comercialização de sementes transgênicas, manutenção da moratória internacional e nacional contra a tecnologia “terminator” e a Lei de Rotulagem dos Produtos Transgênicos. Entretanto esse conjunto de conquista foi inviabilizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) alegando inconstitucionalidade (BARCELLOS, 2012; TARDIN, 2009).

A concepção que os participantes da Jornada tem sobre a agroecologia é que ela vai além de ser um sistema de produção, é tida como uma filosofia de vida, sobre essa forma de pensar seu Walmir ressalta:

*[...] eu acho que agroecologia é você lidar com vida e a gente como sabe do tamanho da importância do que é a vida, quando se fala em produção orgânica você está falando em vida. A produção agroecológica é saudável, a questão do meio ambiente você está o preservando, preservando o ecossistema a biodiversidade e até as próprias águas, sistemas agroflorestais, é um complexo muito grande a agroecologia. Não é só a produção é o convívio familiar, convívio comunitário, desde as partículas de sementes que a gente tanto pega de lá para cá, como a gente também doa.*

A Jornada também é um processo permanente e contínuo de troca de saberes, os seus espaços são ricos na construção e na difusão do conhecimento popular, pois são as(os) próprias(os) camponesas(es) responsáveis por esse compartilhamento, o senhor José Carlos relata como o conhecimento sobre adubação verde, adquirido na Jornada, o ajudou a diminuir os seus gastos de produção:

*Olha eu aprendi muito, a parte de adubação. Antes eu gastava muito, sempre comprando adubo. Hoje não, eu trabalho tudo com orgânico, hoje aquele nabo comprei umas sementes, começa com aquele que tem três variedades, aquele feijão graúdo.*

E nesse processo de troca de saberes as(os) guardiãs(ões) de sementes possuem um papel fundamental, já que estes são um dos principais atores sociais na preservação da biodiversidade, principalmente nesse período de mudanças climáticas, tão marcantes nessas últimas décadas (ABRAMOVAY, 2010). Seu Walmir, um desses guardiões de sementes presentes na Jornada, relata as suas motivações nessa atividade:

*Eu penso assim, sempre tem um desafio, novidades na questão de conhecimentos que a gente já tem, tem sementes que a gente pretende encontrar e não encontra então o desafio da gente é ter coisas novas e ao mesmo tempo repassar algumas sementes fazendo trocas até porque sozinho a gente não vai conseguir tantas sementes mas no nosso sistema*

*dentro da rede ecovida de compartilhar, de você fazer um manejo de troca de sementes, então é um desafio. Sempre tem gente tentando produzir mas não tem aquela semente, sempre tem procura de sementes que já existiram e hoje estão escassas.*

**Figura 5** – Seu Walmir, guardião de sementes, membro do MST em Rio Bonito do Iguazu, PR.



Fonte: Autoria própria (2019).

Um das conquistas celebradas pela Jornada foi a criação, em 2012, do PAA-Sementes, que autoriza a destinação de até 5% do orçamento anual do PAA para a compra de sementes, mudas e outros materiais de propagação. Esse tipo de política pública é fundamental para auxiliar as(os) camponesas(es) e suas organizações na comercialização. Entretanto, o PAA, como outros programas governamentais, vem sofrendo um processo de desmonte por este governo que tem explicitamente como base eleitoral latifundiários que não querem um fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa.

Dessa forma, a mobilização de movimentos sociais e organizações coletivas é fundamental para pressionar pela manutenção e ampliação dessa política. A Jornada assume, nesse contexto um papel de grande importância nessa luta, ajudando a levar esse debate ao público mais amplo (ARTICULAÇÃO NACIONAL DA AGROECOLOGIA, 2020).

A agroecologia é entendida, nos espaços da Jornada, como ciência, prática e movimento, ressaltando a importância do conhecimento popular, valorizando o uso de plantas medicinais. Na sua 18ª edição havia um espaço



intitulado Saúde Popular onde eram comercializados remédios naturais e podia-se realizar consultas com médicos populares.

A agroecologia é prática, ciência, movimento sendo a única saída democrática possível para um projeto popular soberano e para superação da crise e da posição dependente brasileira. É condição para efetivação dos Direitos Humanos ambientais, culturais, econômicos e sociais, em especial ao da terra e território, à alimentação saudável, ao livre uso da agro e sociobiodiversidade e dos conhecimentos tradicionais a elas associados e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável (Carta 16ª edição da Jornada de Agroecologia, 2017).

Os espaços da Jornada também permitiram criar elos, afetos e amizades, sendo esse um dos principais motivos pelos quais as (os) camponesas(es) sempre desejam retornar. Conforme Comerford (1999) esses espaços de reuniões criam espaços de sociabilidade que contribuem para a consolidação de rede de relações que ultrapassam as estruturas formais das organizações.

Sobre essa criação de elos seu Walmir e dona Vilma comentam respectivamente:

[...] eu gosto de participar porque além de estar aprendendo muita coisa que eu não sei e o que eu sei tô passando para os companheiros que não sabem.

*eu gostei muito, fiz muitas amizades, muita gente boa, muita gente querida é a coisa mais boa não vou perder mais nenhuma.*

**Figura 6** – Espaço destinado a saúde popular, na 18ª edição da Jornada de Agroecologia.



Fonte: Jornada Agroecologia (2019).

A Jornada ressalta a importância de rompermos com o latifúndio do conhecimento, onde a maior parte dos cursos de ciências agrárias são voltados para atender o agronegócio. Em 2010, durante a realização da 9ª edição do evento, em Francisco Beltrão, foi realizada a formatura da 1ª turma de tecnólogos em agroecologia do Brasil, formados pela Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) que fica localizada no assentamento do Contestado na cidade de Lapa, Paraná em parceria com o IFPR. Em 2013, a 12ª edição foi realizada na Escola Milton Santos em Maringá, que nos últimos 12 anos havia formado, como técnicos de agroecologia, 80 jovens oriundos de assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais. Essas parcerias realçam a importância das universidades e institutos de educação na construção da agroecologia como um projeto popular e soberano, permitindo criar um amplo processo de valorização e resgate do conhecimento e cultura camponesa.

### 5.3 MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, REFORMA ÁGRIA E AGROECOLOGIA

A partir da Segunda Guerra Mundial, com o avanço da Revolução Verde, as sociedades passaram a estar fortemente marcadas pelo intenso êxodo rural de famílias camponesas, ocasionando um crescimento urbano que, em muitos casos, não permitiu vida digna de moradia, trabalho, alimentação para toda a população. Ao mesmo tempo que crescem as desigualdades sociais e econômicas, as pessoas com menos recursos financeiros, nos grandes centros urbanos, acabam tendo acesso cada vez mais precarizados aos alimentos que nos últimos anos, passaram a ser ultraprocessados e controlados pelos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008).

Frente a essa realidade, a organização de movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), passaram a ter como pautas de luta o acesso à terra e condições de vida melhores, para que possam produzir alimentos para autoconsumo e comercializar seus excedentes, com preços justos, para a população urbana e para os mercados institucionais, como da merenda escolar. A partir dos anos 2000, o MST passa a propor a agroecologia enquanto forma de fazer agricultura tendo como bandeiras a produção de alimentos

livres de agrotóxicos, a recuperação da biodiversidade, o cuidado com o manejo dos solos e a proteção das fontes de água.

Auxiliando nessa luta, a Via Campesina, que foi criada com o objetivo de se contrapor apropriação de recursos naturais por empresas privadas, atua no Brasil por meio dos seguintes movimentos: MST, Movimento dos Atingidos Por Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A Via Campesina possui um papel fundamental na articulação da Jornada, proporcionando uma mediação política entre os movimentos e autoridades políticas além de trazer uma visibilidade internacional para a luta desses movimentos.

**Figura 7** – Cartaz da 16ª edição da Jornada de Agroecologia, em homenagem a Keno camponês e militante assassinado em 2007.



Fonte: Jornada de Agroecologia, (2016).

A Jornada pode ser dividida em dois focos principais: realizar a promoção da agroecologia para a sociedade, além de levar o debate referente a reforma agrária para espaços não rurais. Nas suas cartas pode-se perceber a importância que esses temas possuem para o evento, visto que é reforçada a necessidade de criar um processo de reforma agrária popular e soberano que ainda,

além de se estabelecer um limite máximo para a propriedade privada, de proibir a compra de terra por estrangeiros etc. A Jornada reforça essa necessidade de criação de uma reforma agrária popular, pois são os latifúndios que causam a violência no campo como o ocorrido em 2008 onde a edição do evento ocorreu em meio a um contexto de criminalização e de assassinato de integrantes do MST, além de ameaças feitas por integrantes da Sociedade Rural Oeste do Paraná (SRO) e do Movimento dos Produtores Rurais (MPR) aos meios de comunicação da região de Cascavel que sediou o evento (BARCELLOS, 2012).

A reforma agrária popular é proposta como uma maneira de superar o modelo neoliberal proposto na agricultura brasileira, modelo esse que se sustenta no trabalho análogo ao escravo, concentração de terras – acarretando em um êxodo rural e como consequência um aumento na concentração populacional nos espaços urbanos sem infraestrutura – degradação dos recursos naturais etc. A Jornada auxilia na luta divulgando essa pauta e denunciando manobras da bancada ruralista e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que violam os direitos constitucionalmente ofertados aos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores rurais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa conjuntura que se faz presente na sociedade brasileira, onde a agricultura está sendo moldada para atender as necessidades de nações imperialistas é de extrema importância ampliar a compreensão do modo como as(os) camponesas(es) constroem e compartilham os seus conhecimentos sobre a agroecologia e de como os espaços da Jornada de Agroecologia são importantes para as suas reivindicações e o debate para a construção de políticas públicas a respeito de uma agricultura sustentável e sobre a reforma agrária popular.

A Jornada de Agroecologia, não é só um evento organizado por movimentos sociais e organizações coletivas com o objetivo de promoção da agroecologia e reforma agrária, é mais que isso, é um ato político onde os seus participantes confrontam diretamente o agronegócio e suas estruturas, por meio de ocupações de espaços públicos, às vezes propriedades privadas que não estão cumprindo sua função social e ambiental, mas em especial ocupam um espaço de esperança onde um outro mundo é possível.

Nos discursos, cartas e conversas, durante a Jornada, pode-se observar com uma certa frequência o uso da palavra luta, (COMERFORD, 1999) o uso dessa palavra, em narrativas onde camponesas(es) relatam suas vidas, expressam a necessidade dessas pessoas serem vistas como merecedoras de respeito social, o que é muito importante em um contexto em que esse respeito se encontra ameaçado. Esses processos de mobilização política ocorridos junto as(os) camponesas(es), representam formas de participação social de segmentos que historicamente foram marginalizados e inviabilizados, resultando em dinâmicas sociais de participação, formas de sociabilidade e engajamento político.

Destaca-se a importância da Via Campesina na mobilização dos movimentos para a existência do evento, e do MST que compõe a maior parte das delegações da organização (BARCELLOS, 2012). Isso ocorre devido a política de atuação do movimento e as suas propostas políticas.

Em seus 18 anos de existência a Jornada foi palco para grandes conquistas dos movimentos sociais agroecológicos como a proibição de produtos transgênicos no Porto de Paranaguá, a lei de rotulagem de transgênicos, levantou

voz para o desejo de que os alunos da rede pública possam ter acesso a uma alimentação saudável e vinda da agricultura familiar e camponesa.

Projeções futuras sobre essa temática podem ser levantadas como por exemplo como a análise da influência da Jornada sobre o cotidiano das famílias camponesas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Alimentos versus população: está ressurgindo o fantasma malthusiano? **Ciência e Cultura**, v. 62, n. 4, p. 38–42, out. 2010. Acesso em: 29 nov. 2020.
- ALANIZ, Erika Porceli; DAL RI, Neusa Maria. Educação, trabalho e formação profissional no MST: a experiência do Curso de Agroecologia da Escola Milton Santos. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, p. e6789–e6789, 2019. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e6789>. Acesso em: 01 nov. 2020.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Acesso em: 20 set. 2018.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, v. 16, n. 13, p. 22–32, jun. 2010. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>. Acesso em: 25 out. 2018.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia bases científicas para una agricultura sustentable**. 1. ed. Montivideo: Editorial Nordan–Comunidad, 1999. Acesso em: 19 set. 2018.
- ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara. Agroecologia: potenciando la agricultura campesina para revertir el hambre y la inseguridad alimentaria en el mundo. **Revista de Economía Crítica**, p. 62–74, dez. 2010. Acesso em: 15 ago. 2018.
- ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Victor Manuel. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587–612, jul. 2011. <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.582947>. Acesso em: 13 out. 2018.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28–49, jun. 2003. Acesso em: 25 out. 2018.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DA AGROECOLOGIA, GT Biodiversidade. Como acessar a modalidade “sementes” do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)? 2020. Disponível em: [https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/09/PAA\\_Sementes-GtBioANA.pdf](https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/09/PAA_Sementes-GtBioANA.pdf). Acesso em: 25 nov. 2020.
- ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, n. 0, p. 67–80, dez. 2002. <https://doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>. Acesso em: 23 out. 2018.
- BARCELLOS, Sérgio Botton. A Jornada de Agroecologia e a ampliação das pautas e mobilização política nos movimentos sociais rurais. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 0, n. 32, jun. 2012. DOI 10.22409/antropolitica2012.0i32.a116. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41465>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BARCELLOS, Sérgio Botton. As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária. *Mundo Agrario: Revista de estudios rurales*, v. 12, n. 23, seç. **Mundo Agrario: Revista de estudios rurales**, p. 00–00, dez. 2011. Acesso em: 25 ago. 2020.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68–80, 1 jan. 2005. <https://doi.org/10.5007/%x>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645–660, dez. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>. Acesso em: 24 nov. 2018.

CARDOSO, Alberto; TEIXEIRA, Emanuel; SPILKER, Maria João; SILVA, Maria Paula; OLIVEIRA, Nuno Miguel. Análise de conteúdo de uma entrevista semi-estruturada. 2011. Disponível em: <http://mpelearning.pbworks.com/f/MICO.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. Acesso em: 25 out. 2020.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, v. 13, n. 2, p. 30–36, 2009. Acesso em: 13 jun. 2020.

COSTA NETO, Canrobert; CANAVESSI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? *In*: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 203–215. Acesso em: 15 jun. 2020.

CPT. Comissão Pastoral da Terra - Histórico. 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 15 out. 2020.

GOUVÊA, Luzimar Goulart. **O homem caipira nas obras de Lobato e de Mazzaropi: a construção de um imaginário**. 2001. 145 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270187>. Acesso em: 15 out. 2018.

GRUPO DE TRABALHO CARTILHA JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ (Org.). Cartilha da 18a Jornada de Agroecologia. 2019. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Cartilha-Jornada-2019-web.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n. 1, p. 35–45, mar. 2001. Acesso em: 26 out. 2018.



LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965–977, dez. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300015>. Acesso em: 17 nov. 2018.

LEONARDO, Maria. Antropologia da alimentação. *Antropos – Revista de Antropologia*, v. 3, n. 2, p. 1–6, 2009. Acesso em: 25 out. 2018.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo do neolítico à crise contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008. Acesso em: 10 out. 2018.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE, 1989. Acesso em: 20 out. 2018.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2002. Acesso em: 10 nov. 2018.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001. Acesso em: 15 nov. 2018.

MOURA, Iracema Ferreira de. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas do Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; MOURA, Iracema Ferreira de; MATTOS, Luciano Mansor de; ÁVILA, Mário Lúcio de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; SILVA, Ana Paula Moreira da (orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2017. p. 25–51. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1080075/a-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-no-brasil-uma-trajetoria-de-luta-pelo-desenvolvimento-rural-sustentavel>. Acesso em: 25 out. 2020.

MST. **17 de abril de 1996: Nossa homenagem aos mártires de Carajás**. 17 abr. 2014. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/04/17/17-de-abril-de-1996-nossa-homenagem-aos-martires-de-carajas/>. Acesso em: 25 nov. 2018.

MST. **Governo do Paraná vê agroecologia como afronta ao interesse público**. 10 maio 2012. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/05/10/governo-do-parana-ve-agroecologia-como-afronta-ao-interesse-publico/>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MST. **Jornada de Agroecologia resgata cultura de sementes crioulas**. 21 maio 2004. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2004/05/21/jornada-de-agroecologia-resgata-cultura-de-sementes-crioulas/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

NIEDERLE, Paulo André; SABOURIN, Eric Pierre; SCHMITT, Claudia Job; ÁVILA, Mário Lúcio de; PETERSEN, Paulo F.; ASSIS, William Santos de. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 270–291, jan. 2019. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>. Acesso: 17 out 2019.

PARANÁ, Assembleia Legislativa do. Deputada cobra do governo a regulamentação da alimentação escolar orgânica no Paraná. 4 mar. 2020. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.** Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/deputada-cobra-do-governo-a-regulamentacao-da-alimentacao-escolar-organica-no-parana>. Acesso em: 26 nov. 2020.

PEGORARO, Éverly. Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 2, n. 1, seq. IDEAS, p. 1–25, 2008. Acesso em: 25 ago. 2020.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; PICCIN, Marcos Botton. Movimentos camponeses e questões ambientais: positividade da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, v. 15, n. 16, p. 5–36, dez. 2008. Acesso em: 23 jul. 2018.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Acesso em: 15 set. 2020.

ROSSET, Peter. Re-thinking agrarian reform, land and territory in La Via Campesina. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 4, p. 721–775, set. 2013. <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.826654>. Acesso em: 25 mai. 2019.

RUSCHEL, René. **A história dos 13 agricultores presos por Moro e depois absolvidos**. 14 jul. 2019. **CartaCapital.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-historia-dos-13-agricultores-presos-por-moro-e-depois-absolvidos/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

SÁ SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História**, p. 1-15, 2009. Acesso em: 25 jul. 2020.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Maçano. **Brava gente a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Acesso em: 3 jun. 2018.

STOECKER, Randy. Evaluating and Rethinking the Case Study. **The Sociological Review**, v. 39, n. 1, p. 88–112, fev. 1991. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1991.tb02970.x>. Acesso em: 15 ago. 2020.

TARDIN, José Maria. Jornada de Agroecologia: camponesas e camponeses em movimento construindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, 31 dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/3393>. Acesso em: 13 nov. 2018.

VENDRAMINI, Célia Regina. Pesquisa e movimentos sociais. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 101, p. 1395–1409, dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400007>. Acesso em: 25 out. 2018.

WALLAU, Angélica Servegnini de; COSTA, Brendo Henrique da Silva; WEDIG, Josiane Carine. Cozinhar, partilhar e resistir: camponesas(es) do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a construção da agroecologia. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA AMÉRICA LATINA (SIDIAL) E DO IV CONGRESSO INTERNACIONAL: PLURALISMO JURÍDICO, CONSTITUCIONALISMO, BUEN VIVIR E JUSTIÇA AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA, 2019. **Anais II Seminário Internacional Diálogos Interculturais na América Latina (SIDIAL) e do IV Congresso Internacional: Pluralismo Jurídico, Constitucionalismo, Buen Vivir e Justiça ambiental na América Latina [...]**. Chapecó: UnoChapecó, 2019. p. 336–346. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1nyT4S\\_xyaWHPcSWttsu6LDBFh1JoEn\\_Z/view](https://drive.google.com/file/d/1nyT4S_xyaWHPcSWttsu6LDBFh1JoEn_Z/view). Acesso em: 25 abr. 2020.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. Resistências camponesas em tempos de pandemia. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 41–47, 30 maio 2020. <https://doi.org/10.15210/tes.v8iSuplemento.18904>. Acesso em: 25 out. 2020.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com camponesas e camponeses membros de movimentos sociais que trabalham com agroecologia.

Nome:

Idade:

1. Participa de qual movimento social ou entidade? Desde quando?
2. Conte um pouco de sua trajetória como agricultora (o) e como se tornou liderança.
3. O que é agroecologia para você?
4. Conte como você adentrou no campo da agroecologia e como adquiriu os conhecimentos relacionados a ela.
5. Como seu movimento trabalha com a agroecologia? Você percebe alguma diferença entre o modo como o seu movimento e os demais vivenciam a agroecologia?
6. Quantas vezes já participou da Jornada de Agroecologia? Qual a sua motivação para participar?
7. Quais os ensinamentos e aprendizados difundidos durante as Jornadas?
8. Como é o aceite da produção agroecológica na sua comunidade/município/região?
9. Os integrantes do seu movimento acessam alguma política pública para produção/ venda agroecológica?
10. Como são guardadas e multiplicadas as sementes e mudas? (participam de feiras de sementes, trocam entre vizinhos...)
11. Qual a sua perspectiva com relação ao futuro da agroecologia?

## APÊNDICE B – Quadro com análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas.

Categoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
<p><b>Compreensão sobre a agroecologia</b></p>	<p>Além de um sistema de produção/ uma filosofia de vida</p>	<p><i>“... ela é uma fonte de vida de alimento e principalmente uma forma de vida de cuidado da terra, da pessoa do próximo ...”</i></p> <p><i>“... agroecologia, alimentação saudável é para ser a coisa do futuro que até tem grandes empresas já de olho nisso”.</i></p> <p><i>“agroecologia para mim é comer tudo orgânico sem veneno, preservar a natureza não derrubar árvores ter o meio ambiente bonito bem saudável e saúde para as pessoas”.</i></p> <p><i>“... é a coisa que eu venho fazendo com minha família lá, não é só eu meus filhos, minha família, eu tenho experiência, tenho essa experiência antes eu e minha companheira tínhamos problemas de saúde, depois que comecei a lidar com essa parte sem veneno mudou a nossa situação, hoje graças a deus tenho que agradecer essas pessoas que levaram o conhecimento para mim, porque não tenho gastado em médico, tenho uma saúde que 100%”.</i></p> <p><i>“... eu acho que agroecologia é você lidar com vida e a gente como sabe do tamanho da importância do que é a vida, quando se fala em produção orgânica você está falando em vida, a produção agroecológica é saudável, a questão do meio ambiente você está o preservando, preservando o ecossistema a biodiversidade e até as próprias águas, sistemas agroflorestais, é um complexo muito grande a agroecologia não é só a produção é o convívio familiar, convívio comunitário, desde as partículas de sementes que a gente tanto pega de lá pra cá, como a gente também doa”.</i></p> <p><i>“... porque a agroecologia como eu disse não é só a produção é desde o convívio familiar, comunitário respeitando as diferenças os hábitos as religiões e aí por diante”.</i></p>

	<p><i>“É assim ó nós discutimos na reunião da região, na regional nossa isso o que nós dizia porque se fala nos direitos das mulheres como é que se diz ... violência doméstica, violência contra a juventude mas é nós que produzimos agroecológico e temos isso como um modo de vida, uma filosofia, a gente diz que só vai acontecer a diversidade, só vamos entender quando nós praticar a agroecologia...”.</i></p> <p><i>“... a família que prática a agroecologia e a família que tem um pedaço que é convencional a relação daquelas pessoas é completamente diferente, o filho é mais educado, trata melhor as pessoas, trata melhor os mais velhos, sabe é outra relação”.</i></p> <p><i>“eu acho que primeiro a gente tem que se reeducar, não ser tão consumista e não achar que o dinheiro resolve tudo a agroecologia, é isso não é o dinheiro que resolve, claro que precisamos do dinheiro precisamos vender nossas coisas, mas enquanto a gente achar que nosso problema é só dinheiro e se a gente tiver dinheiro e não saber administrar pode ter um rio de dinheiro que a gente nunca tem nada então, já estamos dizendo isso paras universidades, precisamos fazer um curso de como lidar com o dinheiro, porque a gente pode sim receber pouco dinheiro e ter bastante coisa é só saber administrar, mas nós pobres não sabemos administrar dinheiro porque a gente nunca viu dinheiro na frente dos olhos, daí quando o dinheiro chega a gente fica bem louco e até você entender que não tá sabendo administrar aquilo, você tem que trabalhar com a cabeça, eu digo sempre plantar não é só plantar, você tem que usar os braços e a cabeça, você precisa usar a cabeça, porque quem não usa a cabeça pode cavar o chão e nunca vai nascer”.</i></p> <p><i>“(agroecologia) é a minha vida, até quando eu existir vai ser</i></p>
--	---

	<p>Importância dos MS, Universidades e Organizações para promoção da agroecologia</p>	<p>isso daí”.</p> <p>“e porque eles já faziam (agroecologia), mas não sabiam o que era, então daí que eles tiveram conhecimento do que é no assentamento.”</p> <p>“a gente tava no assentamento é a proposta do assentamento (Contestado) foi ter orgânicos ser agroecológico ...”</p> <p>“meu pai é formado acho que é aquele curso técnico base de agroecologia.”</p> <p>“no assentamento tem um núcleo Maria Rosa de certificação”.</p> <p>“ela (Assesoar) é a minha segunda mãe porque nós ganhamos transporte, ganhamos de cama e mesa quando saímos nos encontros, eu só vou nos encontros por causa da Assesoar ... nós não conseguiríamos ir porque não temos dinheiro para viajar, comida e hotel.”</p> <p>“pela formação na realidade, fui além de lá participei de vários encontros, reunião deles (MST), oficina.”</p> <p>“... só meu filho que está no Rio Grande do Sul, ele se formou técnico agrícola (ELA) então aquele lá fez tudo, ele fez todos esses trabalhos com a gente”.</p> <p>“...ele está lá numa cooperativa (arroz orgânico) no Rio Grande do Sul ...”.</p> <p>“é uma coisa além só da alimentação, através da alimentação eles (MST) trabalham sem veneno é a saúde porque hoje o que vem do mercado ...”.</p> <p>“na realidade eu tenho um monte de livros lá tudo pelo MST indicando tudo que nós podemos fazer e estamos trabalhando dessa forma”.</p> <p>“... conforme o curso senão for pelo movimento não temos condição ...”</p> <p>“... mas quando surgiu a oportunidade da agroecologia comecei a participar de curso de formação dentro da própria UFPR, em Laranjeiras do Sul na UFFS, foi da onde eu adquiri um bom conhecimento sobre</p>
--	---	---



		<p>sementes...”</p> <p>“na verdade foi o MST que organizou através de algumas ONGs algumas associações porque o MST só em si fica meio difícil, daí como têm as ONGs, às universidades que dão total apoio às comunidades.”</p> <p>“eu participei de várias formações.”</p> <p>“o MST trabalha a agroecologia pensando na autossustentabilidade das famílias, na distribuição de renda...”</p> <p>“nós mesmo da comunidade que estamos a poucos anos ainda não temos mas por fazer parte da rede (ecovida) se por acaso nós tivermos produção tem as próprias organizações que compram pro PNAE, PAA através das cooperativas pela ali por exemplo a COOPHAIA o próprio CEAGRO.”</p> <p>“eu fiz. Quando foi pra implantar a agrofloresta, que foi um projeto via Petrobras, daí a gente fez um curso pra implantar a agrofloresta e pra produzir hortaliça orgânica, era pelo Pronatec um curso técnico.”</p> <p>“bom, o MMC eu sei que eles eram pioneiros no negócio da agroecologia, mas eu nunca visitei uma horta ... exatamente a gente não tem esse negócio de intercâmbio, pra nós é tabu, porque se não tem um projeto que viabiliza que eu faça um intercâmbio daqui com o pessoal do MMC, a gente não tem como ir, não tem recurso, mas faz muita falta isso porque a gente não conhece eu sei porque quando eu tava no conselho estadual de saúde eu pelo movimento e mais uma moça pelo MMC e ela falava muito sobre isso então eu sei que eles lidam com a agroecologia.”</p>
	<p>Críticas sobre como se trabalham a agroecologia nos MS e Organizações</p>	<p>“eles (MST, na Lapa) tinham que expandir a agroecologia de uma forma que afetasse mais os jovens, porque você olha na reunião da agroecologia nas</p>

		<p><i>coisas todas você vê os de mais idade e a parte da juventude não tem incentivo, eu vejo por mim eu quando fui dirigente do meu núcleo de certificação eu era a mais nova já tinha meus 17, 18 anos era a única jovem do assentamento inteiro eu fui para o ENA, eu era a única jovem que ia.</i></p> <p><i>“...acho que aqui (Jornada) nem tudo é orgânico, sou bem desconfiadinha”.</i></p>
	<p>Agroecologia muda de acordo com quem a faz</p>	<p><i>“a forma deles verem a agroecologia é meio parecida, mas a forma de eles trabalharem na prática é diferente.”</i></p> <p><i>“você diz os povos indígenas, quilombolas e os tradicionais trabalham diferente de nós do assentamento, porque eles tem outra ideologia outra cultura, então eles trazem muito da cultura deles para dentro da agroecologia.”</i></p>
<p><b>Motivação para participar da Jornada</b></p>	<p>Jornada como um espaço de acolhimento</p>	<p><i>“porque é uma coisa única e é uma troca de aprendizado, você não vai em qualquer lugar para você ter, mesmo que você pague um curso não vai ser a mesma coisa.”</i></p> <p><i>“eu gostei muito, fiz muitas amizades, muita gente boa, muita gente querida é a coisa mais boa não vou perder mais nenhuma”.</i></p> <p><i>“... eu gosto de participar porque além de estar aprendendo muita coisa que eu não sei e o que eu sei tô passando para os companheiros que não sabem.”</i></p> <p><i>“eu penso assim sempre tem um desafio, novidades na questão de conhecimentos que a gente já tem, tem sementes que a gente pretende encontrar e não encontra então o desafio da gente e ter coisas novas e ao mesmo tempo repassar algumas sementes fazendo trocas até porque sozinho a gente não vai conseguir tantas sementes mas no nosso sistema dentro da rede ecovida de compartilhar de você fazer um manejo de troca de sementes, então é um desafio</i></p>

		<p><i>sempre tem gente tanto produzir mas não tem aquela semente, sempre tem procura de sementes que já existiram e hoje estão escassas”.</i></p> <p><i>“Olha, tudo que motiva a gente é saber mais, saber mais sobre aquilo que você pensa, porque aqui você vai ver uma diversidade que não tem assim é um aprendizado e tanto, é a mesma coisa você ir na Marcha das Margaridas é uma diversidade enorme um conhecimento que em nenhuma universidade você vai conseguir e é isso que motiva a gente, quando a gente não vem a gente fica pensando perdi uma baita oportunidade de aprender”.</i></p>
<p><b>Construção de experiências em agroecologia na Jornada</b></p>	<p>Jornada como espaço de comercialização e socialização</p>	<p><i>“eles aprenderam muitas coisas na Jornada porque eles faziam as oficinas da Jornada e tudo, minha mãe mesmo fala que eles trabalhavam durante o ano para levar as coisas para vender na Jornada para nos manter o ano inteiro.”</i></p> <p><i>“eu aprendi muita coisa boa com as pessoas a gente conversa sobre coisas boas”.</i></p> <p><i>“aqui nas cozinhas chegou hora de almoço e de janta não tem esse aqui é nosso, é do povo”.</i></p> <p><i>“... fiz agora de deixar tudo lá e saí uma vez eles fizeram uma reunião de família e disseram pra mim que não dava mais, que não dava não sei o que não sei o que, daí eu disse viu se vocês não quiserem ser mais meus filhos beleza vou fazer o que mas eu sei bem o que vocês querem, querem que eu vá pra casa de vocês cuidar dos filhos de vocês pra vocês trabalharem e ganharem dinheiro, que futuro é o meu? ...”.</i></p>
	<p>Construção de conhecimento de forma popular/ importância da comunicação popular</p>	<p><i>“na jornada tinha um debate sobre certificação de sementes orgânicas, eu vou falar o que eu aprendi há pouco tempo porque debatiam muito nisso nessa Jornada de antes da Lapa ... fui especificamente para participar do debate que tinha sobre a semente orgânica ...”.</i></p>

	<p><i>“olha eu aprendi muito. A parte de adubação antes eu gastava muito, sempre comprando adubo. Hoje não, eu trabalho tudo com adubo orgânico, hoje aquele nabo até não comecei, comprei umas sementes começa com aquele que três variedades aquele feijão graúdo”.</i></p> <p><i>“... a gente aprende muito a conviver com a comunidade até muitas das vezes somos desafiados com algumas questões, mas sabemos como relevar isso ...”.</i></p> <p><i>“eu aprendi que assim, quanto movimento a gente aprende assim ó o que vai mudar 90% das coisas é a gente mudar o modo de produção, porque pra mim dizer que sou movimento social que quero ser diferente, quero uma sociedade diferente e botar veneno não tem lógica porque o capital já faz isso, então tudo que o capital se eu sou movimento social e vou repetir o que eles fazem por que sou movimento social né? Então só eu entendo que uma coisa fundamental agora é que vai fazer diferença no movimento social é a agroecologia porque é diferente de tudo que você conhece”.</i></p> <p><i>“na verdade no começo o slogan era assim:” Como discutir uma nova matriz tecnológica” um novo jeito de produção, depois foi esmiuçando entendendo melhor o que era mas o objetivo era esse que tinha que ter um novo jeito de produzir”.</i></p>
--	--

**ANEXOS**

## ANEXO A – Manifesto da Jornada Paranaense de Agroecologia: 2001

As organizações promotoras da JORNADA PARANAENSE DE AGROECOLOGIA, em uma conjuntura marcada por premissas de intolerância, violência e reducionismos, querem manifestar a diversidade como um valor a ser promovido na busca por uma sociedade justa e solidária.

Esta diversidade, que é celebrada em um meio ambiente equilibrado, deve ser conquistada através da inclusão e valorização da pessoa humana, da igualdade de oportunidades, da construção da cidadania, da busca da qualidade de vida para homens e mulheres, da democratização do acesso à terra, à renda, ao trabalho, aos bens e serviços, na garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional, no fortalecimento da agricultura familiar e nas formas cooperadas e solidárias de produção e distribuição de riquezas.

A implantação de políticas públicas voltadas ao interesse das maiorias excluídas econômica e socialmente, será o meio para garantirmos esta diversidade, vislumbradas nos seguintes princípios:

- Valorização da Agroecologia, como orientadora do processo de desenvolvimento sustentável;
- Proibição da produção e comercialização de organismos geneticamente modificados – OGMs – os transgênicos, e seus derivados;
- Fim do uso dos agrotóxicos;
- Fim da violência e da impunidade contra agricultores rurais sem terra, posseiros, meeiros, sindicalistas e outros defensores dos direitos humanos;
- Fim do latifúndio com a realização de ampla Reforma Agrária;
- Valorização da Agricultura Familiar como base da organização sócio-cultural e econômica da produção agrícola.

### Um modelo de desigualdades

A partir dos anos 60, a “modernização conservadora da agricultura”, implementada com base na promoção da empresa agropecuária e do latifúndio, a expansão da monocultura e da produção para exportação, na produção de matéria prima para as agroindústrias e na adoção dos parâmetros tecnológicos da “Revolução Verde”, promovendo a intensa utilização de maquinário pesado e de insumos, trouxe graves consequências para a sociedade brasileira como um todo, sentidas no agravo das desigualdades econômicas e sociais.

O modelo causou a concentração da terra e da renda; violento êxodo rural e consequente inchaço das grandes e médias cidades; descapitalização das unidades familiares de produção; catastrófica degradação dos recursos naturais e do meio ambiente e a permanente contaminação dos alimentos e pessoas com resíduos de agrotóxicos.

Essa dinâmica agravou-se a partir dos anos 90, com o avanço da visão neoliberal, que encolhe funções econômicas e sociais do Estado, reduz as políticas públicas para a agricultura, expondo-as, ao escancarar as fronteiras comerciais, a uma dinâmica de competição desigual e, potencializando a abertura para tecnologias prejudiciais à sustentabilidade dos ecossistemas e da biodiversidade e prejudiciais à saúde humana, como são os transgênicos.

### Um processo de desenvolvimento sustentável

Como reação, desencadeia-se, a partir da década de 80, um processo de debates, ações e lutas, visando a implementação de um modelo de desenvolvimento que tenha como princípio fundamental a sustentabilidade econômica, sociocultural e ecológica. Neste contexto, a mudança da atual base tecnológica, partindo do reconhecimento do saber coletivamente produzido e dos princípios agroecológicos, é um componente essencial deste conceito.

No Paraná, desde o início dos anos 80, diferentes atores sociais vêm construindo estas novas referências. Do ponto de vista da organização em defesa dos direitos fundamentais dos agricultores e agricultoras familiares e sem terra, a Comissão Pastoral da Terra – CPT desde o início teve um papel fundamental. No período em que a sociedade civil reconstruía suas propostas e sua dinâmica político-organizativa, como atualmente, a CPT tem sido impulsionadora da agregação e mobilização, além de ter gestado em seu meio, muitas lideranças que hoje atuam nas instituições ligadas aos temas da agricultura e direitos humanos.

Na promoção da agricultura ecológica, criam-se várias organizações não governamentais, as ONGs, notadamente a FUNDAÇÃO RURECO, ASSESOAR, IVV, CAPA e a AS-PTA, que buscam a promoção do desenvolvimento rural sustentável, predominando ações junto aos agricultores e agricultoras familiares e suas organizações.

No decorrer dos últimos anos, novas ONGs passaram a ser constituídas em diferentes regiões do Estado, a exemplo do IAF e do Instituto Equipe, dentre as quais vale lembrar a existência de muitas ONGs Ambientalistas, com larga tradição de lutas nos diferentes biomas presentes no Paraná.

O sindicalismo rural cutista, atualmente organizado na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL/CUT, com apoio da Escola Sindical Sul e do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais – DESER, através do Programa Terra Solidária, bem como o Movimento Sem Terra – MST, através da escola José Gomes da Silva, em São Miguel do Iguaçu, vem promovendo um processo de educação e qualificação profissional, tendo a agroecologia como conteúdo curricular. Neste processo, organiza-se a AOPA – Associação de Agricultura Orgânica do Paraná e a REDE ECOVIDA, que atuam na organização da produção, certificação participativa e da comercialização de produtos da agricultura familiar ecológica, bem como o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB, que recentemente criou uma cooperativa agroecológica.

Outro campo de especial crescimento foi o das Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar, constituídas no sistema CRESOL/BASER, que passaram a realizar no seu interior, importantes reflexões e iniciativas que se orientam para a promoção da agroecologia.

Esta dinâmica já ganha dimensão nacional, tendo como parâmetros o Fórum Social Mundial, os encontros e seminários estaduais, regionais e internacionais e o ENA – Encontro Nacional de Agroecologia.

Por outro lado, cresce permanentemente o interesse de consumidores em terem acesso aos alimentos orgânicos e agroecológicos, ganhando força a consciência pela busca de uma alimentação mais saudável. Isso lança o desafio, as agricultoras e agricultores agroecológicos,

produzirem agroecológicos para a maioria da população, escapando do oportunismo do “nicho de mercado”, que abastece quem pode pagar o preço diferenciado.

### Jornada Paranaense de Agroecologia

Fruto desse processo, ganhou consistência e amplitude a proposta de realização da Jornada de Agroecologia, não somente no sentido de organizar um evento de impacto na sociedade paranaense, mas igualmente como uma forma de se construir e constituir uma ação dinâmica e permanente que evidencie e aglutine um conjunto enorme de ações localizadas e dispersas, mas que se orientam numa mesma perspectiva, dando-lhes maior expressão pública e fortalecendo a coesão das organizações promotoras.

Essa dinâmica mobilizadora se tornará pública, coletivamente, na semana da 2ª JORNADA PARANAENSE DE AGROECOLOGIA, de 7 a 10 de maio de 2003, na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

### Objetivos

Através da realização da JORNADA PARANAENSE DE AGROECOLOGIA, as organizações e movimentos que a promovem se propõem a alcançar os seguintes objetivos:

- Articular, em torno da proposta da Agricultura Familiar Ecológica, as organizações e instituições do campo democrático-popular comprometidas com a construção de um processo de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Estreitar as relações entre os processos de promoção da Agricultura Familiar Ecológica em andamento no Paraná, fortalecendo-os a partir de suas dinâmicas locais e regionais;
- Favorecer o intercâmbio técnico e político-organizativo entre as agricultoras e agricultores familiares e suas organizações;
- Ampliar a capacidade de expressão política da Agricultura Familiar Ecológica junto ao grande público rural e urbano paranaense e junto aos organismos estatais de caráter técnico, científico e de ensino; de pesquisa e extensão rural; de saúde e educação; de crédito rural; de abastecimento alimentar;
- Intervir, de forma crítica e propositiva, na implantação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável e de estímulo à produção e consumo de produtos agroecológicos;
- Lutas pela implementação de ampla e massiva reforma agrária, pelo fim da violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, e pelo fim da impunidade dos criminosos;
- Dinamizar a ação da sociedade civil pela manutenção do Brasil Livre de Transgênicos;
- Coibir, através de legislação apropriada, o uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos;
- Contribuir na formação da consciência ecológica da população em geral, e da ética na relação produtor consumidor;
- Apresentar a Agricultura Familiar Ecológica como alternativa viável ao projeto neoliberal de desenvolvimento agrícola, valorizando sua vocação e capacidade insubstituíveis para a



promoção do desenvolvimento rural sustentável, do abastecimento alimentar da população brasileira e da geração de excedentes exportáveis;

- Propiciar oportunidades de aproximação e organização entre agricultores e agricultoras e consumidores, com vistas ao desenvolvimento de vínculos de solidariedade e de sistemas socialmente justos de abastecimento alimentar;

- Informar e conscientizar a população em geral a respeito dos impactos da ALCA sobre a sociedade brasileira, e fortalecer a campanha latino-americana contra sua implementação;

- Contribuir para a divulgação e efetivação do Projeto Fome Zero e similares, apresentando a Agricultura Familiar Ecológica como um dos atores fundamentais para a produção de alimentos saudáveis.

## ANEXO B – Carta da 1ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2002

Os três mil participantes da 1ª Jornada Paranaense de Agroecologia, construíram a unidade na diversidade, no enfrentamento do modelo neoliberal, reafirmando que um outro mundo é possível, valorizando a agroecologia e a pequena agricultura familiar, defendendo a realização de uma ampla reforma agrária e o fim da violência e da impunidade no campo, combatendo o uso de agrotóxicos e a liberação dos produtos transgênicos no Brasil.

O modelo neoliberal tem causado a concentração da terra e da renda: violento êxodo rural e conseqüentemente concentração populacional nas cidades; concentração da terra e da renda; insegurança e violência no campo e cidades; empobrecimento dos pequenos agricultores familiares; catastrófica degradação da natureza e a permanente contaminação dos alimentos e pessoas com resíduos de agrotóxicos.

Neste momento, este modelo se reapresenta na forma de globalização do capital, aprofundando planetariamente o processo de exploração do trabalho e da natureza, controlando as biotecnologias como meio de mercantilização da vida, e através dos transgênicos destruindo a agricultura, a soberania alimentar e a cultura dos povos.

No Paraná, desde os anos 80, diferentes organizações sociais vêm construindo experiências concretas de desenvolvimento sustentável com base na pequena agricultura familiar ecológica, na revitalização da natureza e da diversidade cultural, e na dinamização das relações sociais baseadas na justiça, na ética e na solidariedade.

Reafirmamos nesse nosso encontro em Ponta Grossa, a continuidade de nossas ações, articuladas em torno de um novo jeito de viver que se expressa na proposta da agroecologia, tendo como lutas imediatas: 1. Impedir a aprovação do Projeto de lei de liberação dos transgênicos no Brasil, que tramita no Congresso Nacional; 2. Denunciar o cultivo e a comercialização de transgênicos buscando responsabilizar os que fazem esse comércio ilegal e as multinacionais que detêm e disseminam criminosamente esta tecnologia; 3. Dinamizar campanhas municipais pela aprovação de leis que proíbam os transgênicos e agrotóxicos; 4. Acelerar o processo de Reforma Agrária, promover a campanha que estabelece o limite máximo para a propriedade da terra no Brasil, e nos contrapor a violência e aos despejos com o uso de força da polícia militar e de milícias privadas; 5. Participar das mobilizações dos pequenos agricultores familiares; 6. Garantir a participação de uma delegação representativa das organizações promotoras da Jornada no Encontro Nacional de Agroecologia, de 30 de julho a 02 de agosto, no Rio de Janeiro; 7. Participar da Campanha Nacional e Internacional contra a ALCA, organizando comitês para preparação do Plebiscito Nacional na semana de 01 a 07 de setembro; 8. Lutar por políticas públicas que promovam a pequena agricultura familiar ecológica;

Assumimos o compromisso de continuidade deste processo de construção da Jornada de Agroecologia, que culminará na realização de um novo grande encontro estadual em 2003.

Ponta Grossa, Paraná – 17 a 20 de abril de 2002

## ANEXO C – Carta da 2ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2003

Nós 4000 participantes do 2º Encontro da Jornada de Agroecologia, reunidos na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná – Brasil, entre os dias 07 e 10 de maio de 2003, unificados sob o tema da AGROECOLOGIA, reafirmamos nosso compromisso *por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos*.

No momento em que amplas parcelas dos povos em todo o planeta mobilizam-se e vêm a público manifestar que *um outro mundo é possível*, superando o totalitarismo econômico e militar hegemônico pelo império dos Estados Unidos, a Jornada de Agroecologia se integra neste movimento global de luta, resistência e construção de uma revolução cultural baseada em novas relações entre os seres humanos e das pessoas com a natureza.

Em nosso País, amplos setores das camadas populares movidos pela esperança de mudança garantiram a vitória eleitoral de Lula. Este voto constituiu um governo de base popular mas não um poder popular. Há marcantes contradições no governo que se expressam no continuísmo das políticas que ainda privilegiam os interesses das grandes corporações que dominam o mercado. Neste governo destaca-se o Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, como porta-voz do latifúndio e das multinacionais detentoras das “sementes” transgênicas. Alterar os rumos das políticas do atual governo impõe sobre as camadas populares politizadas e seus movimentos a urgência e a permanente mobilização.

A liberação dos transgênicos no Brasil concretiza a vitória *fatal* das multinacionais sobre o controle da biodiversidade, patrimônio da humanidade, e a supressão da soberania alimentar dos povos. A medida provisória 113/03 consolida a política do fato consumado ao liberar a comercialização da soja transgênica, cultivada ilegalmente, legitima a impunidade em benefício da multinacional Monsanto e da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – Farsul, e torna os povos cobaia de seus experimentos.

Os milhares de agricultores e agricultoras, aqui reunidos, erguem sua voz contra ação ardilosa de meia dúzia de multinacionais que querem acabar com a nossa soberania, impondo seus interesses, aliciando autoridades governamentais para liberar os transgênicos no país. Queremos viver num Brasil *decente*, sem latifúndios, sem agrotóxicos e livre de transgênicos para sempre.

Rompendo o seu isolamento, de modo crescente, milhares de famílias que a margem das políticas públicas produzem alimentos ecológicos no Brasil, se articulam em processos locais através de fóruns regionais e de expressões como esta Jornada e o Encontro Nacional de Agroecologia. Neste contexto, afirmamos que já estão sendo plantadas as sementes de uma agricultura ecológica, socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente apropriada, capaz de faltar a humanidade de alimentos para a vida e libertá-la do jugo das grandes corporações multinacionais impositoras da agricultura e da ciência da morte das pessoas e do planeta.

Reafirmamos nesse nosso Encontro em Ponta Grossa, a continuidade de nossas ações, articuladas em torno de um novo jeito de viver que se expressa na proposta da agroecologia, tendo como lutas: 1. Implementação de políticas públicas de promoção da agricultura ecológica

familiar, com linhas de crédito subsidiado, programas de abastecimento em instituições públicas e populares para erradicação da fome, agroindustrialização comunitária dos produtos ecológicos, criação do ensino médio e universitário em agroecologia e introdução desta no currículo escolar, redirecionar a pesquisa e extensão rural pública; 2. Promover de forma permanente a campanha “Sementes Patrimônio da Humanidade”, combater a destruição das florestas e impedir a privatização das águas; 3. Conquistar uma Reforma Agrária massiva, que resgate a dignidade de milhões de famílias, e acabe com o latifúndio e estabeleça o limite máximo para a propriedade da terra no Brasil; 4. Participar das mobilizações internacionais e no Brasil contra a ALCA e OMC; 5. Integrar-se nas ações da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos; 6. Exigir que o Governo Federal exproprie as empresas que cultivam transgênicos ilegalmente no país; 7. Estimular e organizar ocupações em áreas que contenham cultivos transgênicos ilegais.

Assumimos o compromisso de continuidade do processo de construção da Jornada de Agroecologia, realizando eventos e ações em âmbito regional, estadual, nacional e internacional.

*Queremos um mundo e um Brasil ecológico e decente, livre de transgênicos para sempre.*

Plenária Final da Jornada de Agroecologia

Ponta Grossa – Paraná – Brasil – 09 de maio de 2003.

Realização: ADAF/ AOPA/ AS-PTA/ ASSESOAR/ ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS/ CAPA/CPT/ CRESOL/ DESER/ FEAB/ FETRAF-SUL/ CUT/ FÓRUNS REGIONAIS/ IAF/ INSTITUTO EQUIPE/ MAB/ MST/ MPA/ OMTR/ PJR/ REDE ECOVIDA/ RURECO/ PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA/ PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA/ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ/ SMAA PALMEIRA/ TERRA DE DIREITOS.

## ANEXO D – Carta da 3ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2004

### Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura Camponesa

Nós, 5.000 participantes do 3º Encontro da Jornada de Agroecologia, reunidos em Ponta Grossa – Paraná – Brasil reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia, continuando nossa luta por uma Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos e conquistando a implementação de um Projeto Popular Soberano para a Agricultura Camponesa, fundamentado na Agroecologia. A Jornada de Agroecologia é um espaço de expressão de vários movimentos sociais camponeses e organizações da sociedade civil e se insere no grande movimento de lutas dos povos contra a mercantilização da vida, comprometendo-se a construir uma nova sociedade capaz de satisfazer suas necessidades atuais garantindo as possibilidades de satisfazer as necessidades das gerações futuras. A Terra, a Água, as Sementes e toda a Biodiversidade se constituíram historicamente como patrimônio comum dos povos. Interagindo com a natureza e desafiada pela sobrevivência, a humanidade forjou seu próprio conhecimento sobre as espécies agrícolas, animais e florestais, gerando ampla e diversificada oferta de alimentos e outros gêneros indispensáveis à sua perpetuação. A instituição da propriedade da terra pelo capitalismo, iniciou o processo de apropriação privada da natureza, sua contínua degradação, e a escravidão e exploração dos povos, rompendo os milênios de convivência equilibrada dos povos com seu ambiente. A partir do século XX, a intensificação deste sistema perverso se manifestou na agricultura com a introdução e difusão global do uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes híbridas e máquinas, com o objetivo de atender aos interesses e necessidades do complexo agroindustrial monopolizado pelas grandes empresas transacionais. Em seu estágio atual, a estratégia do Imperialismo, sob hegemonia do capital especulativo e dos Estados Unidos da América, caracteriza-se pela necessidade de domínio e mercantilização de todas as dimensões da vida. Este movimento se manifesta de maneira concreta através dos Estados Militarizados, promotores das guerras e da apropriação pelas transnacionais de todas as reservas naturais estratégicas e do controle dos alimentos e da biodiversidade. Entre suas nefastas consequências destaca-se a crescente exclusão social de amplas parcelas da humanidade, em uma lógica associada à violação dos direitos dos pobres, à privatização da vida e à acumulação da riqueza, e à contínua degradação ambiental transferindo os malefícios para a sociedade. Ao eximir-se dos custos sociais e ambientais, o capitalismo conduz a humanidade à sua autodestruição, revelando sua incompatibilidade econômica com a dimensão ecológica e social. No Brasil, esta estratégia é implementada pelo agronegócio exportador submisso às transnacionais que controlam as tecnologias agropecuárias, como as sementes transgênicas, o comércio e o transporte desses produtos no mercado global ao mesmo tempo em que desnacionalizam a economia, concentra renda e terra, gera aumento da violência contra trabalhadores rurais nas novas fronteiras agrícolas e destrói o meio ambiente. Esta estratégia é articulada no Governo Lula pelo Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que ao mesmo tempo em que é prestigiado pelos grandes latifundiários e empresas transnacionais, tornou-se um inimigo das causas populares e dos interesses soberanos do povo brasileiro. Rompendo com esta lógica, por todo o planeta os povos se levantam anunciando que outro

mundo é possível, fundado em relações de solidariedade, justiça, democracia, paz e em uma economia ecológica. No Brasil, a agroecologia é uma realidade viva e em construção pelos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, sertanejos, camponeses, agricultores familiares, posseiros e sem terras das mais diferentes etnias e culturas. Reafirmamos nesse 3º Encontro, na cidade de Ponta Grossa a continuidade de nossas ações comuns, articuladas em torno de um novo jeito de viver que se expressa na proposta da agroecologia, como: 1. Conquistar políticas públicas que viabilizem o projeto popular e soberano de uma agricultura camponesa e ecológica. 2. Massificar a organização do povo para a conquista da Reforma Agrária. 3. Lutar contra todas as formas de mercantilização da vida, buscando garantir que a terra, as águas, as sementes e toda a Biodiversidade sejam patrimônio da humanidade, a serviço dos povos; 4. Conquistar de forma definitiva a manutenção do Paraná como território livre de transgênicos e articular-se em âmbito nacional para garantir a aprovação da lei nacional de Biossegurança que incorpore o princípio da precaução e a soberania nacional. 5. Promover campanhas de informação sobre os malefícios dos agrotóxicos e exigir uma revisão geral da carta de registro dos agrotóxicos e propor legislações de restrição de uso. 6. Fortalecer e ampliar a Campanha “Sementes: Patrimônio da Humanidade”, lutando pelo direito de todos os camponeses e camponesas produzirem suas sementes “varietais”, preservando e viabilizando a produção própria de sementes como garantia do princípio da soberania alimentar, e impedindo que as empresas transnacionais obtenham o controle oligopolista da produção e da comercialização de sementes; 7. Lutar contra a privatização e mercantilização das águas, defendendo o seu valor biológico e sagrado, implementando propostas de proteção e recuperação dos rios e nascentes, denunciando a poluição, a degradação e o desmatamento. 8. Conquistar definitivamente a área do Centro Chico Mendes de Agroecologia e consolidar um massivo programa de multiplicação e troca de sementes de variedades crioulas. 9. Promover uma campanha nacional e internacional de descriminalização da Jornada de Agroecologia promovida judicialmente pela Monsanto S/A, e conquistar sua condenação pelos crimes que atentam contra a Biodiversidade e a Soberania Nacional, nos termos que propõe o Tribunal Popular e Internacional sobre os Transgênicos (Porto Alegre, 11 de março de 2004). Convocamos todos para participar do processo de construção coletiva e cotidiana da Jornada de Agroecologia, rumo a seu 4º Encontro em 2005.

TERRA LIVRE DE TRANSGÊNICOS E SEM AGROTÓXICOS! Plenária do 3º Encontro da Jornada de Agroecologia, No outono de Ponta Grossa, Paraná, Brasil, 12 a 15 de maio de 2004. Realização: AOPA – Associações da Agricultura Familiar – AS-PTA – ASSESSOAR – CAPA – CPT – CRABI – CRESOL/BASER DESER – FEAB – FETRAF SUL/CUT – Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-sul do Paraná – Fórum Oeste das Entidades para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar Pr – IAF – Instituto Equipe – MAB – MPA – MST – MMC PJR – REDE ECOVIDA – RURECO – Sindicatos de Trabalhadores Rurais – TERRA DE DIREITOS. 55

## ANEXO E – Carta da 4ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2005

### *Construindo um Projeto Popular e soberano para a Agricultura Familiar e Camponesa*

Nós, 6.000 participantes do 4º Encontro da Jornada de Agroecologia, reunidos em Cascavel – Paraná – Brasil reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia, continuando nossa luta por uma Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos e conquistando a implementação de um Projeto Popular Soberano para a Agricultura Camponesa e Familiar, fundamentado na Agroecologia.

A Jornada de Agroecologia é um espaço de expressão de vários movimentos sociais da agricultura familiar e camponesa, organizações da sociedade civil, técnicos e acadêmicos e se insere no grande movimento de lutas dos povos contra a mercantilização da vida, comprometendo-se a construir uma nova sociedade capaz de satisfazer suas necessidades atuais e garantir as necessidades das gerações futuras.

A Terra, a Água, as Sementes e toda a Biodiversidade se constituíram historicamente como patrimônio comum dos povos. Interagindo com a natureza e desafiada pela sobrevivência, a humanidade forjou seu próprio conhecimento sobre as espécies agrícolas, animais e florestais, gerando ampla e diversificada oferta de alimentos e outros gêneros indispensáveis à sua perpetuação.

A instituição da propriedade da terra pelo capitalismo, iniciou o processo de apropriação privada da natureza, sua contínua degradação, a escravidão e exploração dos povos, rompendo os milênios de convivência equilibrada das populações com seu ambiente.

A partir do século XX, a intensificação deste sistema perverso se manifestou na agricultura com a introdução e difusão global do uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes híbridas e máquinas, com o objetivo de atender aos interesses e necessidades do complexo agroindustrial monopolizado pelas grandes empresas transacionais.

Em seu estágio atual, a estratégia do Imperialismo, sob hegemonia do capital especulativo e dos Estados Unidos da América, caracteriza-se pela necessidade de domínio e mercantilização de todas as dimensões da vida. Este movimento se manifesta de maneira concreta através dos Estados militarizados, promotores das guerras e da apropriação pelas transnacionais de todas as reservas naturais estratégicas e do controle dos alimentos e da biodiversidade. Entre suas nefastas consequências destaca-se a crescente exclusão social de amplas parcelas da humanidade, em uma lógica associada à violação dos direitos dos pobres, à privatização da vida e à acumulação da riqueza, e à contínua degradação ambiental transferindo os malefícios para a sociedade. Ao eximir-se dos custos sociais e ambientais, o capitalismo conduz a humanidade à sua autodestruição, revelando sua incompatibilidade econômica com a dimensão ecológica e social.

No Brasil, esta estratégia é implementada pelo agronegócio exportador submisso às transnacionais que controlam as tecnologias agropecuárias, como as sementes transgênicas, o comércio e o transporte desses produtos no mercado global ao mesmo tempo em que desnacionalizam a economia, concentram renda e terra, geram aumento da violência contra trabalhadores rurais e destroem o meio ambiente.

A mídia de uma forma geral, articulada com o grande capital, tenta construir uma imagem de eficiência do agronegócio, encobrindo a insustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural da agricultura convencional, resultante do latifúndio e da lógica de produção em grande escala, para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

A agricultura convencional perde a cada ano, 20 toneladas de solo por hectare cultivado. Para cada quilograma de soja produzida, são perdidos 10 quilos de solo, que vão para os rios, assoriando-os e contaminando-os com agrotóxicos, eliminando a fauna e flora e envenenando a água que é o bem mais precioso da humanidade. Cada centímetro de solo perdido demora mais de 300 anos para ser formado.

As propriedades acima de 200 hectares representam apenas 5,3 % dos estabelecimentos agrícolas, mas ocupam 70,8 % da área agrícola do país e empregam somente 12,7 % da mão de obra do meio rural, o que demonstra a sua insustentabilidade social. Na década de 90, o latifúndio do agronegócio desempregou mais de 13 % dos trabalhadores do meio rural, enquanto, apesar da crise, o conjunto da economia gerou um crescimento de 1 % de novos postos de trabalho.

O valor bruto da produção agropecuária gerado pelo agronegócio brasileiro é de apenas R\$ 224,86/ha/ano, demonstrando a sua insustentabilidade econômica. O agronegócio tem usado dados da agricultura familiar, especialmente das grandes cooperativas, que tem em torno de 80 % de sua produção oriunda da agricultura familiar, para mascarar a verdade de sua ineficiência.

O aumento da produção de grãos e de carnes do Brasil, nos últimos anos, tem sido sustentado pela expansão da fronteira agrícola à custa da grilagem de terras públicas, da violência, do trabalho escravo e da destruição de ecossistemas e biomas importantes como o cerrado e a mata Atlântica e atualmente a produção de soja tem feito grande pressão sobre a floresta amazônica e especialmente sobre agricultores familiares e povos da floresta que trabalham com pequenas áreas.

Em contrapartida a agricultura familiar e camponesa é responsável por 67 % da produção de feijão, 59 % da produção de suínos, 52 % da produção de leite e 49 % da produção de milho.

Os estabelecimentos agrícolas menores que 100 ha são responsáveis por 75 % das receitas geradas pela agricultura brasileira, demonstrando a importância de termos políticas públicas que incentivem a agricultura familiar e camponesa e realizem uma ampla reforma agrária.

Dados do IBGE mostram que os estabelecimentos que possuem áreas menores que 200 ha representam 93,8 % dos estabelecimentos agrícolas e detém apenas 29 % das terras do Brasil, mas, ao contrário, o latifúndio do agronegócio, emprega 87,3 % da mão de obra do meio rural.

Outro dado alarmante é que todo ano deixam de existir noventa mil estabelecimentos agrícolas, que são incorporados pelo grande latifúndio.

Rompendo com esta lógica, por todo o planeta os povos se levantam anunciando que é possível construir um mundo sustentável, fundado em relações de solidariedade, justiça, democracia, paz e em uma economia ecológica.

No Brasil lutamos pela construção da sustentabilidade do desenvolvimento tendo na agroecologia uma realidade viva e nas práticas dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas,



extrativistas, sertanejos, camponeses, agricultores familiares, posseiros e sem-terras das mais diferentes etnias e culturas.

A agroecologia se caracteriza pela sua alta capacidade de preservar e reproduzir a vida e nesta perspectiva, só é possível ser construída com base nas relações de gênero e geração sendo que este princípio deve orientar as políticas públicas.

Reafirmamos nesse 4º Encontro da Jornada de Agroecologia, na cidade de Cascavel, a continuidade de nossas ações comuns, articuladas em torno de um novo jeito de viver que se expressa na proposta da agroecologia, como:

Conquistar políticas públicas que viabilizem o projeto popular e soberano de uma agricultura camponesa e familiar ecológica. Neste 4º Encontro da Jornada de Agroecologia, a partir da construção de um debate amplo com todos os participantes, destacamos como pontos prioritários para a construção de uma Política de Agroecologia:

#### *1. Tecnologia de produção agroecológica:*

Desenvolvimento tecnológico em agroecologia implica em superar distinção e isolamento do ensino, pesquisa, extensão e agricultores(as), por uma abordagem sistêmica, das políticas que impliquem numa interação horizontal entre técnicos e agricultores experimentadores.

#### *Propomos:*

I. Instalar um colegiado de gestão de políticas e recursos, com poder deliberativo, e participação paritária entre organizações de representação dos agricultores familiares e instituições públicas.

II. Ampliar, simplificar e desburocratizar o financiamento público para implementação de serviços a serem realizados por organizações da agricultura familiar e organizações da sociedade civil.

III. Fomento à experimentação; às atividades formação: dias de campo, intercâmbios, cursos, seminários, oficinas; às publicações, recursos audiovisuais e de informática.

IV. Reeducação dos profissionais do serviço público quanto à compreensão da abordagem sistêmica em agroecologia e em experimentação participativa.

V. Criar um programa de desenvolvimento tecnológico e fomento para formas alternativas de geração de energia.

#### *2. Transgênicos:*

I. Realização de campanhas públicas educativas sobre os perigos dos transgênicos para a saúde, o meio ambiente, a economia e a soberania alimentar.

II. Manter a proibição no Brasil do uso e manipulação da tecnologia terminator (tecnologia de restrição da capacidade de expressão genética), levando esta posição ao convênio de diversidade biológica, que estará sendo reavaliado na COP 8 que estará acontecendo no Brasil em 2006, e a todos os outros fóruns internacionais pertinentes.

III. Manter com todas as forças o Paraná como área livre de transgênicos. Exigir a rastreabilidade dos produtos transgênicos e aplicar imediatamente a lei de rotulagem dos produtos que contenham transgênicos, como medidas que impedem a contaminação genética.

IV. Suspender todo e qualquer tipo de política pública que esteja sendo utilizada para a produção de transgênicos.

V. Proibir a aquisição de transgênicos em todos os programas de abastecimento alimentar e às instituições públicas.

VI. Aprovar leis municipais criando áreas livres de transgênicos.

VII. Sobretaxar os produtos transgênicos.

VIII. Instalação de uma CPI no Congresso Nacional e investigação pela polícia federal e ministério público do contrabando de sementes transgênicas para o Brasil.

### 3. *Agrotóxicos:*

I. Moratória de registro de agrotóxicos e revisão geral da carta de registros.

II. Proibição da propaganda de agrotóxicos e fiscalização rigorosa em relação à utilização e rotulagem adequada, informando a população sobre seus perigos e tratamentos em caso de contaminação.

III. Incluir nos currículos dos profissionais da área de saúde a formação sobre agrotóxicos e sobre os tratamentos dos malefícios por eles causados.

IV. Realização de análises de monitoramento de resíduos de agrotóxicos nos alimentos pela ANVISA.

V. Exigir da ANDEF a formação e capacitação adequada de todos os agricultores usuários de agrotóxicos.

VI. Intensificação da fiscalização da lei de regulamentação do tratamento e reciclagem das embalagens de agrotóxicos.

VII. Criação de um programa especial de saúde do(a) trabalhador(a) rural.

VIII. Criação de um programa de pesquisa pública para avaliação dos efeitos dos agrotóxicos, na saúde humana e no meio ambiente, custeados por um fundo mantido pelas empresas fabricantes.

IX. Suspender e proibir todo tipo de subvenção às indústrias de agrotóxicos, executar as dívidas públicas das empresas fabricantes de agrotóxicos e destinar ao fundo de apoio à agroecologia de base familiar.

X. Revogação do artigo 39 da lei 11.105/05 (Lei de Biossegurança).

### 4. *Educação no campo e culturas tradicionais e camponesas:*

I. Suprir as necessidades das escolas de formação em agroecologia existentes com convênios com as organizações da agricultura familiar.

II. Criar novas escolas de formação em agroecologia em convênio com as organizações da agricultura familiar.

III. Incluir a agroecologia no currículo das escolas rurais e das pequenas cidades.

IV. Reeducação para os educadores da rede pública, em agroecologia e pedagogia de formação da consciência cidadã.

V. Permitir o acesso amplo e democrático ao conhecimento e à informação, com a implantação de bibliotecas e acesso às formas de comunicação eletrônica.

VI. Criar um amplo programa de estímulo ao resgate, revalorização e expressão da cultura camponesa.

*5. Recursos naturais:*

*a) Terra:*

I. Realizar ampla e massiva reforma agrária, respeitando as diferentes formas tradicionais de ocupação e uso sustentável da terra.

II. Delimitar o tamanho máximo da propriedade rural, nos moldes do que propõe a Campanha pelo Limite da Propriedade Rural.

*b) Água:*

I. Assegurar o acesso à água a toda a população, através de serviços públicos de qualidade.

II. Assegurar em lei quem a água permaneça sendo um bem público, proibindo-se a privatização dos serviços de abastecimento e saneamento.

III. Rever a legislação, para que a água seja considerada não um recurso econômico, mas um direito humano fundamental e ainda garantir a efetivação da participação e controle social na gestão da política da água.

IV. Investir no fortalecimento dos órgãos ambientais que fiscalizam o uso e a qualidade da água.

V. Criar um programa de monitoramento da qualidade da água quanto a resíduos de agrotóxicos e outras substâncias químicas.

VI. Desenvolver a educação para o uso sustentado da água.

VII. Implementar Programas de Recuperação e Proteção dos Rios e Nascentes.

*c) biodiversidade*

I. Apoiar as organizações da agricultura familiar para estruturar programa de resgate, conservação, multiplicação e uso sustentado da agrobiodiversidade e melhoramento genético de variedades crioulas.

II. Assegurar e apoiar o livre intercâmbio da agrobiodiversidade entre agricultores familiares.

III. Rever a lei de patentes, proibindo o patenteamento de seres vivos.

IV. implantar a fitoterapia na rede pública de saúde.

*d) florestas*

I. Implementar com máxima urgência a política de criação e consolidação das unidades de conservação da Florestas com Araucárias e Campos Naturais no Paraná e em Santa Catarina.

II. Criar mecanismos de compensação ambiental para a conservação de florestas nativas.

III. Desenvolver ampla e intensa campanha educativa sobre adequação ambiental das áreas de produção familiar em relação às áreas de reserva legal e preservação permanente.

*e) Crédito*

I. Criar um fundo nacional para a agroecologia a ser gerenciado por um colegiado paritário entre representação governamental e da sociedade civil.

*f) Infraestrutura rural*

I. Criar um amplo programa de infraestrutura rural, garantindo à agricultura familiar: estradas, energia elétrica, abastecimento de água e saneamento, rede escolar e de atendimento à saúde, rede de comunicação, moradia e outras instalações.

*g) Beneficiamento, Agroindustrialização e Comercialização*

I. Ampliar, fortalecer e diminuir a burocracia dos programas de compras governamentais de produtos da agricultura familiar agroecológica.

II. Implantar o Programa de Merenda Escolar Ecológica em toda a rede pública de educação.

III. Implantar infraestrutura pública para a comercialização direta dos produtos dos agricultores familiares.

IV. Garantir preços mínimos e compra dos produtos da agricultura familiar e formação de estoques que garantam a segurança e soberania alimentar da população.

V. Viabilizar os meios para as organizações da agricultura familiar promover programa de formação em gestão de empreendimentos econômicos de beneficiamento, processamento e comercialização.

VI. Manter a possibilidade legal de comercialização pelas Associações.

Reafirmamos, por fim, os compromissos históricos da Jornada de Agroecologia:

1. Lutar contra todas as formas de mercantilização da vida, buscando garantir que a terra, as águas, as sementes e toda a Biodiversidade sejam patrimônio da humanidade, a serviço dos povos.

2. Conquistar de forma definitiva a manutenção do Paraná como território livre de transgênicos.

3. Promover campanhas de informação sobre os malefícios dos agrotóxicos e exigir uma revisão geral da carta de registro dos agrotóxicos e propor legislações de restrição de uso.

4. Massificar a organização do povo para a conquista da Reforma Agrária.

5. Fortalecer e ampliar a Campanha "Sementes: Patrimônio da Humanidade", lutando pelo direito de todos os camponeses e camponesas produzirem suas sementes 'varietais', preservando e viabilizando a produção própria de sementes como garantia do princípio da soberania alimentar, e impedindo que as empresas transnacionais obtenham o controle oligopolista da produção e da comercialização de sementes.

6. Lutar contra a privatização e mercantilização das águas, defendendo o seu valor biológico e sagrado, implementando propostas de proteção e recuperação dos rios e nascentes, denunciando a poluição, a degradação e o desmatamento.

7. Promover uma campanha nacional e internacional de descriminalização dos militantes da Jornada de Agroecologia promovida judicialmente pela Monsanto S/A, e conquistar sua condenação pelos crimes que atentam contra a Biodiversidade e a Soberania Nacional, nos termos que propõe o Tribunal Popular e Internacional sobre os Transgênicos (Porto Alegre, 11 de março de 2004).

Convocamos todos para participar do processo de construção coletiva e cotidiana da Jornada de Agroecologia, rumo a seu 5º Encontro em 2006.

*Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos*

Plenária do 4º Encontro da Jornada de Agroecologia,

No outono de Cascavel, Paraná, Brasil,

25 a 28 de maio de 2005.

*Realização:*

AOPA, AS-PTA, ASSESOAR, Associações e STR`S, CAPA, CPT, CRESOL/BASER, DESER, FEAB, FETRAF – SUL/CUT, Fórum Centro, Fórum Centro-sul, Fórum Oeste, Fórum Sudoeste, IAF, Instituto Equipe, MAB, MPA, MST, REDE ECOVIDA, RURECO, PJR, MMC, Terra de Direitos.

## ANEXO F – Carta da 5ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2006

Nós, 5.000 participantes do 5º Encontro da Jornada de Agroecologia, reunidos na cidade de Cascavel– Paraná – Brasil, reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia, continuando nossa luta por uma Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos e conquistando a implementação de um Projeto Popular Soberano para a Agricultura Camponesa, fundamentado na Agroecologia.

Este 5º Encontro da Jornada de Agroecologia expressou sua consolidação como parte da estratégia dos movimentos sociais e organizações na construção de um projeto popular e soberano para a Agricultura e trouxe a público significativa mostra da ampla diversidade das experiências práticas das famílias camponesas na produção agroecológica, reforçada pela implementação pelos movimentos sociais de escolas técnicas de nível médio e universitário em agroecologia.

Inscrevemos nossos esforços e lutas no contexto dos enfrentamentos populares que se expressam nos Fóruns Sociais Mundiais e nas várias expressões da luta anti-imperialista, convictos de que a Agroecologia é parte necessária da construção de outro mundo possível. Temos clareza de que o sistema capitalista não pode inserir na planilha de seus custos a degradação ambiental, assim como não lhe é possível abrir mão da mais valia do trabalho humano. Portanto, não faz sentido educar sócio ambientalmente o capitalismo.

Este processo do capital se materializa no projeto do agronegócio, determinado globalmente pelas transnacionais. O projeto das transnacionais se materializa pelo domínio do território através da expansão das monoculturas, pela apropriação e mercantilização da natureza, pela degradação da biosfera e devastação de florestas, pela expulsão de populações, escravização e até assassinato de trabalhadores.

No caso brasileiro, é exemplar a forma criminosa como as transnacionais invadiram o território nacional com as cultivares transgênicas através do contrabando, contaminando em larga escala a produção agrícola. O “fato consumado” criou as condições para a imposição de uma política nacional de biotecnologia, primeiro através de medidas provisórias e, depois, pela aprovação da Lei de Biossegurança, medidas que garantiram a impunidade das transnacionais e fortaleceram seu controle sobre os agricultores. Esta ação criminosa também se desdobra na distribuição de alimentos e produtos farmacêuticos com componentes transgênicos sem qualquer controle e informação públicos.

Por estas razões, as organizações e movimentos sociais inserem a construção da agroecologia em um campo de conflito direto com o capital transnacional. Neste processo de construção é fundamental associar o debate e ações estratégicas com o intercâmbio de práticas e conhecimentos populares e acadêmicos sobre a Agroecologia.

Em 2003 – ao apoiar a criação do Centro Chico Mendes de Agroecologia – as organizações da Jornada de Agroecologia enfrentaram diretamente a Monsanto, que praticava crimes ambientais e colocava em risco a biodiversidade com seus experimentos transgênicos na cidade de Ponta Grossa – PR. As ilegalidades da Monsanto, denunciadas pelos agricultores e agricultoras que

ocuparam seu campo experimental fizeram com que o IBAMA multasse a transnacional em 1, 5 milhões de reais. A reação da Monsanto foi um processo judicial de criminalização de integrantes da Jornada de Agroecologia, que segue em tramitação judicial.

Em 2006, alguns acontecimentos evidenciaram o enfrentamento com as transnacionais e o significado vital da Biodiversidade para os Camponeses e Camponesas: a ocupação e destruição de um viveiro de mudas da Aracruz Celulose, empresa conhecida pelas violações de direitos humanos praticadas contra indígenas e agricultores; as mobilizações no período da realização do 3º Encontro de Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e da 8ª Convenção de Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, com a instalação de um acampamento da Via Campesina em Curitiba (13 a 31 de março); as denúncias sobre o cultivo ilegal de soja e milho transgênicos pela transnacional Syngenta Seeds e a ocupação em 14 de março de 2006, pela Via Campesina, do seu campo experimental ilegal, situado na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu – Patrimônio Natural da Humanidade, por declaração da UNESCO.

Nestes 05 anos, a Jornada de Agroecologia construiu condições políticas para o enfrentamento contra os transgênicos, resultando em importantes políticas públicas como a legislação estadual proibindo o cultivo de Transgênicos, a manutenção do Porto de Paranaguá como Livre de Transgênicos, a legislação e a fiscalização sobre rotulagem, a fiscalização, pelo MMA, no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, que resultou na aplicação de uma multa de 1 milhão de reais à transnacional Syngenta e outros 17 fazendeiros.

Mesmo com a ausência de políticas públicas estruturantes à produção agroecológica, as organizações articuladas na Jornada de Agroecologia tem impulsionado a adesão de novas famílias bem como ampliado às iniciativas de formação de camponeses e camponesas e especialmente da juventude do campo, alcançando inclusive a formação de técnicos em cinco escolas de agroecologia.

Neste 5º Encontro da Jornada de Agroecologia, a partir da construção de um debate amplo com todos os participantes, destacamos como pontos prioritários no atual contexto:

1. A construção e implementação de uma política pública estruturante para a Agroecologia, que contemple as dimensões da pesquisa, do ensino técnico, a produção, o fomento e conversão agroecológica, a agroindustrialização, a comercialização e o abastecimento popular, e a legislação, a partir do reconhecimento que a Agroecologia possui para o povo brasileiro um caráter estratégico à sua soberania alimentar e ao conhecimento e desenvolvimento tecnológico.

2. Que o Poder Público respeite o direito internacionalmente reconhecido do agricultor cultivar, reproduzir e intercambiar suas sementes crioulas, não impondo qualquer restrição a este direito.

3. Que o Governo Brasileiro impeça a liberação comercial do milho transgênico, e anule a decisão da CTNBio que libera a comercialização do algodão transgênico. Estas medidas são essenciais para a preservação da base genética destas variedades em nosso país.

4. Que o Governo Brasileiro proíba qualquer atividade, inclusive de pesquisa, que utilize as Tecnologias Genéticas de Restrição de Uso.

5. Que o Congresso Nacional aprove a Proposta de Emenda Constitucional que permite a expropriação das terras em que for verificada a ocorrência de trabalho escravo. Que sejam atualizados os índices de produtividade, com a incorporação da dimensão ambiental na avaliação do cumprimento da função social da propriedade.

Convocamos todos para participar do processo de construção coletiva e cotidiana da Jornada de Agroecologia, rumo a seu 6º Encontro em 2007.

Plenária do 5º Encontro da Jornada de Agroecologia.

*Realização:*

AOPA, CPT, MAB, MPA, MST, MMC, Terra de Direitos, Instituto Equipe, ASSESOAR, Associações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, CAPA, Comunidades Tradicionais do Paraná, FEAB, Escola Latina Americana de Agroecologia e Via Campesina.



## ANEXO G – Carta da 6ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2007

Nós, 5.000 participantes do 6º Encontro da Jornada de Agroecologia, reunidos em Cascavel – Paraná – Brasil reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia, Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar e continuando nossa luta por uma Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos.

A Jornada de Agroecologia é uma articulação de vários movimentos sociais camponeses, organizações da sociedade civil, técnicos e acadêmicos e se insere no grande movimento de lutas dos povos contra a mercantilização da vida, comprometendo-se a construir uma nova sociedade sustentável capaz de satisfazer suas necessidades atuais e garantir as necessidades das gerações futuras.

A Jornada de Agroecologia é um coletivo político que se contrapõe diretamente ao Capitalismo e sua expressão através do Agronegócio, que se reproduz através do latifúndio, do trabalho escravo, da violência, e expulsa as famílias do campo, desestabiliza a soberania alimentar do país, degrada e contamina a natureza e os seres humanos. Esse sistema de exploração da natureza e dos seres humanos mantém o Brasil como um produtor de matéria prima submisso à “globocolonização”, que se atualiza tecnologicamente pela engenharia genética, principalmente pelos transgênicos, a nanotecnologia e a produção dos agrocombustíveis.

A Jornada de Agroecologia desde sua primeira edição, em sua interlocução com o Estado do Paraná obteve conquistas políticas significativas a toda sociedade:

- A Lei Paraná Livre de Transgênicos.
- A Proibição da exportação de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá.
- Efetivação da fiscalização do cultivo comercial ilegal e da produção de sementes básicas transgênicas.
- Fiscalização do cultivo ilegal do milho transgênico.
- Manutenção da moratória nacional e internacional contra a tecnologia terminator.
- A Lei da Rotulagem dos Produtos Transgênicos.
- Desapropriação do Campo Experimental da Transnacional Syngenta em Santa Tereza do Oeste.
- Aplicação pelo IBAMA às transnacionais Monsanto e Syngenta por crimes ambientais e reprodução ilegal de sementes transgênicas.

No entanto, este conjunto de conquistas foi inviabilizado pelas sucessivas medidas provisórias do Governo Federal que atendeu plenamente os interesses das transnacionais de biotecnologia. Assim como o Poder Judiciário agiu em defesa dos interesses das Transnacionais do Agronegócio, expondo a sociedade e a natureza aos perigos dos transgênicos e agrotóxicos associados, transformando a sociedade em cobaia das novas tecnologias.

A presença do Estado no apoio às famílias camponesas que praticam a agroecologia tem se restringido à iniciativas pontuais e dispersas. São ações desarticuladas que não se constituem em Política Sistemática, Permanente e Estruturante, impondo às famílias e suas organizações o ônus maior pela sua implementação.

Reafirmamos neste 6º Encontro da Jornada de Agroecologia, na cidade de Cascavel – Paraná, a continuidade de nossas ações comuns, articuladas em torno de um novo jeito de viver que se expressa na proposta da agroecologia:

1. Seguir lutando por um Brasil livre de transgênicos e sem agrotóxicos.
2. Lutar contra todas as formas de mercantilização da vida, buscando garantir que a terra, as águas, as sementes e toda a Biodiversidade sejam Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade.
3. Promover campanhas de informação sobre os malefícios dos agrotóxicos e exigir uma revisão geral da carta de registro dos agrotóxicos e propor legislações de restrição de uso.
4. Massificar a organização do povo para a conquista da Reforma Agrária e pelo reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais nas suas diferentes formas de ocupação do território, e a fixação de tamanho máximo da propriedade da terra.
5. Fortalecer e ampliar a Campanha "As Sementes são Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade", lutando pelo direito de todos os camponeses e camponesas produzirem suas sementes, preservando e viabilizando a produção própria de sementes como garantia do princípio da soberania alimentar, e impedindo que as empresas transnacionais obtenham o controle oligopolista da produção e da comercialização de sementes.
6. Lutar contra a privatização e mercantilização das águas, defendendo o seu valor biológico e sagrado, implementando propostas de proteção e recuperação dos rios e nascentes, denunciando a poluição, a degradação e o desmatamento.
7. Promover uma campanha nacional e internacional de descriminalização dos militantes dos Movimentos Sociais processados judicialmente pelas transnacionais Monsanto e Syngenta e conquistar a condenação destas empresas pelos crimes que atentam contra a Biodiversidade e a Soberania Nacional.

Desta forma reivindicamos por parte do Estado a efetivação de Políticas Públicas estruturantes para a Agroecologia conforme propomos a seguir:

1) Gestão Democrática das Políticas Públicas: Instalar um colegiado de gestão de políticas e recursos, com poder deliberativo, e participação paritária entre organizações de representação dos agricultores camponeses e instituições públicas.

2) Tecnologia de produção agroecológica: Instalar um colegiado de gestão de políticas e recursos, com poder deliberativo, e participação paritária entre organizações de representação dos agricultores camponeses e instituições públicas. Ampliar, simplificar e desburocratizar o financiamento público para implementação de serviços a serem realizados por organizações formais da agricultura camponesa e da sociedade civil. - Fomento à:

- Experimentação participativa e a formação das famílias camponesas.
- Transição agroecológica através do fornecimento de sementes crioulas, raças de animais, rochas bioativadoras, conjunto de ferramentas, equipamentos e máquinas adequadas ao manejo agroecológico.

– Reeducação dos profissionais do serviço público de pesquisa, ensino e extensão rural quanto à compreensão da abordagem sistêmica em agroecologia e em experimentação

participativa, bem como a contratação de novos técnicos para trabalhar exclusivamente com agroecologia;

- Implementar o Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Agroecologia já existente no IAPAR.

- Apoiar financeiramente as pequenas e médias indústrias de produção de máquinas e equipamentos para o manejo agroecológico.

### 3) *Transgênicos:*

- Realização de campanhas públicas educativas sobre os perigos dos transgênicos para a saúde, o meio ambiente, a economia e a soberania alimentar.

- Manter a proibição no Brasil do uso e manipulação da tecnologia terminator (tecnologia de restrição da capacidade de expressão genética), levando esta posição aos fóruns internacionais pertinentes.

- Recuperar o poder de fiscalização das secretarias estaduais de agricultura dos campos de sementes.

- Revogar a liberação do milho transgênico pela CTNBIO como solicitado pela ANVISA, IBAMA e Movimentos Sociais.

- Manter com todas as forças o Paraná como área livre de transgênicos. Exigir a rastreabilidade dos produtos transgênicos e aplicar imediatamente a lei de rotulagem dos produtos que contenham transgênicos, como medidas que impeçam a contaminação genética.

- Suspender todo e qualquer tipo de política pública que esteja sendo utilizada para a produção comercial de transgênicos.

- Proibir a aquisição de transgênicos em todos os programas de abastecimento alimentar e às instituições públicas.

- Aprovar leis municipais criando áreas livres de transgênicos; - Sobretaxar os produtos transgênicos.

- Instalação de uma CPI no Congresso Nacional e investigação pela polícia federal e ministério público do contrabando de sementes transgênicas para o Brasil.

- Efetivar a desapropriação do Centro de Pesquisa de Transgênicos da transnacional Syngenta em Santa Tereza do Oeste e cobrar a multa aplicada pelo IBAMA às transnacionais Monsanto em 2003 e Syngenta em 2006 por crimes ambientais e reprodução ilegal de sementes transgênicas.

### 4) *Agrotóxicos:*

- Moratória de registro de agrotóxicos e revisão geral da carta de registros.

- Proibição da propaganda de agrotóxicos e fiscalização rigorosa em relação à utilização e rotulagem adequada, informando a população sobre seus perigos e tratamentos em caso de contaminação.

- Incluir nos currículos dos profissionais da área de saúde a formação sobre agrotóxicos e sobre os tratamentos dos malefícios por eles causados.

- Realização de análises de monitoramento de resíduos de agrotóxicos nos alimentos pela ANVISA.

– Exigir da ANDEF a formação e capacitação adequada de todos os agricultores usuários de agrotóxicos; - Intensificação da fiscalização da lei de regulamentação do tratamento e reciclagem das embalagens de agrotóxicos.

– Criação de um programa especial de saúde do trabalhador e da trabalhadora rural.

– Criação de um programa de pesquisa pública para avaliação dos efeitos dos agrotóxicos, na saúde humana e no meio ambiente, custeados por um fundo mantido pelas empresas fabricantes.

– Suspender e proibir todo tipo de subvenção às indústrias de agrotóxicos, executarem as dívidas públicas das empresas fabricantes de agrotóxicos e destinar ao fundo de apoio à agroecologia de base camponesa.

– Revogação do artigo 39 da lei 11.105/05 (Lei de Biossegurança).

#### 5) Educação do/no campo e culturas camponesas tradicionais:

– Suprir as necessidades das escolas de formação em agroecologia existentes através de convênios e parcerias entre instituições públicas e organizações da agricultura camponesa.

– Criar novas escolas de formação em agroecologia em convênio com as organizações da agricultura camponesa.

– Formação dos educadores da rede pública em agroecologia e incluir a agroecologia no currículo das escolas do campo e das cidades.

– Permitir o acesso amplo e democrático ao conhecimento e à informação, com a implantação de bibliotecas e acesso às formas de comunicação eletrônica.

– Criar um amplo programa de estímulo ao resgate, revalorização e expressão da cultura camponesa.

#### 6) Recursos naturais:

– Terra:

• realizar ampla e massiva reforma agrária, garantindo o direito dos povos tradicionais do campo e uso sustentável da terra.

• Delimitar o tamanho máximo da propriedade rural, conforme propõe a Campanha pelo Limite da Propriedade Rural. - Água.

• Assegurar o acesso à água a toda a população, através de serviços públicos de qualidade.

• Assegurar em lei que a água permaneça sendo um bem público, proibindo-se a privatização dos serviços de abastecimento e saneamento.

• Rever a legislação, para que a água seja considerada não um recurso econômico, mas um direito humano fundamental e ainda garantir a efetivação da participação e controle social na gestão da política da água.

• Investir no fortalecimento dos órgãos ambientais que fiscalizam o uso e a qualidade da água.

• Criar um programa de monitoramento da qualidade da água quanto a resíduos de agrotóxicos e outras substâncias químicas.

- Aprimorar a educação para o uso sustentado da água.
- Programar Programas de Recuperação e Proteção dos Rios e Nascentes.
- Implementar programa para o saneamento rural domiciliar e da produção pecuária e agroindustrial que viabiliza e reciclagem da água, o tratamento de dejetos sanitários humano e animal e de resíduos agroindustriais que inclua a implantação de infraestrutura local como: cisternas para coleta da água da chuva; proteção de fontes; filtros para água; biofossas para tratamento de águas servidas; composteiras para o lixo doméstico e animal; biodigestores; banheiros secos entre outros.

– Biodiversidade

- Apoiar as organizações da agricultura camponesa para estruturar programa de resgate, conservação, multiplicação e uso sustentado da agrobiodiversidade e melhoramento genético de variedades crioulas.

- Assegurar e apoiar o livre intercâmbio da agrobiodiversidade entre agricultores camponeses e rever a lei de patentes, proibindo o patenteamento de seres vivos.

- Implantar a fitoterapia na rede pública de saúde. - Florestas.

- Implementar com máxima urgência a consolidação das unidades de conservação das Florestas com Araucárias e Campos Naturais no Paraná e em Santa Catarina.

- Criar mecanismos de compensação ambiental para a conservação de florestas nativas.

- Desenvolver ampla e intensa campanha educativa sobre adequação ambiental das áreas de produção camponesa em relação às áreas de reserva legal e preservação permanente.

- Implementar programa de estímulo à implantação de agroflorestas com a finalidade de diversificar a produção de alimentos para o sustento da família camponesa e preservar espécies nativas.

#### 7) Crédito:

- Criar fundos nacionais e estaduais para a agroecologia a ser gerenciado por um colegiado paritário entre representação governamental e da sociedade civil.

- Criar linhas de crédito subsidiados a fim de financiar a transição para a agroecologia.

#### 8) Infraestrutura rural:

- Criar um amplo programa de infraestrutura rural, garantindo à agricultura camponesa: estradas, energia elétrica, abastecimento de água e saneamento, rede escolar e de atendimento à saúde, rede de comunicação, moradia e outras instalações.

- Criar programas para construção e reforma das habitações camponesas que privilegiem técnicas construtivas alternativas como: solo-cimento, superadobe, telhados vivos, sistemas alternativos de aquecimento solar.

#### 9) Beneficiamento, Agroindustrialização e Comercialização:

- Ampliar, fortalecer e diminuir a burocracia dos programas de compras governamentais de produtos da agricultura camponesa agroecológica.

- Implantar o Programa de Merenda Escolar Ecológica em toda a rede pública de educação.

– Implantar infraestrutura pública para a comercialização direta dos produtos dos agricultores camponeses.

– Garantir preços mínimos e compra dos produtos da agricultura camponesa e formação de estoques que garantam a segurança e soberania alimentar da população.

– Viabilizar os meios para as organizações da agricultura camponesa promover programa de formação em gestão de empreendimentos econômicos de beneficiamento, processamento e comercialização.

– Manter a possibilidade legal de comercialização pelas Associações.

– Regulamentar uma legislação específica para o processamento e industrialização da agricultura camponesa que garanta a desburocratização e a simplificação de sua implantação e funcionamento.

#### *10) Energia:*

– Implantação de sistemas alternativos de geração de energia como miniusinas hidroelétricas; coletores de energia solar; miniusinas de álcool e de óleos vegetais; unidades de energia eólica.

– Estabelecer limite máximo de implantação de lavouras destinadas à produção de matéria-prima destinada à fabricação de agrocombustíveis.

– Proibir a devastação dos remanescentes de toda e qualquer floresta nativa para implantação de lavouras destinadas à fabricação de agrocombustíveis.

Plenária da 6ª Jornada de Agroecologia – 11 a 14 de julho de 2007 Cascavel – Paraná – Brasil

MPA – MST – MAB – MMC – Escola Latino Americana de Agroecologia – CPT – FEAB – IEEP – Terra de Direitos – Via Campesina

## ANEXO H – Carta da 7ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2008

*A agricultura camponesa reconstruindo o sustento da vida e a transformação da sociedade*

Nós, 3.500 participantes do 7º Encontro da Jornada de Agroecologia, reunidos em Cascavel – Paraná – Brasil, entre os dias 23 e 26 de julho de 2008, reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia: “Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar” - continuando nossa luta por uma Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos.

A Jornada de Agroecologia é uma articulação de vários movimentos sociais camponeses, organizações da sociedade civil, técnicos e acadêmicos e se insere no grande movimento de lutas dos povos contra a mercantilização da vida, comprometendo-se a construir uma nova sociedade sustentável capaz de satisfazer suas necessidades atuais e garantir as necessidades das gerações futuras.

A Jornada de Agroecologia é um coletivo político que se contrapõe diretamente ao Capitalismo e sua expressão através do Agronegócio, que se reproduz através do latifúndio, do trabalho escravo, da violência, e expulsa as famílias do campo, desestabiliza a soberania alimentar do país, degrada e contamina a natureza e os seres humanos. Esse sistema de exploração da natureza e dos seres humanos mantém o Brasil como um produtor de matéria-prima submisso à “globocolonização”, que se atualiza tecnologicamente pela engenharia genética, principalmente pelos transgênicos, a nanotecnologia e a produção dos agrocombustíveis.

A fome que afeta mais de 850 milhões de pessoas no mundo revela a barbárie que o capitalismo impõe sobre a humanidade. Neste ano a humanidade se deparou com o agravamento do problema como resultado do aumento dos preços dos alimentos gerando revoltas populares imediatas em países como Haiti, Peru, Filipinas e na África.

Estudos revelam que não houve uma mudança significativa dos estoques de alimentos que justifique, na lógica do capital, a elevação dos preços. Portanto, o que se verifica é uma crise gerada pela especulação financeira sobre os alimentos. Este tipo de especulação só é possível pela integração da cadeia alimentar que é controlada pelas transnacionais e pela ação dos fundos financeiros que já estão negociando as safras três anos antes de serem plantadas.

Esse projeto global do agronegócio se realiza com a ampliação da concentração da terra e de uma maior expansão dos monocultivos, tendo como estratégia específica à promoção dos agrocombustíveis.

Neste atual processo civilizatório, cuja base energética é o petróleo, o qual gera amplos impactos negativos na ecologia do planeta, em especial o aquecimento global que aparece como a maior ameaça a vida, o capitalismo agarra-o como uma nova possibilidade de negócio apresentando os agrocombustíveis como uma solução fictícia para potencializar o agronegócio e sua exploração predatória da natureza e do trabalho humano.

O monopólio e o patenteamento da vida, que transforma os recursos naturais em mercadoria, colocam as sementes como o principal insumo para imposição do padrão tecnológico na agricultura dominado pelas transnacionais. Este sistema se legaliza através de acordos e tratados

internacionais construídos para impor a homogeneidade da legislação no mundo, o que garante a atuação impune das empresas transnacionais.

Enquanto não havia um marco legal no Brasil, as empresas introduziram criminosamente a soja e o algodão transgênicos. Num segundo momento impuseram seus interesses através das medidas provisórias, editadas pelo governo federal, e da Lei de Biossegurança. No presente momento uma nova investida das transnacionais do agronegócio pressiona pela revisão das leis de “cultivares” e “sementes e mudas”, na tentativa de proibir os agricultores de guardar e intercambiar sementes.

Outra ameaça decorre da recente liberação pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, de cultivares de milho transgênico tendo como um dos perigos a ampla dispersão de pólen pelo vento, produzindo a contaminação das variedades crioulas.

A violência estrutural que se manifesta na exploração do trabalho e na depredação da natureza, aprofunda sua ação na criminalização dos movimentos sociais que se opõem e resistem à manutenção e ampliação do atual modelo. Esta violência e criminalização mostram sua cara:

Quando setores do ministério público, judiciário, da polícia, apoiados pela grande mídia, recorrem à famigerada Lei de Segurança Nacional para criminalizar os trabalhadores rurais ou pedem a dissolução do MST gerando uma série de ações arbitrárias e truculentas de promotores de justiça, polícia militar e governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Quando no Paraná a transnacional Syngenta associada as organizações de latifundiários contrata uma milícia armada com fachada de empresa de segurança que assassinou a liderança do MST, Valmir Mota de Oliveira, Keno; quando milícias a serviço dos latifundiários atacam acampamento usando um caminhão blindado – caveirão do agronegócio – para destruir plantações, casas, igreja e escola; no ataque e assassinato de Eli Dallemole dentro de sua própria casa, no assentamento Libertação Camponesa, em Ortigueira; nos ataques de uma milícia armada a serviço de usineiros contra acampados na fazenda Videira, no município de Guairaçá, já desapropriada pela INCRA; ou no ataque e destruição das casas dos quilombolas do Varzeão, em Doutor Ulisses;

E na tentativa de anular a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol e impor retrocessos na política de reconhecimento dos territórios de comunidades indígenas e quilombolas.

Uma outra forma de violência sobre os camponeses e as camponesas é a permanência do latifúndio do conhecimento, na medida em que a grande maioria da população estudantil vai sendo impedida de alcançar os níveis médio e universitário de formação.

Os ataques do agronegócio e seus aliados se manifesta, por exemplo, na tentativa de impedir a realização da 7ª Jornada de Agroecologia no espaço da UNIOESTE; no bloqueio de recursos públicos para a educação no campo e para o PRONERA, e nas ações judiciais para suspender as turmas especiais de direito em Goiás e de medicina veterinária no Rio Grande do Sul.

Em que pese a agroecologia seguir crescendo no Brasil por força das organizações da agricultura camponesa e a multiplicidade de experiências nas comunidades e assentamentos, o Estado segue sem implementar políticas públicas estruturais de apoio e fomento a agroecologia, limitando-se com ações pontuais e desarticuladas, e em contrapartida, direciona seu apoio incondicional ao agronegócio.



Reafirmamos neste 7º Encontro da Jornada de Agroecologia a continuidade de nossas ações comuns, articuladas em torno de um novo jeito de viver em cooperação, desde o local até o global, que se expressa na proposta da agroecologia:

1. Lutar pela soberania alimentar, o que implica em realizar uma reforma agrária integral e o fortalecimento da agricultura ecológica camponesa, como caminho sustentável para solucionar a fome no mundo.

2. Lutar contra todas as formas de mercantilização da vida, buscando garantir que a terra, as águas, as sementes e toda a Biodiversidade sejam Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade;

3. Massificar a organização e a luta do povo para a conquista da Reforma Agrária, o reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais nas suas diferentes formas de ocupação do território e o estabelecimento de um limite máximo para a propriedade da terra;

4. Fortalecer e ampliar todas as iniciativas comuns e populares de defesa das sementes crioulas, lutando pelo direito de todos os camponeses e as camponesas preservar e viabilizar a produção própria de sementes como garantia do princípio da soberania alimentar, e impedindo que as empresas obtenham o controle da produção e da comercialização de sementes;

5. Lutar contra a privatização e mercantilização das águas implementando propostas de proteção e recuperação dos rios e nascentes, denunciando a poluição, a degradação e o desmatamento;

6. Lutar para garantir que o direito a educação do campo seja assegurado de forma integral pelo Estado;

7. Promover e participar de campanhas nacionais e internacionais que combatem a criminalização dos Movimentos Sociais;

8. Seguir lutando por um Brasil agroecológico, livre de transgênicos e sem agrotóxicos, ampliando as experiências locais e regionais;

9. Reivindicar do Estado à efetivação de políticas públicas estruturantes para a agroecologia.

Cascavel, Paraná, Brasil. 25 de julho de 2008, dia do agricultor.

*Plenária do 7º Encontro da Jornada de Agroecologia "Keno e Eli Vivem".*

Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade, Colhendo Soberania Alimentar

Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos

*Construindo o Projeto Popular e Soberano para a Agricultura*

## ANEXO I – Carta da 8ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2009

Nós, 3500 participantes do 8o Jornada de Agroecologia, reunidos em Francisco Beltrão – Paraná – Brasil, entre os dias 27 e 30 de maio de 2009, reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia - “Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar” - continuando nossa luta por uma Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos e Construindo o Projeto Popular e Soberano para a Agricultura.

A Jornada de Agroecologia é uma articulação de vários movimentos sociais e organizações da agricultura familiar camponesa, organização da sociedade civil do campo popular, técnicos e acadêmicos e se insere no grande movimento de lutas dos povos contra a mercantilização da vida, comprometendo-se a construir uma nova sociedade sustentável capaz de satisfazer suas necessidades fundamentais e garantir os direitos das gerações futuras.

A Jornada de Agroecologia é um coletivo político que se contrapõe diretamente ao Capitalismo e sua expressão por meio do Agronegócio, que se reproduz através do latifúndio, do trabalho escravo, da violência, e expulsa as famílias do campo, desestabiliza a soberania alimentar do país, degrada e contamina a natureza e explora os seres humanos.

O momento atual, com a emergência de mais uma crise do capitalismo, que vem a público pelo desabamento da agiotagem financeira expressa na ficção do dinheiro eletrônico, esconde a crise da economia real sustentada na sociedade do automóvel dependente do petróleo.

Os capitalistas, negando o catecismo neoliberal, buscam salvaguardar-se e apropriar-se dos recursos públicos acumulados no Estado, alcançando cifras de mais de 8 trilhões de reais para socorrer apenas bancos e seguradoras. Esse valor é quarenta vezes maior do que os recursos destinados ao combate da pobreza e das mudanças climáticas no mundo.

Constitui-se assim um novo ciclo de oportunidades para a acumulação e concentração do capital e do poder, transferindo o custo social para os trabalhadores e populações marginalizadas: agravando o desemprego e aumentando a fome no mundo que já atinge um bilhão de pessoas. O movimento de “globocolonização” do capital, expresso através do Agronegócio, condiciona o Brasil a continuar como um país agroexportador “confinando” o agricultor a ser um mero produtor de mercadorias, tendo como uma de suas formas a subordinação dos agricultores aos complexos agroindustriais através dos contratos de “integração”.

Nesta ordem econômica, as organizações políticas do Agronegócio - bancada ruralista CNA, OCB – estão realizando, com apoio das grandes empresas de comunicação, a maior investida para a retirada dos direitos sociais, difusos e coletivos, conquistados pela luta do povo brasileiro e assegurados pela constituição de 1988, que são considerados como obstáculos à reprodução do capital, a exemplo de:

- Mudanças na legislação ambiental precarizando o marco legal de proteção, a exemplo do Código Florestal, avançando impunemente sobre todos os biomas, especialmente sobre a Amazônia;

- Mudança na legislação agrária através da medida provisória 458 – conhecida como MP da grilagem –, que regulariza a posse de terra em até 1500 ha da Amazônia Legal, já aprovada na Câmara Federal;

- Mudança na instrução normativa que regula a titulação de territórios quilombolas, dificultando ainda mais a titulação das suas áreas;

- Decisão do STF sobre a terra indígena Raposa Serra do Sol estabelecendo uma série de condicionantes restritivas à política de reconhecimento dos territórios indígenas;

- Revisão das leis de “cultivares” e “sementes e mudas”, na tentativa de proibir os agricultores de guardar e intercambiar sementes;

- Retomada do projeto que aprova a tecnologia “Terminator”, que torna as sementes estéreis, mesmo comum a moratória mundial assinada por 191 países;

- Mudança na lei de rotulagem para acabar com a exigência de rastreabilidade de produtos transgênicos e a retirada do símbolo ‘T’, que os identifica.

A expansão desta estratégia sobre o território nacional implica, ao mesmo tempo, numa investida das empresas transnacionais que impõem suas tecnologias patenteadas de transgênicos e agrotóxicos, como base para os monocultivos de grande escala, tornando os agricultores cativos, o povo submetido a pagar preços abusivos pelos alimentos e fazendo a sociedade de cobaia.

Denunciamos a contaminação genética das sementes crioulas e convencionais pelos cultivares transgênicos com prejuízos irreparáveis à agrobiodiversidade e à economia, bem como, o incremento da contaminação do meio ambiente e dos alimentos por agrotóxicos. No Paraná, a liberação dos transgênicos aumentou em mais de 400% o uso de agrotóxicos.

Em que pese este sistema hegemônico de exploração do ser humano e de depredação da natureza, o movimento da agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais se colocam na vanguarda da reconstrução ecológica da agricultura e da transformação da sociedade. Esta é a razão pela qual a Agroecologia segue crescendo no Brasil numa multiplicidade de experiências.

Enquanto isso, o Estado segue sem implementar políticas estruturantes, de apoio e fomento a agroecologia, limitando-se a ações pontuais e desarticuladas. Reafirmamos, nesta 8a. Jornada de Agroecologia, a continuidade de nossas ações comuns, articuladas num jeito de viver em cooperação, do local até ao mundial, que se expressa na proposta da agroecologia:

1. Lutar pela soberania alimentar, o que implica em realizar uma reforma agrária integral e o fortalecimento da agricultura ecológica familiar camponesa, como caminho sustentável para enfrentar a fome no mundo.

2. Lutar pelo reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais nas suas diferentes formas de ocupação do território e o estabelecimento de um limite máximo para a propriedade da terra.

3. Lutar contra todas as formas de mercantilização da vida, buscando garantir que a terra, a água, as sementes e toda a Biodiversidade sejam Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade, garantindo o direito ao livre uso da agrobiodiversidade.

4. Fortalecer e ampliar todas as iniciativas comuns e populares de defesa das sementes crioulas lutando pelo direito, de todos os camponeses e as camponesas, de preservar e viabilizar a produção própria de sementes como garantia do princípio da soberania alimentar, e impedir que as empresas obtenham o controle da produção e da comercialização de sementes;

5. Lutar contra a privatização e mercantilização das águas implementando propostas de proteção e recuperação dos rios e nascentes, combatendo a poluição, a degradação e a ofensiva do agronegócio que visa mudar a legislação ambiental para ampliar a devastação.

6. Lutar para garantir a implementação das diretrizes operacionais da educação do campo pelo Estado.

7. Promover e participar de campanhas nacionais e internacionais que combatem a violência contra os trabalhadores, as mulheres e a criminalização dos Movimentos Sociais. Lutar pela punição dos mandantes dos assassinatos de Valmir Mota de Oliveira – Keno e Eli Dalemole.

8. Seguir lutando por um Brasil agroecológico, livre de transgênicos e sem agrotóxicos, ampliando as experiências locais e regionais.

9. Reivindicar do Estado a efetivação de políticas públicas estruturantes para a agroecologia.

10. Ampliar os sistemas populares de abastecimento local com alimentos agroecológicos, fortalecendo redes e feiras, bem como constituir o PAA como política pública.

11. Que o governo do Paraná consolide o convênio entre o IAPARE a Via Campesina, para o Centro de Pesquisa Valmir Mota de Oliveira – Keno, em Santa Teresa do Oeste, garantindo a gestão paritária e a implementação da pesquisa agroecológica voltada para a agricultura familiar camponesa.

12. Lutar pelo reconhecimento nacional e internacional dos direitos dos agricultores familiares camponeses.

Reafirmamos nossa unidade política e de ação como um movimento agroecológico e de transformação da sociedade protagonizado pela agricultura familiar camponesa e povos tradicionais, em cooperação com todos os que lutam por um mundo digno e sustentável, no campo e na cidade. Rememoramos o companheiro Valmir Mota de Oliveira – Keno, mártir da luta contra as transnacionais da biotecnologia e celebramos a conquista do território do seu algoz, a transacional Syngenta, e festejamos a vitória dos povos indígenas que conquistaram a demarcação do seu território Raposa Serra do Sol, em Roraima.

*Plenária da 8a. Jornada de Agroecologia Francisco Beltrão, Paraná, Brasil, 29 de maio de 2009.*

## ANEXO J – Carta da 9ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2010

Nós, 3.000 participantes da 9ª Jornada de Agroecologia, reunidos em Francisco Beltrão – Paraná – Brasil, entre os dias 19 e 22 de maio de 2010, reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia – “Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar” - continuando nossa luta por uma Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos e Construindo o Projeto Popular e Soberano para a Agricultura.

A Jornada de Agroecologia é um coletivo político que se contrapõe diretamente ao Capitalismo e sua expressão por meio do Agronegócio, que se reproduz através do latifúndio, do trabalho escravo, da violência, e expulsa as famílias do campo, desestabiliza a soberania alimentar do país, degrada e contamina a natureza e explora os seres humanos. Estes 9 anos de lutas demonstram o acerto histórico da construção desse sujeito coletivo em torno da proposta da agroecologia.

A soberania alimentar do Brasil segue sendo resultado do trabalho da agricultura familiar camponesa, historicamente responsável por 70% do abastecimento da população e geração de grandes excedentes de alimentos exportados. Esta mesma agricultura familiar camponesa gera mais postos de trabalho no campo, mesmo preservando uma área de florestas maior que o latifúndio e utilizando uma área 200% menor que o agronegócio. Em função desta contribuição histórica da agricultura familiar camponesa e de sua força mobilizadora é que a sociedade brasileira conquistou o direito humano à alimentação como um dos direitos sociais constitucionalmente garantidos.

Esta realidade é fruto de uma luta histórica permanente do campesinato e desmascara a ocultação ideológica da importância estratégica da agricultura familiar camponesa operada pelas classes dominantes através do agronegócio e dos grandes proprietários dos meios de comunicação, os quais se opõem a necessidade histórica e urgente da reforma agrária.

Pelo fato de organizar a vida em íntima relação com a natureza, a agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais são portadores de conhecimentos com os quais organizam múltiplas agriCULTURAS, o que os tornam mantenedores e criadores da agrobiodiversidade como patrimônio dos povos a serviço da humanidade. É, portanto, o sujeito coletivo decisivo para a reconstrução ecológica da agricultura que conforma as bases da agroecologia.

Uma significativa parte da população brasileira reconhece este legado histórico ao inserir no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, que atualiza a Constituição Federal, a necessidade da reforma agrária, de modo a fortalecer as múltiplas agriCULTURAS, familiar, camponesa e agroecológica, incentivar as tecnologias socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis, em oposição às tecnologias transgênicas potencialmente danosas ao meio ambiente e à saúde, utilizadas pelo agronegócio.

Na contramão deste processo de reconstrução ecológica da agricultura, há uma poderosa aliança entre os grandes proprietários de terra, as empresas transnacionais e o Estado que conformam o agronegócio, e se expressa na implementação de megaprojetos de infraestrutura e energia, em grandes extensões de monoculturas, no aumento vertiginoso do uso de agrotóxicos e introdução irresponsável de cultivos transgênicos.

Denunciamos a aliança do agronegócio como responsável por:

-Tornar o Brasil o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, utilizando cerca de 790 milhões de litros na safra de 2008/2009, o que corresponde a mais de 3 litros de agrotóxico por habitante no país.

-Tornar a CTN Bio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança- um balcão de negócios das empresas, liberando transgênicos sem qualquer rigor científico e desconsiderando o princípio da precaução. Até 2008 havia 4 transgênicos aprovados, hoje já são 21, o que tornou o Brasil, em 2009, o 2º maior país em área plantada. Cientistas apresentaram durante a Jornada de Agroecologia diversos resultados de pesquisas com cobaias que demonstraram os malefícios dos transgênicos à saúde animal e, portanto potencialmente causadoras de danos à saúde humana e ao meio ambiente.

-Contaminação genética das variedades de milho crioulo, convencional e agroecológico pelo milho transgênico, constatada por pesquisa realizada pela Seab do Paraná, o que comprova a ineficácia da norma editada pela CTN Bio e a impossibilidade de coexistência desta tecnologia totalitária com outros sistemas produtivos.

-Aumentar a venda de agrotóxicos, já que os transgênicos respondem exclusivamente ao interesse das empresas em potencializar suas vendas, a exemplo do glifosato utilizado na soja. Só no ano 2000 foram vendidos 39 milhões de litros, saltando para 300 milhões em 2009. Também foram constatadas no Brasil 5 plantas espontâneas resistentes ao glifosato, levando ao aumento da utilização de outros agrotóxicos altamente tóxicos como o 2,4 D e o paraquat, ambos proibidos na União Europeia.

-Denunciamos as manobras da bancada ruralista e da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) contra direitos constitucionalmente assegurados dos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, trabalhadores rurais, sem-terra, dos agricultores, consumidores e ao meio ambiente, em nome da propriedade privada absoluta e que não cumpre sua função social, principalmente através das seguintes ações:

- A revisão da “lei de cultivares” na tentativa de proibir os agricultores de guardar e intercambiar sementes, de modo a aprofundar os mecanismos de apropriação privada das sementes através das normas de propriedade intelectual;

- A retomada e aprovação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara do projeto que propõe a tecnologia “Terminator”, que torna as sementes estéreis, mesmo com uma moratória mundial assinada por 191 países, incluindo o Brasil;

- Mudança na lei de rotulagem para acabar com a exigência de rastreabilidade de produtos transgênicos e a retirada do símbolo ‘T’, que os identifica, violando as normas do Protocolo de Cartagena do qual o Brasil também é signatário;

- Desmonte da legislação ambiental, precarizando o seu marco legal de proteção, a exemplo do Código Florestal, avançando impunemente sobre todos os biomas, especialmente sobre a Amazônia;

- O retrocesso na legislação agrária com a criação do Programa Terra Legal, que regulariza a grilagem de terras em até 1500 ha da Amazônia Legal; sua implantação precariza o processo de reforma agrária já que desloca técnicos do INCRA para este Programa;

- O ataque do DEM (Democratas, ex-PFL) ao Decreto que regula a titulação de territórios quilombolas, junto ao STF, o que ofende os direitos constitucionalmente garantidos desta população tradicional.

- O bloqueio há mais de 6 anos pela bancada ruralista e CNA do Projeto de Emenda Constitucional (PEC no 438), que propõe medidas de combate ao trabalho escravo, como a expropriação de propriedades que utilizam a mão de obra escrava.

- Denunciamos a criminalização dos movimentos sociais através de prisões arbitrárias, constantes ataques a militantes e organizações, além da instalação de CPIs.

- Denunciamos, ainda, os megas projetos de infraestrutura para garantir a manutenção do padrão insustentável de desenvolvimento e sua matriz energética, especialmente a instalação de grandes hidrelétricas como Belo Monte, que agride o meio ambiente e viola os direitos dos povos indígenas e das populações locais.

Reafirmamos nesta 9a. Jornada de Agroecologia que a agricultura familiar camponesa segue existindo e resistindo como protagonista decisivo da agroecologia, ainda que sem o apoio de políticas públicas estruturantes de crédito, assistência técnica, investimento em pesquisas, educação profissional, fomento à agroindustrialização e comercialização. Reconhecemos como nossas conquistas, Programas como o Plano de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais apesar de transferir o ônus organizativo aos agricultores e estabelecer o limite de apenas 4.500 reais ao ano por produtor, contribuem sobremaneira para a diversificação da produção e para garantir a segurança alimentar das famílias. Por outro lado, na medida em que reconhece a produção agroecológica, pagando um preço diferenciado, se constitui em uma política eficiente para promover a agroecologia.

Na trajetória dos 9 anos de lutas empreendidas pelos sujeitos que se articulam como o coletivo da Jornada de Agroecologia, celebramos as vitórias da agricultura familiar camponesa sobre a transnacional Monsanto, com o fechamento de sua unidade de produção de transgênicos em Ponta Grossa e a absolvição pelo Judiciário local de 5 militantes da coordenação da Jornada, então criminalizados. Celebramos também a vitória sobre a transnacional Syngenta, com a transferência de seu centro de produção de transgênicos em Santa Tereza do Oeste para o Estado do Paraná, que inaugurou o Centro de Pesquisa da Agricultura Camponesa Valmir Mota de Oliveira, o “Keno”, militante assassinado por milícia contratada pela empresa.

Plenária final da 9a. Jornada de Agroecologia.

Francisco Beltrão, 22 de maio de 2010.

Rumo aos 10 anos da Jornada de Agroecologia!

*Via Campesina*

*Fórum Regional de Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná*

*Rede Ecovida Paraná*

*Unioeste*

## ANEXO K – Carta da 10ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2011

Nós, mais de 4 mil participantes da 10ª Jornada de Agroecologia, vindos de diferentes regiões do Brasil e de outros países da América Latina reunidos na cidade de Londrina/Paraná – Brasil, entre os dias 22 a 25 de junho de 2011, reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia e assim damos continuidade a nossa luta por uma Terra Livre de latifúndios, Sem Transgênicos e Sem Agrotóxicos, pela construção de um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura.

No dia a dia os camponeses e as camponesas seguem construindo a agroecologia em sistemas produtivas sustentáveis que garantem soberania alimentar e contribuem decisivamente com a superação das crises alimentar, climática e energética.

Essa luta cotidiana da afirmação da agroecologia não conta com políticas públicas estruturantes, como: reforma agrária, educação do campo da primeira infância à universidade, pesquisa científica e assistência técnica, infraestrutura social e produtiva com fomento a produção, agroindustrialização e comercialização de modo a potencializar os excelentes resultados com programas governamentais, ainda parciais e isolados, como o PAA, PNAE e PRONERA.

Em oposição ao campesinato e a agroecologia, o Estado segue patrocinando majoritariamente a reprodução e a expansão do agronegócio que concentra terra, impede a reforma agrária e os direitos territoriais dos quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais, situa-se desde 2008, como o maior usuário mundial de agrotóxicos, com 6 litros de veneno por pessoa/ano, vem impondo, os transgênicos ampliando o domínio das transnacionais sobre a agricultura e os agricultores, mercantiliza a natureza, destrói a biodiversidade com os monocultivos, a pecuária extensiva e a eliminação das florestas nativas, utiliza-se do trabalho escravo e da criminalização e assassinato de lideranças camponesas, indígenas e ambientalistas.

É no âmbito dos seus interesses e da ampliação do lucro que o agronegócio age pelo desmantelamento do Código Florestal, impõe barreiras a proibição de agrotóxicos comprovadamente carcinogênicos, teratogênicos e desreguladores endócrinos já banidos em muitos países, hegemonizaram o controle da CTN BIO para aprovar transgênicos violando o princípio da precaução, atacam a moratória internacional contra a liberação das tecnologias “terminador” - “exterminador” na tentativa de aprovar projetos de lei no Congresso Nacional, e desarticulando as políticas públicas especialmente ambientais no intuito de impor mercantilização da biodiversidade.

Por uma agricultura camponesa agroecológica sustentável e a soberania alimentar, nós, participantes da 10ª Jornada de Agroecologia reivindicamos dos Governos dos Estados e Federal:

1. Criação e implementação imediata de políticas públicas estruturantes à promoção da agroecologia;
2. Implementação de políticas públicas que efetivem a legislação ambiental atual e derrubada no Senado Federal do PL do “Código do Desmatamento”(relatório Aldo Rabelo), aprovado na Câmara Federal;



3. Banimento de todos os agrotóxicos e de imediato dos 14 princípios ativos já comprovados pela ANVISA como perniciosos a saúde e ao meio ambiente em total de acordo com a legislação vigente;

4. Manter a Moratória Internacional contra a liberação das tecnologias “terminator” – “exterminador”, não aprovando o Projeto de Lei em tramitação na Câmara Federal que preconiza a legalização da tecnologia das sementes estéreis;

5. Fazer cumprir o princípio da precaução e a legislação de rotulagem dos produtos com transgênicos, combater o monopólio das empresas transnacionais sobre as sementes e a contaminação genética com transgênicos, e revisar as normas e liberações das cultivares transgênicas;

6. Garantir política pública de proteção aos defensores e defensoras de Direitos Humanos ameaçados/as e combate a criminalização dos Movimentos Sociais e a violência e impunidade no campo;

7. Na Conferência Internacional da ONU – RIO +20, a se realizar em junho de 2011 no Brasil, afirmar que o caminho para a conservação e uso sustentável da biodiversidade não passa pela privatização e mercantilização dos bens comuns.

Londrina, Paraná, Brasil, 25 de junho de 2001

Plenária Final da 10ª Jornada de Agroecologia

## ANEXO L – Carta da 11ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2012

Nós, mais de 4 mil participantes da 11ª Jornada de Agroecologia, vindos de diferentes regiões do Brasil e de outros países da América Latina e Caribe, reunidos na cidade de Londrina / Paraná – Brasil, entre os dias 11 e 14 de julho de 2012, reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia e assim damos continuidade a nossa luta por uma Terra Livre de Latifúndios, Sem Transgênicos e Sem Agrotóxicos, e pela construção de um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura.

No dia a dia os camponeses e as camponesas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, em convergência com cientistas e técnicos, seguem construindo a agroecologia em sistemas produtivos sustentáveis que garantem soberania alimentar e contribuem decisivamente com a superação das crises ambiental, alimentar, energética e econômica.

O labor e a luta cotidiana de afirmação da agroecologia não contam com políticas públicas estruturantes, como: reforma agrária, garantia de direitos territoriais, educação do campo da primeira infância à universidade, pesquisa científica e assistência técnica, infraestrutura social e produtiva com fomento a produção, agroindustrialização e comercialização, de modo a potencializar os excelentes resultados com programas governamentais, ainda parciais e isolados, como o PAA, PNAE e PRONERA.

Em oposição ao campesinato e à agroecologia, o Estado em geral e os Governos seguem patrocinando majoritariamente a reprodução e expansão do agronegócio que concentra terra, impede a reforma agrária e os direitos territoriais dos quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais.

E mais, o agronegócio no Brasil que desde 2008 se constitui como o maior usuário mundial de agrotóxicos que contamina o meio ambiente e as pessoas numa proporção per capita de 6 litros de veneno ao ano, vem impondo os transgênicos, ampliando o domínio das transnacionais sobre a agricultura e os agricultores. Mercantiliza a natureza, destrói a biodiversidade com os monocultivos, com a pecuária extensiva e com a eliminação das florestas nativas. Utiliza-se do trabalho escravo e promove a criminalização e assassinato de lideranças camponesas, indígenas e ambientalistas.

É no âmbito dos seus interesses e da ampliação do lucro que o agronegócio age pelo desmantelamento do Código Florestal, impõe barreiras à proibição de agrotóxicos já banidos em muitos países, hegemoniza o controle da CTNBio para aprovar transgênicos violando o princípio da precaução. Ataca a moratória internacional contra a liberação das tecnologias “terminator”- “exterminador”- na tentativa de aprovar projetos de lei no Congresso Nacional e desarticula as políticas públicas especialmente ambientais no intuito de impor a mercantilização da biodiversidade.

Em escala planetária, com a crise econômica de 2008, o sistema capitalista hegemônico tem procurado novas possibilidades de acumulação que mantenham sua lógica. É nesse contexto que Estados e governos nacionais, empresas e organismos multilaterais passaram, de um lado, a atacar direitos conquistados e consolidados, a exemplo do direito à água, a alimentação, das mulheres e, de outro, a construir o mito da “economia verde” e do “enverdecimento da tecnologia”,

apresentando como solução à crise ambiental fazer coincidir o cuidado da Terra com a economia capitalista. Mas, na realidade, é uma falsa solução e mais uma estratégia para o avanço do capital, como foi a revolução verde.

A economia verde ao contrário do que seu nome sugere é outra fase da acumulação capitalista. Nada na economia verde questiona ou substitui a economia baseada no extrativismo de combustíveis fósseis, nem os seus padrões de consumo e produção industrial. Sua realização se dá concretamente através dos mercados de carbono, de serviços ambientais, de compensações por biodiversidade e o mecanismo de REDD+ (Redução de emissão por desmatamento evitado e degradação florestal).

Estamos conscientes da impossibilidade de humanizar e ecologizar o capital. Capital é exploração do ser humano e depredação da natureza.

Em contraponto, seguimos em convergência com as lutas dos povos forjando a emancipação humana com a inclusão da dimensão ecológica da vida e assumimos, no cotidiano dos nossos territórios e de nossas vidas, o desafio da reconstrução ecológica da agricultura.

Por uma agricultura camponesa agroecológica sustentável e a soberania alimentar, nós, participantes da 11ª Jornada de Agroecologia reivindicamos dos Governos dos Estados e Federal:

1-Criação e implementação imediata de políticas públicas estruturantes à promoção da agroecologia: a) com a assinatura do decreto que institui a Política Nacional de Agroecologia, respeitando os termos acordados com as organizações e movimentos sociais; b) Efetivação no Paraná das medidas previstas na Lei estadual nº 403/11; c) Aprovação de marco legal que transforme os programas PAA e PNAE em políticas públicas permanentes.

2-Banimento de todos os agrotóxicos e, de imediato, daqueles cujos princípios já comprovados pela ANVISA como perniciosos a saúde e ao meio ambiente em total desacordo com a legislação vigente.

3-Manter a Moratória Internacional contra a liberação das tecnologias “terminator” – “exterminador”, não aprovando o Projeto de Lei em tramitação na Câmara Federal que preconiza a legalização da tecnologia das sementes estéreis;

4-Fazer cumprir o princípio da precaução e a legislação de rotulagem dos produtos com transgênicos, combater o monopólio das empresas transnacionais sobre as sementes e a contaminação genética com transgênicos, e revisar as normas e liberações das cultivares transgênicas.

5-Garantir política pública de proteção aos defensores e defensoras de Direitos Humanos ameaçados/as e combate à criminalização dos Movimentos Sociais e à violência e impunidade no campo;

6-Manutenção da exclusão do Estado paraguaio do Mercosul e da UNASUL, enquanto não se reestabelecer o governo de Fernando Lugo, democraticamente eleito.

7-Não aprovação da PEC 215 que desmonta a política dos direitos indígenas.

8-Manutenção do decreto que trata da regularização fundiária dos territórios quilombolas.

Manifestamos nosso repúdio:

1-Aos retrocessos na legislação ambiental com o desmonte do código florestal, garantindo impunidade aos grandes desmatadores.

2-Ao Golpe de estado no Paraguai efetivado sob o apoio das forças do agronegócio – empresas transnacionais e grandes latifundiários paraguaios e brasileiros – e do imperialismo estadunidense, que viola a soberania popular expressa na eleição de Fernando Lugo.

3-Nos processos de liberação dos transgênicos de milho e soja tolerantes ao agrotóxico 2,4-D.

Londrina, Paraná, Brasil, 14 de Julho de 2012.

*Plenária Final da 11ª Jornada de Agroecologia*

## ANEXO M – Carta da 12ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2013

Nós, mais de 3 mil participantes da 12ª Jornada de Agroecologia, vindos de diferentes regiões do Brasil, reunidos nas cidades de Maringá e Paiçandu, Paraná – Brasil, entre os dias 07 e 10 de Agosto de 2013, reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia e assim damos continuidade a nossa luta por uma Terra Livre de Latifúndios, Sem Transgênicos e Sem Agrotóxicos, e pela construção de um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura.

Desde a 1ª Jornada de Agroecologia em 2002, temos reafirmado a agroecologia como resultado do árduo e consciente trabalho de milhares de famílias camponesas, sem o apoio de políticas públicas do Estado, estruturantes e sistemáticas, para agroecologia. Finalmente em 2012, o Governo Federal atendeu o clamor histórico do campesinato e tomou a iniciativa de decretar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e em julho de 2013, o Conselho de Ministros aprovou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO para vigorar até 2015. Mesmo que o PLANAPO não contemple suficientemente as necessidades do campesinato para o pleno desenvolvimento da agroecologia, se faz urgente que o Governo Federal tome as medidas para efetivá-lo de imediato disponibilizando os recursos previstos neste plano a fim de que não se torne mais uma carta de intenção.

Mais uma vez iniciamos a Jornada de Agroecologia com uma ampla marcha realizada no centro da cidade de Maringá para demonstrar que a agroecologia se constrói com mobilização e luta permanentes. Neste sentido continuaremos vigilantes e mobilizados para a efetivação do PLANAPO para que de fato se torne uma política estruturante da agroecologia e enfrentamento ao agronegócio.

A experiência acumulada nos 12 anos de Jornadas de Agroecologia pôde apresentar publicamente um conjunto de experiências consolidadas de agroecologia nas dimensões da produção, cooperação, agroindustrialização, comercialização e abastecimento popular e institucional, organização comunitária, saúde, educação, pesquisa e assistência técnica. É expressão comum destas iniciativas a garantia do direito humano à alimentação saudável em diversidade e qualidade nutricional, para o autossustento das famílias camponesas e setores populares da sociedade.

A 12ª Jornada de Agroecologia se fez realizar na Escola Milton Santos, que nos seus 12 anos de atividades formou quatro turmas de Técnicos em Agroecologia – nível médio, totalizando 80 jovens oriundos de assentamentos de reforma agrária e comunidades camponesas tradicionais, como parte de uma rede de escolas dos Movimentos Sociais do Campo, rompendo assim com o latifúndio do conhecimento e o monopólio do agronegócio sobre as ciências agrárias.

A manutenção da biodiversidade e da agrobiodiversidade se verifica em melhor estado e de maneira estratégica nos territórios da reforma agrária e das comunidades camponesas tradicionais, enquanto impunemente o passivo da destruição ambiental realizado pelo latifúndio é assumido pelo Estado e pelas famílias assentadas. A mesma impunidade ambiental se verifica em favor do agronegócio que atua sistematicamente no bloqueio da reforma agrária, na desregulamentação do Código Florestal e no ataque aos direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais.

Em oposição à agroecologia, ao campesinato, aos povos indígenas, quilombolas e às comunidades tradicionais, o Estado em geral e os Governos seguem patrocinando majoritariamente a reprodução e expansão do agronegócio com seus monocultivos extensivos de árvores para celulose e papel, cana-de-açúcar, soja e milho, laranja e bovinos; e das corporações dos setores hidrelétrico e mineração.

A aliança do Estado e Governos com o agronegócio e as corporações transnacionais se estende pela via de políticas de liberalização dos transgênicos da qual decorre o crescente uso de agrotóxicos que posiciona o agronegócio no Brasil como seu maior consumidor mundial. Na mesma dimensão, impôs à nação brasileira a perda da sua soberania na agricultura destacando-se a transnacionalização da produção e oferta de sementes, a contaminação genética da agrobiodiversidade, o controle e conversão de amplos territórios de produção de alimentos básicos para a produção de 'commodities' para exportação. Impacta ainda como imposição e domínio sobre os agricultores que se veem dependentes da aquisição de sementes e tecnologias das empresas.

Denunciamos as manobras em curso no Congresso Nacional, especialmente articuladas por interesses da CNA, Bancada Ruralista e Empresas Transnacionais que visam restringir direitos dos agricultores, aprovar a liberação da tecnologia das sementes estéreis ("terminator"), e suprimir a rotulagem dos produtos transgênicos.

Em contraponto, seguimos em convergência com as manifestações populares ocorridas em junho de 2013, que expressaram sua desaprovação pelas formas institucionais de representação e a oferta de uma falsa democracia, pela desqualificação dos serviços públicos e privatizados, o repúdio aos bancos e às grandes empresas de comunicação. Convergimos também com todas as lutas dos povos que forjam a emancipação humana, com a inclusão da dimensão ecológica da vida e assumimos, no cotidiano dos nossos territórios e de nossas vidas, o desafio da reconstrução ecológica da agricultura.

Maringá/Paiçandu, Paraná, Brasil, 10 de Agosto de 2013.

Plenária Final da 12ª Jornada de Agroecologia

## ANEXO N – Carta da 13ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2014

Nós, mais de 2 mil participantes da 13ª Jornada de Agroecologia, vindos de diferentes regiões do Brasil, e de outros 10 países, reunidos nas cidades de Maringá e Paiçandu, Paraná – Brasil, entre os dias 04 e 07 de junho de 2014, reafirmamos nosso compromisso com a Agroecologia e assim damos continuidade a nossa luta por uma Terra Livre de Latifúndios, Sem Transgênicos e Sem Agrotóxicos, e pela construção de um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura.

A partir do ano 2000 emerge no Brasil um diverso movimento social pela agroecologia que se expressará na realização do I Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA com a criação da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA que congrega cientistas, acadêmicos, estudantes, técnicos e agricultores ecologistas; os Movimentos Sociais do Campo articulados na Via Campesina dão início à criação das escolas e cursos técnicos de agroecologia e no Paraná se articulam numa ampla coalizão de Organizações nas Jornadas de Agroecologia; enquanto outras forças sociais do campo e da sociedade civil vão realizar os Encontros Nacionais de Agroecologia – ENA e se organizar na Articulação Nacional de Agroecologia – ANA.

Estas forças sociais se levantam e se contrapõem à monocultura das ciências agrárias subordinadas ao agronegócio, ao latifúndio do conhecimento e da terra e à paralisação da reforma agrária, à dominação das corporações que impõem os agrotóxicos, os transgênicos, e o patenteamento das sementes, controlam a oferta da produção agrícola e manipulam seus preços nas bolsas de valores, determinam as decisões dos governos, e atentam contra a democracia – isto é um tipo de ditadura.

O Movimento Social Agroecológico no Brasil reclama por mais de dez anos pela efetivação de política pública estruturante para a agroecologia. A resposta do Estado brasileiro foi o anúncio em 2013 da política que orienta o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Segue, contudo, a lógica de editais públicos com disponibilidade de recursos limitados e absolutamente insuficientes frentes as demandas da agricultura camponesa agroecológica. Exemplo foi o edital do Programa ECOFORTE no valor de apenas R\$ 25 milhões de reais para uns poucos projetos agroindustriais.

Na contramão da agricultura camponesa agroecológica, o Estado reabasteceu o agronegócio com R\$ 132 bilhões de reais e a agricultura familiar com R\$ 24 bilhões de reais. Todo este recurso público abastece os lucros das corporações de agrotóxicos e transgênicos, máquinas agrícolas e do sistema financeiro.

Essencialmente colocado a serviço das classes dominantes, o Estado atende ainda mais seus interesses quando:

- 1) mantém intocada a estrutura de concentração da terra; não realiza a reforma agrária; paralisa a regularização dos territórios quilombolas e a demarcação das terras indígenas
- 2) desmonta as normas permitindo a liberação de mais agrotóxicos proibidos em vários países por seus efeitos nefastos à saúde humana e à natureza
- 3) viabiliza o domínio das empresas transnacionais sobre a agricultura, os agricultores e as sementes através dos transgênicos e dos agrotóxicos associados

4) de um lado não fiscaliza a contaminação genética das sementes agroecológicas; nem a rotulagem de produtos que contém transgênicos; não monitora o cumprimento das normas de biossegurança no cultivo dos transgênicos; a contaminação da água e dos alimentos por agrotóxicos; e a intoxicação dos trabalhadores do campo e de toda a população que consome alimentos contaminados e/ou está submetida a pulverização aérea; e por outro lado este mesmo Estado além de criar leis e normas restritivas à agricultura camponesa e agroecológica, fiscaliza com rigor exemplar e desproporcional as iniciativas de comercialização, agroindustrialização e circulação da sua produção

5) o legislativo, através do PL 268/2007 “TERMINATOR”, propõe a liberação das sementes estéreis; do PL 2325/2007 que altera a Lei de Cultivares, limitando os direitos dos agricultores a produzir suas próprias sementes; do PL 4148/2008 que isenta as empresas de rotularem os produtos transgênicos; da PEC 215 que retira direitos dos povos indígenas constitucionalmente assegurados

6) através do sistema de justiça criminaliza as lideranças das Organizações e Movimentos Sociais e desestabiliza programas sociais a exemplo do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

Nesta 13ª Jornada de Agroecologia reafirmamos a exigência da garantia do direito a terra e ao território aos povos indígenas, quilombolas, camponeses e povos e comunidades tradicionais como condição primeira para avançar no projeto popular agroecológico e soberano para a agricultura.

Em sintonia com os protestos populares que seguem no país desde 2013, reafirmamos a urgência da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva para reformar o sistema político que não representa a sociedade por estar dominado e a serviço do poder econômico da burguesia.

A juventude participante nesta Jornada vem afirmar seu compromisso de fortalecer a luta contra o capital e o caráter estratégico da luta pela Reforma Agrária Popular.

Estamos convictos da necessidade da inversão das prioridades que tendem ao agronegócio para, de um lado, enfrentar os obstáculos impostos pelo Estado autoritário e excludente e, do outro lado, fortalecer a agricultura camponesa agroecológica e viabilizar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

*Homenageamos o Companheiro Valdair Roque – “Sopa” – militante dedicado à agroecologia, assassinado na defesa da Reforma Agrária, em 04 de maio de 2014, e reafirmamos:*

*A cada Companheiro tombado,  
Nenhum minuto de silêncio,  
Mas toda uma Vida em Luta!!!*

Maringá/Paiçandu, Paraná, Brasil, 07 de Junho de 2014.

Plenária Final da 13ª Jornada de Agroecologia!



## ANEXO O – Carta da 14<sup>a</sup> Jornada Paranaense de Agroecologia: 2015

Nós, mais de 4 mil participantes da 14<sup>a</sup> Jornada de Agroecologia, vindos de diferentes regiões do Brasil e de outros 10 países, reunidos na cidade de Irati, Paraná – Brasil, entre os dias 22 e 25 de julho de 2015, reafirmamos nosso compromisso com a agroecologia e assim damos continuidade a nossa luta por uma Terra Livre de Latifúndios, Sem Transgênicos e Sem Agrotóxicos, e pela construção de um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura.

A partir do ano 2000 emerge no Brasil um diverso movimento social pela agroecologia que se expressará na realização do I Congresso Brasileiro de Agroecologia–CBA, com a criação da Associação Brasileira de Agroecologia– ABA, a qual congrega cientistas, acadêmicos, estudantes, técnicos e agricultores ecologistas. No mesmo período os Movimentos Sociais do Campo organizados na Via Campesina darão início à criação das escolas e cursos técnicos de agroecologia no Paraná, articulando-se numa ampla coalizão de Organizações nas Jornadas de Agroecologia; também, outras forças sociais do campo e da sociedade civil vão realizar os Encontros Nacionais de Agroecologia–ENA e se organizar na Articulação Nacional de Agroecologia–ANA.

Estas forças sociais se levantam e se contrapõem à monocultura das ciências agrárias subordinadas ao agronegócio, ao latifúndio do conhecimento e da terra, à paralisação da reforma agrária e à dominação das corporações que concentram a exploração em poucas grandes empresas, não enriquecem as regiões, controlam a oferta da produção agrícola, manipulam seus preços nas bolsas de valores, impõem os agrotóxicos, os transgênicos, e o patenteamento das sementes, destroem a biodiversidade e a saúde humana, contaminam os alimentos, alteram a natureza, geram desequilíbrio ecológico e vendem falsas soluções, como a agricultura climaticamente inteligente e o capitalismo verde. Ou seja, ao determinar as decisões dos governos, atentam contra a democracia – isto é um tipo de ditadura.

O Movimento Social Agroecológico no Brasil reclama por mais de doze anos pela efetivação de uma política pública estruturante para a agroecologia. A resposta do Governo Federal foi o anúncio, em 2013, da política que orienta o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica –PLANAPO. Contudo, ao invés de se constituir um plano estruturante para a agroecologia, segue a lógica fragmentada de editais públicos com disponibilidade de recursos limitados e absolutamente insuficientes frente as demandas da agricultura camponesa agroecológica.

Embora o PLANAPO seja reconhecidamente uma conquista para o avanço da agroecologia, ele exige medidas sem as quais não irá atender sua efetividade. Caso contrário, sem a devida implementação, corre o risco de repetir o destino do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, o PRONARA.

Na contramão da agricultura camponesa agroecológica, o Estado reabasteceu o agronegócio com 159 bilhões de reais, contra apenas 28 bilhões para a agricultura familiar. Entretanto, mesmo destes 28 bilhões, uma parte significativa se destina aos lucros das corporações de agrotóxicos e transgênicos, máquinas agrícolas e do sistema financeiro. Afinal, qual o valor que efetivamente é destinado à agroecologia? Não sabemos!

Essencialmente colocado a serviço das classes dominantes, o Estado atende ainda mais seus interesses quando:

Mantém intocada a estrutura de concentração da terra; não realiza a reforma agrária; e paralisa a demarcação das terras indígenas e a regularização dos territórios quilombolas – como no caso do Paraná, onde há mais de 50 comunidades quilombolas, das quais apenas 37 são reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo a mais avançada o Quilombo Paiol de Telha, que, apesar de ter o decreto de desapropriação, ainda não chegou à titulação;

Ao não realizar as reuniões do Conselho Nacional de Biossegurança, reproduz o domínio das empresas transnacionais sobre a agricultura, os agricultores e as sementes mediante o uso de transgênicos e agrotóxicos associados, permitindo que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio se converta num escritório de chancela de todos os pedidos das empresas transnacionais;

Desmonta as normas e permite a liberação de mais agrotóxicos proibidos em vários países por seus efeitos nefastos que ameaçam a saúde humana e a natureza;

Por um lado, não fiscaliza e não efetiva as sanções à contaminação genética das sementes agroecológicas, bem como a necessária rotulagem de produtos que contêm transgênicos; não monitora o cumprimento das normas de biossegurança no cultivo dos transgênicos, nem a contaminação da água e dos alimentos por agrotóxicos; e ignora também a intoxicação dos trabalhadores do campo e de toda a população que consome alimentos contaminados e/ou está submetida à pulverização aérea;

Por outro lado, este mesmo Estado além de criar leis e normas restritivas à agricultura camponesa e agroecológica, fiscaliza com rigor exemplar e desproporcional as iniciativas de comercialização, agroindustrialização e circulação da sua produção;

Através do sistema de justiça criminaliza as lideranças das Organizações e Movimentos Sociais e desestabiliza programas sociais, a exemplo do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Um caso emblemático é o que ocorreu no Estado do Paraná em setembro de 2013, quando a ação da Polícia Federal prendeu injustamente e criminalizou mais de quarenta agricultores, inclusive da Região de Irati-PR, um dos motivos da realização desta 14ª Jornada de Agroecologia. Isso reflete a desestabilização, a nível nacional, do Programa. Os dados do Paraná refletem essa realidade: em 2012 no estado foram realizados 212 projetos, enquanto em 2014 apenas sete, um resultado trágico que atinge frontalmente o ciclo de combate à miséria. Somando isso às novas normas que bloqueiam a participação de pequenos grupos e associações de agricultores e agricultoras, acaba-se por ferir de morte o Programa de Aquisição de Alimentos.

O Legislativo, através do PL 4148/2008 (34/2015 no Senado), isentará as empresas de rotularem os produtos transgênicos; através do PL 2325/2007, limitará os direitos dos agricultores e agricultoras a produzir suas próprias sementes; através do PL 4961/2005, permitirá o patenteamento de seres vivos; através do PL 268/2007 “TERMINATOR”, liberará as sementes estéreis; e através da PEC 215, retirará direitos constitucionalmente assegurados dos povos indígenas.

Nesta 14ª Jornada de Agroecologia reafirmamos a exigência:

Da garantia do direito à terra e ao território aos povos indígenas, quilombolas, camponeses e povos e comunidades tradicionais como condição primeira para avançar no projeto popular agroecológico e soberano para a agricultura;

De assentar todas as famílias acampadas;

De garantir o acesso à terra especialmente aos jovens e às mulheres como condição fundamental de permanência no campo;

De garantir aos jovens e mulheres acesso às políticas públicas de educação, cultura, moradia, saúde, esporte, lazer, previdência, crédito, e combate à violência;

De melhorar, ampliar e qualificar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica– PNAPO e efetivar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO como um programa estruturante para a agroecologia, sendo necessária a criação de um fundo específico para Agroecologia e a implementação imediata do PRONARA;

De reestruturar o Programa de Aquisição de Alimentos, em diálogo com ampla representação de movimentos sociais do campo, especialmente com a eliminação dos entraves burocráticos, que bloqueiam o acesso ao programa por parte dos povos e comunidades tradicionais e camponeses;

De garantir a permanência e a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

De combater a ameaça, a criminalização e a violência contra movimentos sociais e lideranças;

Destacamos a conquista que representa o PAA-Sementes, no sentido de proteger a agrobiodiversidade e os saberes tradicionais associados, como patrimônio nacional, sendo prioritária a viabilização dos recursos orçamentários e a sua desburocratização. Saudamos a adoção da aquisição de alimentos pelas compras institucionais, garantindo o mínimo de 30% de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Repudiamos o fechamento das escolas públicas no campo e do campo e exigimos seja garantida a manutenção, fortalecimento e ampliação da rede de Escolas Públicas de Educação no campo.

Repudiamos o desenvolvimento de projetos de empresas privadas e corporações transnacionais, a exemplo da Syngenta e Souza Cruz, que estimulam o uso de agrotóxicos nas escolas públicas.

Exigimos a garantia dos recursos necessários através do INCRA/PRONERA para viabilizar a rede de escolas do campo, cursos técnicos e superiores de agroecologia e outras áreas do conhecimento.

Nós, mulheres e homens, jovens e crianças participantes desta 14ª Jornada de Agroecologia, nos somamos às forças progressistas da sociedade brasileira que se posicionam na defesa da democracia, que resistem às movimentações golpistas e que lutam:

Por uma ampla reforma democrática do sistema político brasileiro, sem o financiamento empresarial de campanha;

Pela defesa do petróleo como riqueza do povo brasileiro;

Contra a redução da maioria penal;

Pela taxaço de grandes fortunas;

Pela democratizaço da mídia e dos meios de comunicaço;

Contra a terceirizaço e pela manutenço dos direitos constitucionais assegurados –  
nem um direito a menos!

Praticamos a agroecologia como uma contribuico à superaço das crises econômica, política, social e ambiental. A luta pela agroecologia é uma necessidade para a sobrevivência da humanidade, não é uma luta somente de agricultores e agricultoras, é uma luta de todos e todas!

Irati, Paraná, Brasil, 24 de Julho de 2015.

Plenária da 14ª Jornada de Agroecologia!

## ANEXO P – Carta da 15ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2016

Nós, mais de 3 mil participantes da 15ª Jornada de Agroecologia, vindos de diferentes regiões do Brasil e de outros 7 países, reunidos na cidade da Lapa, Paraná, Brasil, entre os dias 27 e 30 de julho de 2016, reafirmamos nosso compromisso com a agroecologia e, assim, continuamos a nossa luta por uma terra livre de latifúndios, sem transgênicos e sem agrotóxicos, e pela construção de um projeto popular e soberano para a agricultura.

Nesta Jornada, vivemos um momento de grande mudança na conjuntura brasileira, que nos coloca novos e grandes desafios, pois estamos em meio a uma ruptura democrática. Assim, denunciamos o recente golpe de Estado e não reconhecemos a pretensão do governo Temer.

Este momento político e econômico do Brasil está relacionado com as disputas internacionais do capitalismo. Este cenário se constitui desde 2008, quando o sistema capitalista começou a entrar numa crise de superprodução que colocou em risco sua reprodução. Para tentar superar a crise os capitalistas atacam e privatizam os recursos naturais (petróleo, minérios, água, terra e biodiversidade) e aumentam a exploração do trabalho através da redução de direitos trabalhistas e previdenciários. Neste contexto, o golpe de Estado praticado pela burguesia no Brasil, com explícito apoio de setores do judiciário, da grande mídia comercial, dos setores empresariais produtivos, especulativos e do capital financeiro internacional, se concretiza como uma forma de acelerar estas saídas da crise, ou seja, aumentar os processos de privatizações, de exploração do trabalho, apropriação dos bens comuns, a intensificação da violência e a criminalização dos movimentos sociais.

Antagonicamente, desde os anos 2000 constrói-se no Brasil um forte e diverso movimento agroecológico, agregando movimentos sociais populares, instituições públicas, cientistas, acadêmicos, estudantes, técnicos, agricultores ecologistas e redes de sementes e de consumidores, articulando-se com movimentos internacionais, sobretudo, latino-americanos.

Estas forças sociais se levantam e se contrapõem à monocultura das ciências agrárias subordinadas ao agronegócio, ao latifúndio do conhecimento e da terra, aos falsos padrões impostos pela indústria cultural, à paralisação da reforma agrária e à dominação das corporações que concentram a exploração em poucas grandes empresas. Essas grandes empresas não enriquecem as regiões, controlam a oferta da produção agrícola, manipulam seus preços nas bolsas de valores, impõem os agrotóxicos, os transgênicos e o patenteamento das sementes, destroem a biodiversidade e a saúde humana, contaminam os alimentos, alteram negativamente a natureza, geram desequilíbrio ecológico e vendem falsas soluções, como a agricultura climaticamente inteligente e o capitalismo verde. Ou seja, as empresas capturam governos e, assim, atentam contra a democracia, constituindo uma verdadeira ditadura do capital.

O Movimento Social Agroecológico reconhece, ainda que com críticas, o início da estruturação de uma política pública nacional para a agroecologia, sintetizada na proposta do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, anunciado em 2013. Neste momento, com o golpe, o

desmonte dessa política pública constitui-se em grave retrocesso, pondo em risco todas as ainda incipientes conquistas na construção de políticas públicas para a agroecologia.

Neste cenário de golpe denunciemos que o Estado, a serviço das classes dominantes, atende ainda mais seus interesses quando:

Extingue o Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado depois do Massacre de Eldorado dos Carajás para atender os camponeses e camponesas, que desenvolvia políticas públicas de formação, educação e assistência técnica nos assentamentos; crédito e seguro para a agricultura familiar; fortalecimento do cooperativismo; assentamentos extrativistas; desenvolvimento territorial; políticas públicas para Povos e Comunidades Tradicionais;

Quando vincula o INCRA à Casa Civil, para impedir a realização da reforma agrária no contexto do golpe;

Quando propõe a privatização da CONAB, precarizando o processo de comercialização, abastecimento e controle de preços dos alimentos produzidos pela Agricultura Familiar e Camponesa.

Propõe a reforma da previdência, visando estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria, aumentando, em média, dez anos o tempo de serviço dos trabalhadores;

Se não bastasse isso, quando o Estado:

Destina cerca 2,7 bilhões de reais por dia ao pagamento da dívida pública aos bancos, cerca de 40 vezes mais do que destina para a agricultura;

Mantém intocada a estrutura de concentração da terra, quando 1% dos proprietários rurais detém quase de 50% das terras agricultáveis;

Não realiza a reforma agrária e paralisa a demarcação das Terras Indígenas e a titulação dos Territórios Quilombolas;

Propõe através do PL 4059/2012 e PL 2269/2007, com apoio explícito do governo golpista do Temer, liberar a compra de terras no Brasil por estrangeiros, projeto que fere a soberania nacional e dificulta ainda mais a Reforma Agrária. Soma-se a estes Projetos de Lei, as tentativas de privatizar os assentamentos de Reforma Agrária (titulação definitiva).

Desmonta as atuais leis de agrotóxicos para permitir a liberação de mais agrotóxicos banidos em outros países, por seus efeitos nefastos que ameaçam a saúde humana e a natureza, o que contribuirá para aumentar a atual média de consumo de 7,3 litros de agrotóxicos per capita por ano. Reduz atuação do Ministério do Meio Ambiente e da Anvisa para liberar agrotóxicos propondo, através do PL 3200/2015 (PL do Veneno), mascarar o termo agrotóxico substituindo-o pelo termo “defensivo fitossanitário”, bem como através da criação da CTNFito, nos moldes da CTNBio, como instância facilitadora para a liberação de novos e mais danosos agrotóxicos. Além disso, autorizou a pulverização aérea em áreas urbanas através da Lei 13.301/2016;

Não fiscaliza e não aplica sanções à contaminação genética das sementes agroecológicas, bem como a necessária rotulagem de produtos que contém transgênicos; não monitora o cumprimento das normas de biossegurança no cultivo dos transgênicos, nem a contaminação da água e dos alimentos por agrotóxicos; e ignora também a intoxicação dos trabalhadores do campo e de toda a população que consome alimentos contaminados e/ou está submetida à pulverização aérea;

Este mesmo Estado, além de criar leis e normas restritivas à agricultura camponesa e agroecológica, fiscaliza com rigor exemplar e desproporcional as iniciativas de comercialização, agroindustrialização e circulação da produção camponesa;

Através do PL4148/2008(PLC34/2015noSenado), propõe isentar as empresas de rotularem produtos transgênicos; do PL 827/2015, limitar os direitos dos agricultores e agricultoras a produzir suas próprias sementes; do PL 4961/2005, permitir o patenteamento de seres vivos; do PL 1117/2015 “TERMINATOR”, liberar as sementes estéreis; e da PEC 215 retirar direitos constitucionalmente assegurados aos Povos Indígenas e Quilombolas;

Propõe a privatização da educação, apoia a escola sem partido e a desvinculação dos investimentos em saúde e educação das receitas da União;

Fecha as escolas públicas no campo e do campo (entre 2003 e 2012 foram fechadas 29.459 escolas do campo no Brasil, 759 no Paraná), e incentiva o desenvolvimento de projetos de empresas privadas e corporações transnacionais, a exemplo da Syngenta e Souza Cruz, que estimulam o uso de agrotóxicos nas escolas públicas como ocorre no “Projeto Agrinho” e “Projeto Agora” da Monsanto e Syngenta.

Nesta 15ª Jornada de Agroecologia reafirmamos as seguintes exigências:

De garantir o direito à terra e ao território aos povos indígenas, quilombolas, camponeses e povos de comunidades tradicionais como condição primeira para avançar no projeto popular agroecológico e soberano para a agricultura;

De assentar todas as 129 mil famílias acampadas no Brasil;

De garantir o acesso à terra aos jovens e às mulheres como condição fundamental de permanência digna no campo;

De garantir aos jovens e mulheres acesso às políticas públicas de educação, cultura, moradia, saúde, esporte, lazer, previdência, crédito e combate à violência;

De não retroceder na construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e de efetivar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) como um programa estruturante para a Agroecologia; bem como no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o PAA Sementes;

De garantir a permanência e a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assegurando o mínimo de 30% de alimentos oriundos da agricultura familiar camponesa.

De garantir a manutenção, fortalecimento e ampliação da rede de Escolas Públicas de Educação no campo;

De garantir os recursos necessários, através do INCRA/PRONERA, para viabilizar a rede de escolas do campo, inclusive as itinerantes, cursos técnicos e superiores de agroecologia e outras áreas do conhecimento.

Diante desse contexto nós, mulheres e homens, idosos, jovens e crianças participantes desta 15ª Jornada de Agroecologia, reafirmamos que a Jornada é uma experiência de massificação popular da pesquisa e da ciência, espaço de troca de experiências práticas e de desenvolvimento do conhecimento e do método camponês (a) a camponês (a). Também reafirmamos a necessidade de nos somarmos às forças progressistas da sociedade brasileira, com destaque à Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Posicionamo-nos na defesa da democracia e dos direitos, resistindo ao golpe e lutando:

Pelo restabelecimento da democracia em nosso país;

Por uma ampla reforma democrática do sistema político brasileiro, sem o financiamento empresarial de campanhas;

Pelo restabelecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do INCRA, bem como a manutenção da CONAB como empresa pública;

Por apoio a agroecologia e à produção de alimentos saudáveis;

Pela não privatização do petróleo, riqueza do povo brasileiro;

Contra a redução da maioria penal;

Pela taxação de grandes fortunas;

Pela democratização da mídia e dos meios de comunicação;

Pelo fim dos privilégios e pela democratização do sistema de justiça;

Contra a terceirização e pela manutenção dos direitos trabalhistas, previdenciários e todos os direitos constitucionalmente assegurados. Nenhum direito a menos!

Diante do golpe, reafirmamos mais do que nunca a necessidade de construirmos nossos espaços de resistência e autonomia frente ao projeto do capital. A agroecologia não é mera técnica, é uma relação de cuidado com a nossa Casa Comum que é a Terra. Lutamos pela agroecologia como forma de superação das crises econômica, política, social e ambiental, sobretudo pela transformação da sociedade.

“Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos”

“Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura” “Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar”

Lapa, Paraná, Brasil, 30 de Julho de 2016.

Plenária da 15ª Jornada de Agroecologia!



## ANEXO Q – Carta da 16ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2017

Nós, mais de 2.000 camponeses e camponesas, pequenos agricultores e agricultoras, jovens, trabalhadores e trabalhadoras, educandos, educadores, mulheres, crianças, idosos e idosas, internacionalistas, militantes, comunicadores e comunicadoras, artistas, povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, faxinalenses, ribeirinhos e ribeirinhas, posseiros e posseiras, pesquisadores e pesquisadoras, advogados e advogadas populares e outros defensores e defensoras de direitos humanos de mais de 100 movimentos e organizações sociais e populares, vindos de todas as regiões do Brasil e 12 países, reunidos na 16ª Jornada de Agroecologia na Lapa, Paraná, entre os dias 20 a 23 de setembro de 2017, construímos com nossas mãos a resistência e a esperança.

Denunciamos os desmontes do Estado brasileiro, a concentração da riqueza e a expropriação de nossas terras pelo latifúndio e pelo agronegócio dominado pelos transgênicos e agrotóxicos e suas transnacionais. Anunciamos e defendemos permanentemente um modelo de agricultura agroecológica que traz as bases reais para o projeto popular e soberano do povo brasileiro. A agroecologia é caminho possível de desenvolvimento nacional que alimenta os trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo com comida de verdade e respeita a nossa imensa biodiversidade e cultura.

Nesta 16ª Jornada, Keno Vive! Assassinado pelas milícias da transnacional Syngenta, em 2007, o companheiro Keno tombou lutando, assim como tantos outros militantes que lembramos por terem sido lamentavelmente marcados na história brasileira de cercas e sangue. A memória de todos esses companheiros e companheiras mantém viva a chama de nossa luta.

Marca a 16ª Jornada de Agroecologia um ano do golpe, com a mais violenta ofensiva à democracia, aos direitos e à soberania brasileira. A crise capitalista de superprodução, que se estende desde 2008, reorganizou as burguesias internacionais e locais, com ofensivas imperialistas na América Latina. Impõe-se a dominação por meio da guerra, de golpes, de espoliações das reservas naturais estratégicas, dos alimentos e da biodiversidade, para consolidar a divisão internacional do trabalho que pretende acirrar a dependência latino-americana. No Brasil, se articulam a burguesia ruralista e especulativa, setores do judiciário e da grande mídia comercial, para edificar um projeto político-econômico neoliberal que culminou na deposição da presidenta eleita em 2016. Desde então, o governo ilegítimo implantou medidas que reforçam a posição do Brasil como exportador de commodities, com reprimarização da economia nacional. Investe-se na consolidação do modelo agroexportador brasileiro, que exige a importação do pacote tecnológico de maquinários, insumos, sementes, fertilizantes e agrotóxicos das grandes empresas transnacionais.

São incontáveis os retrocessos sociais, com rompimento do pacto da Constituição de 1988, que garantia amplos direitos sociais, especialmente com a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos públicos sociais por 20 anos. Aumentam-se a concentração de renda, a superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras, a exploração dos bens comuns do povo, a retirada de direitos, a violência e a criminalização aos movimentos sociais, o aprofundamento da

privatização e mercantilização da saúde, da educação, da terra, da comunicação e até da natureza, com medidas que aqui denunciemos e registramos, tais como:

A aprovação da Medida Provisória de nº 759/2016 que desmonta os marcos de regularização fundiária rural e urbana, reforça a grilagem e a especulação imobiliária;

O Projeto de Lei de nº 4059/2012, que possibilita a venda de terras brasileiras a estrangeiros;

A drástica redução de orçamento para a titulação de territórios quilombolas, do reconhecimento do território de povos e comunidades tradicionais e da desapropriação de terras para reforma agrária. O governo reduziu em 2017 quase 64% dos recursos de 2016 (de R\$ 551,8 milhões para R\$ 201,7 milhões);

O esfacelamento das políticas nacionais voltadas à produção familiar orgânica ou agroecológica como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), o PAA sementes e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da inexecução do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e do Programa Nacional para Redução de Agrotóxicos (PRONARA). Neste ano foi destinado o menor volume orçamentário desde 2005 aos programas e políticas públicas em agroecologia;

A reforma da previdência, que atinge mais severamente os trabalhadores e trabalhadoras rurais, com a reforma trabalhista e a ameaça de um Projeto de Lei que praticamente legaliza o trabalho análogo ao escravo no campo (PL 6.442/2016);

O fechamento de escolas do campo e a imposição da escola do pensamento único e sem partido, além de projetos que visam acabar com a educação para a igualdade de gênero;

A legalização do desmatamento e da financeirização da natureza e da biodiversidade brasileira com as alterações normativas previstas para flexibilização da utilização privada de Unidades de Conservação (MPs 756 e 758) e do Licenciamento Ambiental (PL 3729/2004); O anúncio da extinção da RENCA (Reserva Nacional do Cobre e Associados) na Amazônia, com o objetivo de atrair investimentos privados de mineração, causando graves impactos ambientais e à população local;

A liberação da utilização de agrotóxicos cancerígenos já vetados em outros países com o afrouxamento do registro destes agroquímicos perante a ANVISA, via Medida Provisória, além da possível aprovação do PL do veneno (PL 3200/2015) e autorização da pulverização aérea nas cidades (Lei 13.301/2016);

As ameaças de projetos de lei da bancada ruralista como o avanço no Senado do PLC 34/2015 que visa o fim da rotulagem dos transgênicos; do PL 827/2015, que muda a lei de Cultivares para limitar os direitos dos agricultores e agricultoras a produzir suas próprias sementes; e o PL 1117/2015 chamado de "TERMINATOR", que pretende liberar a comercialização de sementes estéreis;

A crescente criminalização das lideranças dos movimentos sociais, cuja instauração da CPI do INCRA/FUNAI foi o exemplo máximo da tentativa mais uma vez de amedrontar e frear os defensores que lutam pela terra no país;

O desaparecimento formal e material de instituições que promoviam a igualdade de gênero, raça e diversidade sexual. Nesse sentido, assistimos ao aumento contínuo das vítimas por violência contra as mulheres, negros e LGBT, com o intuito de minar, pelo medo e pela morte, um Brasil diverso e igualitário;

O recrudescimento do Estado brasileiro nas políticas públicas e de representatividade das mulheres, negros e negras, que formam a maior parte da classe trabalhadora neste país. A diminuição dos espaços de poder ocupados, da distribuição de renda e moradia acirram a divisão sexual e social do trabalho e a violência;

A violência também se escancara no contexto de elevação brutal do número de assassinatos no campo. No ano de 2017 já se contabilizam 65 mortes. Em 2016 foi diagnosticado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) o dobro de casos de assassinatos de trabalhadores rurais em relação à média dos últimos 10 anos – de 2005 a 2015. Com um agravante: aumento das chacinas como as de Colniza-MT e Pau D´arco-PA. Também registrou-se o maior número de conflitos no campo dos últimos 32 anos, numa média de quase três registros por dia no país.

Já no sistema de justiça, especialmente no Judiciário, o mais antidemocrático dos poderes e que teve papel central na arquitetura do golpe de Estado em 2016, avança a criminalização de lideranças e movimentos sociais e chancela a retirada brutal de direitos. Neste período destacam-se a operação Agrofantasma e Castra que criminalizaram organizações, agricultores e militantes da agroecologia;

Reforçamos que tais medidas impactam igualmente a população da cidade, especialmente com as contrarreformas trabalhista (Lei 13.467/2017), previdenciária (PEC 287/2016) e política (PEC 282/2016), além do avanço do processo de privatização da educação e da saúde e a desvinculação dos investimentos nessas áreas.

Apesar deste quadro de retrocessos gerais na conjuntura agrária e urbana brasileira, nós, guardiãs e guardiões da agrobiodiversidade e construtores da agroecologia, reafirmamos que a Jornada permanece como um importante espaço de contínua troca de experiências e de (re)construção do saber/fazer/sentir camponês. Diante da impossibilidade de diálogo e negociação com o Governo Federal e do alinhamento de pautas entre os três poderes, reafirmamos ainda a urgência em fortalecer a articulação dos movimentos e organizações sociais do campo e da cidade.

Afirmamos o Plano Popular de Emergência, com a necessidade de reconstrução da democracia e acesso às políticas públicas na saúde, trabalho, educação, cultura, moradia, combate à violência e desigualdade, seguridade social, lazer, crédito e esporte. Para isso uma reforma política democrática de nosso sistema político é fundamental, além da realização de grandes reformas de base essenciais em nosso país: agrária, urbana, tributária, de democratização da mídia, dos meios de comunicação, do judiciário e do sistema de justiça.

Lutamos pela desapropriação dos latifúndios, das áreas em dívida irregular com a União e bancos públicos, das propriedades rurais cujos controladores estejam condenados por trabalho escravo, corrupção e desmatamento criminoso; pela implantação de um programa nacional para a produção, industrialização e comercialização de alimentos saudáveis; pela reestruturação do PAA e PNAE; pela linha de crédito do BNDES para a implantação de agroindústrias cooperativadas

de assentados e agricultores familiares; pela implementação da Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PNARA) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), com a taxação de IPI e ICMS sobre todos os agrotóxicos; pela titulação de todas as terras de comunidades quilombolas, demarcação de todas as áreas indígenas e pelo reconhecimento das identidades e dos territórios de comunidades tradicionais; pela recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); pelo reestabelecimento da Ouvidoria Agrária Nacional; pela transformação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em uma empresa estatal voltada a compra de alimentos da agricultura familiar e a adoção de programas públicos para distribuição de bens agrícolas; além da revogação da Emenda Constitucional 95 que congelou os investimentos sociais do Estado Brasileiro.

Nos somamos e fortalecemos as resistências populares na América Latina, em especial na Venezuela, que sofre ataques contínuos do imperialismo ao projeto bolivariano. Em nosso país, pautamos a unidade popular e do campo progressista da sociedade, em especial as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, já que sem democracia e sem direitos não há agroecologia e soberania.

Semeamos permanentemente novos valores, novos homens e mulheres e um novo projeto de sociedade e agricultura com protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras e igualdade racial e de gênero e sexual. Sem feminismo também não há agroecologia.

A Agroecologia é prática, ciência, movimento, sendo a única saída democrática possível para um projeto popular soberano e para a superação da crise e da posição dependente brasileira. É condição para efetivação dos Direitos Humanos ambientais, culturais, econômicos e sociais, em especial ao da terra e território, à alimentação saudável, ao livre uso da agro e sociobiodiversidade e dos conhecimentos tradicionais a elas associados e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável.

*Keno tombou, mas enraizou. Sua semente germinou, brotou e permanece dando frutos. Keno está vivo entre nós, cuja história inspira força para a construção da sociedade que queremos.*

*Rumo à 17ª Jornada de Agroecologia!*

*Terra livre sem transgênicos e agrotóxicos!*

*Construindo um projeto Popular e Soberano para a Agricultura.*

*Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar.*

*Lapa, Paraná, Brasil, 23 de setembro de 2017.*

*Plenária da 16ª Jornada de Agroecologia.*

## ANEXO R – Carta da 17ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2018

Nós, povos do campo, da cidade, das águas e florestas, representados por mais de 10 mil participantes, oriundos do Paraná, de outros 6 estados brasileiros e de mais de 25 países, construímos a 17ª Jornada de Agroecologia e transformamos Curitiba, a capital da arquitetura do golpe, na capital da luta popular e da luta pela alimentação saudável. E com esse compromisso e admiração nos unimos às trabalhadoras e aos trabalhadores que permanecem firmes em vigília há mais de 60 dias pela democracia e pela liberdade do presidente Lula.

Aqui o judiciário, com seus privilégios e corrupções, articulou-se como aparelho da elite atrasada nacional e da elite imperialista internacional com o objetivo central de destruir um projeto soberano de país que estava em construção. Aliaram-se para congelar o estado social por 20 anos, para avançar contra os direitos do povo, para asfixiar as políticas públicas construídas com ardor na última década – como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), calando as lutadoras e os lutadores, criminalizando-os ou ceifando suas vidas. Aqui, nesta mesma cidade, hoje os movimentos sociais fincam as bandeiras vermelhas da luta e hasteiam as bandeiras coloridas da diversidade da vida.

No frio cortante da conjuntura, nos aquecemos e inflamamos a resistência. Construímos com o calor de nossas mãos, dos nossos corpos, nossos rostos e nossas vozes a unidade dos sonhos e projetos para um Brasil popular, soberano e diverso. Todos juntos e sem medo. Trocamos saberes, sabores, cores e culturas, afirmando a capital paranaense como uma ocupação permanente da resistência.

Os saberes populares construídos no pensar e fazer agroecológicos e os saberes construídos nos espaços críticos da academia se encontraram e mostraram que é possível e necessário trilhar um novo rumo juntos. Durante quatro dias de Jornada caminhamos a palavra, dialogamos e praticamos uma agroecologia do campo e da cidade, de quem produz e de quem consome. Debates em seminários e conferências. Realizamos oficinas. No “túnel do tempo” mostramos a riqueza da história da agricultura e a necessidade urgente de construir um projeto popular, ecológico e soberano que a transforme. Trouxemos os frutos de nosso trabalho e nossas sementes para a feira agroecológica. Compartilhamos nossas comidas na “culinária da terra”. Cantamos, dançamos e contamos a cultura da diversidade e do compromisso. A Jornada de agroecologia é tudo isso: um grande novelo que enreda os que já têm uma longa caminhada com aqueles que se iniciam na transição agroecológica.

Foram dias muito intensos de perguntas: por que o agronegócio no Brasil insiste em liberar os agrotóxicos nos alimentos que comemos em até 400 vezes e da água que bebemos em até 5.000 vezes mais do que na Europa? O que significa para os camponeses e camponesas a redução das políticas públicas que apoiam a produção de alimentos de qualidade para a mesa do povo brasileiro? Como podemos enfrentar a indústria cultural que promove uma cultura destrutiva, reforçando preconceitos e um modelo de vida que nos adocece?

Mas também foram dias de respostas. A propaganda não nos engana: o agronegócio não é tech, é tóxico. A agroecologia é vida e cultura. A participação intensa das mulheres na

agroecologia não só reequilibra a desigual divisão sexual do trabalho, mas também introduz a necessidade de repensar nossa sociedade desde o cuidado e contra o capital que mata; conseguimos reconhecer que existem outras formas de pensar a economia, não mais dominada pelo lucro e a concorrência, mas sim desde a solidariedade, a diversidade e a organização popular; consideramos que a educação compromissada com a libertação e a crítica, como a educação do campo, continua apontando saídas necessárias para a crise civilizatória em que estamos.

Com a experiência que acumulamos nas 16 Jornadas anteriores e com a fortaleza dos debates e dos fazeres dessa 17ª Jornada queremos alçar a voz para apresentar nossa crítica, precisa e direta, à dominação das grandes empresas e corporações que transformam toda a biodiversidade em mercadoria e violam os direitos humanos. Para nós a biodiversidade é bem comum que deve se desenvolver junto aos povos que cultivam a terra e a vida com os saberes tradicionais, a criatividade das juventudes e a força das mulheres.

Denunciamos a guerra agrária que arrasa nosso país, que concentra terras, florestas e águas, que envenena os alimentos, que expulsa do campo e que mata as camponesas e camponeses. Por isso, reafirmamos nosso compromisso por uma terra livre de transgênicos, livre das novas manipulações genéticas e sem agrotóxicos.

Sabemos que para fazer agroecologia é preciso acesso à terra e à biodiversidade nela contida. A reforma agrária popular urge como nunca, assim como a demarcação de terras indígenas, a titulação de territórios quilombolas, o reconhecimento de territórios de comunidades tradicionais e o assentamento das mais de 100 mil famílias acampadas hoje no Brasil. Só assim o alimento deve retornar à sua natureza de nutrição humana e animal e ao seu papel fundamental na cultura dos povos. A agricultura deve estar a serviço da humanidade e não do capital.

Afirmamos que agroecologia não é somente produzir sem veneno. Agroecologia é projeto político, é prática, é movimento, é ciência e educação populares. É garantia da igualdade e da diversidade racial, de gênero e de sexualidade. É valorização do trabalho e do ser e saber camponês. É respeito e promoção da diversidade social, ambiental e identitária. A Agroecologia é a concreta capacidade dos povos para as enfrentar as mudanças climáticas no planeta e garantir a soberania e segurança alimentar. É por isso também que a agroecologia e a democracia são indissociáveis.

Travamos dia a dia, batalhas por mais direitos, eleições livres e democráticas. Sabemos que o poder popular cabe a nós. É nossa tarefa histórica que não será delegada às elites dependentes brasileiras e nem aos imperialistas da burguesia internacional. Retomemos as rédeas de nossa história. Tecendo o futuro que já começou.

Somos milhões que em marcha, no campo, na cidade, nas terras, nas águas, nas florestas, nos rincões do Paraná, do Brasil e do mundo bradam por solidariedade, liberdade e justiça.

Por isso, exigimos a liberdade para Lula e para todos as lutadoras e lutadores o povo, encarcerados e criminalizados por ousarem sonhar por vida, paz, pão e igualdade para toda a humanidade.

Pensam que podem nos prender, mas seguimos livres e lutando! Pensam que podem nos matar, mas somos sementes!

Em resposta à violência nos unimos. Em resposta à barbárie nos organizamos. Na unidade, venceremos. Não temos tempo para ter medo. Temos nossos punhos e o sentimento do mundo.

Cuidando da Terra, cultivando biodiversidade e colhendo soberania alimentar!

Viva a Jornada de Agroecologia!

Viva a democracia!

Lula Livre!!!

Curitiba, 09 de junho de 2018

## ANEXO S – Carta da 18ª Jornada Paranaense de Agroecologia: 2019

Nós, povos do campo, das águas, das florestas e da cidade, representados por 24 caravanas oriundas do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e do Paraguai, construímos a 18ª Jornada de Agroecologia, na capital paranaense. Transformamos Curitiba num espaço democrático de resistência, de luta popular e de alimentação saudável. Ocupamos as praças e ruas com 69 entidades, movimentos sociais e organizações, 100 coletivos de produtores participantes da feira da agrobiodiversidade, 12 coletivos no espaço Culinária da Terra com alimentos típicos do nosso chão. As 25 apresentações culturais abrilhantaram a Jornada, que contou também com a Marcha dos 30 anos de luto e luta da educação pública paranaense, apresentações de pesquisas, oficinas e seminários e o Túnel do Tempo, com visita de 2700 pessoas.

No mais adverso momento de crise política, social, econômica e ambiental depois da ditadura militar no Brasil, a Jornada de Agroecologia inscreve-se nas marchas da resistência popular. Manifestações de contestação se alastraram pelo país já durante a festa popular do Carnaval e especialmente na Vigília Lula Livre, no acampamento indígena Terra Livre, nas ocupações e levantes estudantis, na Greve Geral, na Marcha das Mulheres Indígenas e na Marcha das Margaridas.

O conluio dos poderes judiciário, executivo e legislativo, com o sistema financeiro e a mídia empresarial produziu o golpe institucional que culminou na prisão do presidente Lula e na vitória de um projeto fascista marcado por sua extrema violência com a eleição fraudulenta de Jair Bolsonaro, arquitetado com o imperialismo dos Estados Unidos e suas empresas transnacionais na implantação de um projeto que desmonta a soberania nacional, a democracia e os direitos assegurados pela Constituição de 1988.

Vivemos numa época de totalitarismo global, em que o capitalismo ultraliberal na economia, com altíssima concentração de riqueza, opera sem democracia e fecha os espaços de participação e controle social. No mundo, a renda dos 26 mais ricos equivale a renda dos 3,8 bilhões mais pobres. No Brasil, cinco bilionários mais ricos têm a mesma renda de 105 milhões dos mais pobres. São 13 milhões de desempregados, 60 milhões de endividados e o país voltando ao mapa da fome.

O agronegócio, as mineradoras e grandes empreendimentos hidrelétricos e de infraestrutura avançam sobre todos os biomas depredando a biodiversidade, contaminando a água, invadindo com violência os territórios dos camponeses e camponesas, indígenas, quilombolas e das populações tradicionais. O bioma Cerrado, pela devastação acelerada, já ultrapassou sua capacidade de autorregeneração. A floresta amazônica está em chamas onde latifundiários do agronegócio, no dia 10 de agosto de 2019, realizaram o “dia do fogo” dando início a um grande incêndio que alarmou a humanidade. Os rios sendo mortos com a contaminação por agrotóxicos e por graves crimes ambientais como o rompimento da Barragem da Vale, em Brumadinho e outras situações de verdadeiro ecocídio, sob ameaça ou em andamento.

Sofremos a destruição dos órgãos de vigilância e fiscalização ambiental, com flexibilizações do licenciamento ambiental, permissivo para grandes empreendimentos e o



agronegócio. O discurso das mais altas autoridades é estimulador do desmatamento, na contramão dos compromissos do país com o combate ao aquecimento global. O agronegócio é um agente ativo no desequilíbrio dos ecossistemas e principal responsável pelas mudanças climáticas.

A agroecologia assegura alimentos saudáveis e água pura. Para o agronegócio somente neste ano houve a liberação de 290 agrotóxicos. Em 326 cidades do Paraná, foram encontrados 27 agrotóxicos obrigatoriamente monitorados na água para consumo humano. Já são 90 transgênicos liberados comercialmente no Brasil, sendo que 70 são modificados para tolerar venenos. É o domínio das corporações do veneno e das sementes transgênicas, protagonizadas pela Bayer/Monsanto, ChemChina/Syngenta, DuPont/Dow e Basf. Estão sendo exterminadas bilhões de abelhas e outros polinizadores essenciais para a agricultura.

Na implantação do Estado mínimo para o povo e máximo para o capital, o governo Bolsonaro desmonta as políticas públicas com: paralisação da reforma agrária e reconcentração fundiária, redução de áreas de unidades de conservação, oposição frontal à demarcação de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas e desmonte dos programas de fortalecimento da agricultura familiar. Retira direitos previdenciários, trabalhistas e cria facilidades aos empresários na ampliação da exploração da classe trabalhadora.

Os cortes na educação brasileira, especialmente nas universidades públicas, podem, no curto prazo, inviabilizar o ensino regular, a pesquisa e extensão e o próprio desenvolvimento nacional. Há o esvaziamento do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA) e o abandono da educação do campo. Ainda, o projeto "Future-se", proposto pelo Ministério da Educação, é o desmonte da universidade pública e a afronta da autonomia universitária, constitucionalmente garantida. Para nós a educação é direito e não mercadoria, com acesso universal garantido pelo Estado.

O Brasil está à venda. A entrega de nossas estatais e de nossos bens comuns é a principal oferta do Ministro Paulo Guedes. As privatizações acirram nossa dependência tecnológica e econômica. A nossa defesa central é da soberania nacional e do patrimônio público a serviço do povo brasileiro.

O discurso público de Bolsonaro, de Wilson Witzel, de Sérgio Moro e outras autoridades defende o uso da violência contra a população a partir de um Estado policalesco, militarizado, combinado com o cerceamento dos espaços civis de manifestação, fechamento de conselhos de participação social e a criminalização de movimentos sociais populares, defensores e defensoras de direitos e opositores. A liberalização do porte de armas de elevado calibre e automáticas consta das prioridades do governo. Pairam várias ameaças no Congresso Nacional com a tramitação de projetos de leis para transformar em crime de terrorismo as manifestações populares.

A Força Tarefa da Lava-jato, com suas combinações entre Ministério Público, Polícia e Justiça Federal, transformou-se num verdadeiro partido político, se valendo do sistema de justiça de forma seletiva, criminoso e corrupto para perseguir inimigos políticos, proteger aliados com a conivência do Supremo Tribunal Federal.

Nós, do movimento camponês agroecológico, sempre tivemos como pressuposto o combate à corrupção e defesa da democracia, mas esse conluio recaiu nas mesmas práticas que

visava combater. Todo esse quadro de ilegalidades já era denunciado. As revelações do Intercept Brasil escancaram que a Operação Lava-jato atuou como uma organização criminosa dentro do sistema de justiça.

Além disso, grupos aliados a milícias privadas manipulam os anseios do povo com notícias falsas, desde o momento pré-eleitoral e durante esses oito meses de governo. Nunca foi tão urgente e necessário defender a verdade e a ciência.

A superação e o enfrentamento dessa cruzada de ódio social e de violência só se dará com aglutinação na resistência, na unidade e na diversidade. Não nos deixemos governar pelo medo e pessimismo. Avancemos em luta com esperança e perseverança!

Agroecologia é um caminho de comunhão e pertencimento à nossa casa comum. É a defesa da Mãe Terra. Costuramos com as mãos dos povos o tecido vivo de nossa biodiversidade que também representa nossa memória, nossas culturas, para um projeto de agricultura camponesa em defesa da vida. Com as nossas práticas garantimos o respeito aos ciclos da natureza, o bem-estar animal, a valorização da cultura e dos saberes locais e tradicionais, a continuidade da vida no planeta.

A Jornada de Agroecologia é o anúncio da luta pela liberdade, por alimento saudável, por paz, por justiça e por direitos.

Durante os quatro dias, o centro da capital paranaense foi o palco de manifestação política, técnica, cultural e da feira de alimentos e de sementes e mudas da agrobiodiversidade camponesa. Reuniu milhares de pessoas oriundas de povos indígenas, quilombolas e de terreiros, camponesas e camponeses e juventude de assentamentos e acampamentos dos Sem-Terra, de comunidades tradicionais, pescadores artesanais, da agricultura familiar, estudantes, professores, técnicos e trabalhadoras e trabalhadores urbanos.

A Jornada é um processo permanente e contínuo de trocas de saberes: no cultivo da terra, no semear da agrobiodiversidade e no cuidar da água, na colheita da soberania alimentar, no uso das plantas medicinais e terapias naturais, nas escolas do campo, nos conhecimentos dos guardiões e guardiãs das sementes e na ciência-cidadã. É uma construção de projeto popular soberano, com arte, cor, sabor, amor, cultura, poesia e alimento saudável.

Esta mobilização se soma às lutas da classe trabalhadora por uma Terra livre do latifúndio, livre da miséria e da fome, livre do trabalho escravo e da exploração do trabalho, livre das violências e assassinatos no campo, livre do racismo, do patriarcado e do machismo, livre da misoginia e LGBTQIfobia, livre da depredação da natureza, livre do autoritarismo e fascismo, livre do agronegócio, livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

Por um projeto de país soberano e livre com o povo e o Lula nas ruas!

Viva a luta e a esperança dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade!

Viva a 18ª Jornada de Agroecologia!

Plenária Final da 18ª Jornada de Agroecologia

Curitiba, 01 de setembro de 2019